



SUMÁRIO

Arte e Memória na Maturidade: experiências com artes cênicas e outras práticas pedagógicas	3
Direitos de visitas: relacionamentos entre pais e filhos	22
O trânsito de almas na cidade: ressignificações e práticas religiosas de trabalho	43
Variação da temperatura do solo em áreas de recuperação de solo degradado	53
Créditos de carbono: um estudo sobre os entraves de implantação e exploração em médias propriedades	59
Teores Foliares de Macronutrientes para o algodoeiro em função de espaçamento e regulador de crescimento	70
O ofício do historiador: reflexões sobre teoria e prática docente	76
Memórias em conflito na fundação de Jales	88



ARTE E MEMÓRIA NA MATURIDADE

Experiências com artes cênicas e outras práticas pedagógicas¹

Maria Cristina Neves Corrêa²

RESUMO: O presente trabalho aborda a importância do idoso frente à História, partindo do pressuposto de que, atualmente, tanto para o idoso quanto para a sociedade moderna, a figura do velho e, por conseguinte, sua memória é tida como antiquada, devendo isto ao estágio atual da sociedade mecanicista na qual vivemos. Trabalhos recentes têm demonstrado a antítese desse pensamento, resgatando as memórias de idosos através de práticas pedagógicas e metodológicas que visa, através de linguagens, possibilitarem práticas inclusivas na velhice, assunto que será mencionado neste trabalho. Ao trabalhar com velhos na Universidade Livre da Maturidade em Aurifloma, surgiu uma ferramenta elucidativa: jogos cênicos, para o resgate de memórias, lembranças de infância e da família pelos idosos. Nesta pesquisa, busquei desenvolver a construção social dos velhos mostrando as reflexões em torno da temática e, posteriormente, o debate das literaturas sobre memórias e velhice, desenvolvendo o diálogo com os entrevistados – sujeitos da minha pesquisa.

Palavras-chave: Artes cênicas, memórias, fotografias, práticas pedagógicas.

APRENDENDO A APRENDER

As universidades e os projetos voltados para esta faixa etária têm colocado em pauta propostas inovadoras, promovendo a autoestima dos idosos, lutando contra os preconceitos, incentivando a criação de conselhos e fóruns em nível municipal, estadual e federal para assessorar a administração pública. Neste contexto, comecei a estreitar relações com a temática problematizando o trabalho com os idosos.

Na FAU - Faculdade de Aurifloma, temos a UNILMA - Universidade da Maturidade e comecei a lecionar uma das disciplinas do curso, onde trabalhei com

¹ Este artigo é parte da Monografia: Arte e Memória: experiências e práticas inclusivas na Universidade Livre da Maturidade, Aurifloma, 2004 – 2007, apresentada ao programa de pós-graduação *latu sensu* da Faculdade.

² Professora do departamento de Artes do Centro Universitário de Jales, UNIJALES.



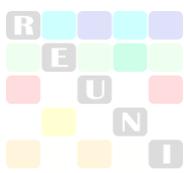
dramatização de jogos cênicos, propiciando a um grupo de idosos o repensar sobre suas vidas por meio do trabalho com memórias.

A dramatização de memórias ou de fragmentos de vida de pessoas comuns está presente em alguns trabalhos de teatro comunitários e outros. No entanto, diferem em diversos aspectos da proposta desenvolvida por mim. Geralmente, as pessoas ou os idosos colaboram com lembranças ou fatos de suas vidas, mas não participam do espetáculo.

A proposta metodológica se deu ao buscar utilizar o teatro, a música como um recurso na compreensão das subjetividades dos idosos a partir da encenação de suas lembranças. Este processo deu origem a diferentes exercícios de registro dramático e apontou caminhos para a investigação, delineando meu percurso pelos estudos de memórias e, respectivamente, a possibilidade da produção de uma dramaturgia breve de lembranças de pessoas comuns. O que denomino dramaturgia breve de lembranças refere-se ao produto de um trabalho coletivo com não atores que, utilizando a linguagem teatral e recursos de escrita dramática, trabalho com músicas através de suas histórias de infâncias e outras temáticas - lembranças criaram outro canal de comunicação para expressar as suas memórias.

O interesse pelos relatos de memória e a perspectiva da criação de um arquivo que fosse utilizado nas oficinas, inicialmente, como material de jogo e, depois, como conteúdo dos textos, foi ganhando terreno. Nesta perspectiva, os textos foram concebidos rigorosamente no processo de criação coletiva, com soluções cênicas surgidas das improvisações.

A liberdade de apropriação do discurso sobre si mesmo e sobre o mundo, presentes nas improvisações, reconhecia aos participantes o direito de usar as palavras e o próprio corpo na forma que lhes convinha. Mais do que oferecer uma formação teatral, ou interpretação de músicas... Convidei estas pessoas, através da dramatização, a lançar um novo olhar sobre si mesmas, sobre seu entorno e sua criação artística. No entanto, ao mesmo tempo, os jogos cênicos ajudavam no processo de desinibição, de liberação da ludicidade, capacitando este grupo de idosos da UNILMA (Universidade Livre da Maturidade de Auriflora) a mostrar algum desempenho em cena, evitando a simples animação do texto, procurando pensar por meio da linguagem teatral, musical e inventando um sistema de atuação vinculado ao processo criativo. E, neste momento, o trabalho de elucidação dos signos teatrais iniciava, permitindo ao grupo nomeá-los, conhecê-los e escolhê-los, jogando com eles.



MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

Para o estudo das reminiscências, lembranças dessas pessoas idosas, a reflexão de Ecléa Bosi (1995), em seu trabalho sobre memórias de velhos, foi relevante e elucidativa da temática quando elaborou sua discussão sobre a memória:

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; eles já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 1995, p. 60)

Reagindo aos estigmas da velhice, criou um outro canal de expressão para suas lembranças, abrindo novas vias de comunicação entre gerações e inventou uma maneira peculiar de falar sobre o passado.

Percebe-se, então, o reconhecimento da autoridade religiosa ao processo de envelhecimento e, é válido salientar, essa atitude tem partido também de outros autores que se dispõem a tratar a questão da velhice. Conforme Magalhães (2004), nas culturas tradicionais, o idoso foi sempre visto como sendo símbolo de sabedoria, através do ato de lembrar e de dar expressão a suas lembranças:

O papel da memória é tradicionalmente valorizado entre os mais velhos, assim como suas lembranças constituem patrimônio coletivo, expresso e revivido permanentemente no contato com as novas gerações, sejam crianças ou adultos. Ao velho e ao antigo cabe, na sociedade tradicional, papéis e padrões comportamentais apoiados no valor da respeitabilidade [...] (MAGALHÃES, 2004).

Dessa forma, o idoso, para determinadas culturas, representa a continuidade da história, pois o velho representaria o binômio memória/continuidade dos valores almejados pelo grupo social. Pode-se afirmar, ainda, que essa adequação não se restringe a povos considerados por muitos como de pouco conhecimento racional (terminologia essa usada em uma visão eurocêntrica de conhecimento) – no caso, as sociedades indígenas, em que o papel do idoso é de extrema importância para a



manutenção e transmissão dos conhecimentos da tribo. Em contraponto a essa afirmação, é sabido que sociedades milenares da Ásia, como é o caso do Japão, têm uma relação de extremo respeito pela população idosa, chegando aos dias atuais.

Partindo agora para outro extremo, Ecléa Bosi (1994, p. 203) afirma que, na sociedade industrial, a velhice é maléfica, porque nela todo sentimento de continuidade é destroçado. Dessa forma, a perda da continuidade é o fato marcante da sociedade pós-moderna. Há, nos dias de hoje, uma crescente disfunção do trabalho da velhice: lembrar e dialogar com suas lembranças. Aqui reside o fato considerado como sendo o mais marcante, frente às leituras realizadas a respeito deste tema: o desaparecimento contínuo da memória do idoso como correspondência entre os domínios do passado e do presente. O antigo não tem mais função, a não ser em lojas de antiguidade.

Conforme Magalhães (2004), ao idoso, na sociedade moderna, fica vedado cada vez mais o direito de recordar o passado através de suas lembranças, meio essencial de interação com as novas gerações. Nem mesmo alguns setores da história escapam dessa afirmação, a partir do momento em que se prioriza em especial o documento escrito. Para as novas gerações, o passado perde importância a partir do momento em que não conseguem vincular essa noção à nova sociedade, pós-moderna, com as constantes reconfigurações do novo a cada momento.

No tocante aos outros elementos da interseção, *memória* e *velhice*, esses são, antes de tudo, termos fugidios à análise; em especial o termo *memória* é sobretudo plástico, carecendo de precisão conceitual. Num primeiro momento, tais elementos são mais apropriados à área de psicologia social, e menos à história³. Não obstante, ambos guardam fortes relações com o tempo, com o que já ocorreu e é irreversível.

Ao propor relacionar o diálogo arte cênica – memórias de velhos, em um dos módulos do curso, procurei trabalhar com diversas temáticas – linguagens, que teve como objetivo o processo de recordação e memórias.

³ A moderna história oral duvida acertadamente da capacidade do *oralista* em cavar camadas profundas da memória de um indivíduo, devido ao seu despreparo em desenvolver técnicas eficazes de estímulos às lembranças (hipnose, livres associações, terapia, e até uso de drogas). Os psicólogos são os mais indicados para colher lembranças de velhos. Apesar da interdisciplinaridade decorrente do uso da história oral, deve-se levar em conta que, em última instância, o profissional mais qualificado para analisar a relação do depoente com suas lembranças é o psicólogo e não o historiador. A esse último, cabe-lhe se aproximar da maiêutica socrática, como ‘parteiro de lembranças’, porém assumindo que a memória faz parte da história, mas não se confunde com ela. O produto do trabalho do historiador deve ser o registro da experiência vivencial e de informações para a feitura de um tipo particular de documento, cuja relevância está em trazer à baila novos elementos para a leitura da sociedade - a contar que todos os agentes sociais têm história.



O aluno João Capóia, 72 anos, lembrou os tempos de infância enfatizando a importância e o papel da escola – professora que teve no seu tempo na escola. Segundo sua narrativa

Minha maior felicidade foi meus oito meses na escola rural. Eu tinha que ir para a escola, porque eu adorava a minha professora, era como a minha mãe. A maior alegria que eu tinha era as três horas que eu passava dentro daquela salinha pobre de “tauba” com a professora chamada Iraci. Depois, ela se desentendeu com o fazendeiro e saiu, mas ela foi feliz com a gente. Eu não esqueço ela. (Entrevista do Sr. João Capóia).

Memórias de infância sempre aparecem como um “saudosismo” na narrativa dos depoentes. Felicidade, adorava e alegria, são as palavras que elucidam o tom da narrativa do entrevistado. Lembrar-se da escola referiu-se ao tempo diferenciado nas memórias do entrevistado. Assim, o Senhor João projeta um imagem construída em torno da escola como o “templo do saber” e do conhecimento formal importante naquele momento, mesmo com as precariedades. Esse aspecto-temática mostra sinais de que não foi assim em todas as famílias e grupos comunitários. Contudo, todos os velhos passaram um período de sua infância na escola. Esses períodos caracterizam-se por terem sido curtos ou longos, mas também por terem deixado marcas. As marcas estão expostas, como sangramentos de feridas abertas nos relatos e só podem ser percebidas a partir de uma disposição metodológica do ouvir.

Ainda, sobre memórias de infância, a narrativa da aluna Doralice Plazas Monteiro, 65 anos remete o seguinte:

O que eu mais me recordo da minha infância é o caminho da escola. Moramos no sítio e vínhamos eu e meu irmão “pra” escola a cavalo. E quantas vezes vinha da escola molhada “pra” casa, porque chovia; mas vinha feliz, com amor... Uma vez, me recordo muito bem que a gente estava atrasada “pra” aula e ele deu uma “chicotada” no cavalo, eu ia solta, escorreguei, caí para trás e ele foi “pra” frente e nem percebeu que eu tinha caído do cavalo.

E ele tava bem longe quando viu, voltou “para trás” e eu, bem suja, acabei indo pra aula daquele jeito. Foi um fato que me lembro bem. Esse irmão foi muito importante pra mim. Ele me beliscava, brigava comigo. Mas a gente se dava bem. E, hoje, infelizmente, eu não tenho mais esse irmão.

O Senhor João Capóia lembra também o “tempo da infância:

A gente quando criança tinha uma vida... E eu tinha a minha. Mas muita coisa a gente guarda como lembrança. Guardo comigo uma lembrança que se refere ao nome da professora. Eu entrei na escola com sete anos e fui gostando e, por



acaso, no mês de junho, meus “irmão” fizeram um baile. Eu não sei se “é” de Santo Antônio ou São Pedro. Eu sei que era um baile. E a minha professora apareceu por acaso no baile. Eu fui buscar minha mãe e apresentei para ela. Eu fiquei tão “sastifeito” que até na hora dela ir embora eu fiquei com ela. Foi a maior felicidade do meu tempo de criança.

As experiências do tempo da escola são predominantes nas lembranças dos velhos. Talvez, por ser a primeira vivência com crianças diferentes e um convívio com um grupo social definido – estabelecido, ou lembrar da “escola” é um aspecto positivo diante das dificuldades na sociedade presente, onde sabemos que as histórias - lembranças que os velhos relembram não são representações exatas do passado deles, mas trazem aspecto desse passado e os moldam para que se ajustem aos seus valores e aspirações atuais.

Finalmente, ao refletir sobre o que a escola representou para cada pessoa, é possível dizer que a educação formal teve seu espaço, foi presente e marcante na vida de cada criança. Essa presença mereceu destaque na memória seletiva de cada um e trouxe fatos e histórias significativas que estão na constituição de suas histórias de vida. Cada personagem vivenciou à sua maneira a relação com esse espaço contraditório, instigante, desafiador, desconhecido que é a escola. Com seus personagens curiosos, com suas normas, organizações, com as dificuldades de acesso e, por que não dizer, de aprendizagem.

Uma outra temática abordada refere-se à família. O senhor João Capóia questionado sobre a representação da palavra família em sua vida, narra o seguinte fragmento.

Se fosse “pra” falar tudo sobre família, leva até três dias. Família é tudo na vida. Desde o começo da vida e até depois da vida. Começa com duas pessoas e, depois, vai nascendo os filhos. Uns têm pouco, outros têm muito. Mas eles “vai crescendo” e a mãe e o pai naquela luta “pra” esses filhos crescer com saúde, preparo “pra” que eles um dia “tenha” uma família. Então, a família é essa coisa.

Família começa desde cedo no namoro, quando o moço tem que “vê” com quem ele vai “coliga” a vida dele. E a moça, a mesma coisa.

“Bão”, aí “os filho cresce” e isso é família. E feliz da família “da qual” tem filhos e o casal vive junto até que a morte os separe.

No começo de sua narrativa, remete uma reflexão dizendo que, “se fosse para falar tudo sobre família, levaria três dias”, ou seja, demonstra a subjetividade entre o



entrevistado – entrevistador, em que o segundo, por mero trabalho de pesquisa, talvez exija que a pessoa reduza sua vida, ou temas específicos em algumas palavras, ou minutos de entrevista.

A formação da consciência e cidadania do indivíduo é fator vital para a sociedade, uma vez que é dela que o indivíduo emerge, e para ela converge. O indivíduo representa o retrato de um mundo melhor, mais humano, saudável e promissor, em todos os sentidos, conforme a qualidade do ser que compõe a massa cidadã. A família, unidade representacional da sociedade é, indiscutivelmente, a sua célula máter. A ela compete, portanto, estruturar, alimentar o ser, essência formadora da sociedade.

Por considerar a experiência do trabalho com idosos extremamente envolventes e desafiadoras, pelo enredamento do seu processo e resultados é que foi assumido o desafio de sistematizar e analisar os resultados obtidos na implementação de uma proposta metodológica de sensibilização e lembranças através de músicas para essa faixa etária, verificando seu significado e sua eficácia, com a perspectiva de contribuir para uma renovação prático-conceitual de projetos desse tipo.

O Hino Nacional Brasileiro foi uma das aulas que propus como prática pedagógica, voltada para o trabalho com memórias. A pergunta inferida foi – Quando ouviu o Hino Nacional se emocionou? Quais as lembranças dessa experiência?

Dona Dora relembra sua atuação como professora e vivenciou as experiências:

Quando eu era professora, bem novinha ainda, eu estive com a bandeira com meus alunos e ensinava cantar o Hino Nacional com respeito. Era tudo muito sério. E me lembro da morte do Tancredo e da vinda do Papa quando a Fafá de Belém cantou de um modo lindo, maravilhoso.

Para Dona Luzia, a memória relacionada ao Hino Nacional está relacionada às comemorações da escola e às festas cívicas.

Quando eu era criança havia disciplina na Escola. Nas comemorações, podia recitar, cantar, mas o Hino era cantado com respeito. Era lindo ver os uniformes: Azul, saia plissada, blusa branca engomada, com vivo azul na manga. E o Hino que mais me marcou foi o da morte do Sena. Até hoje quando ouço eu me emociono. E quando vejo nos estádios jogadores mascando chicletes ao ouvir o Hino eu fico muito triste. Tudo perdeu a beleza.

João Capóia relembra do hino tocado na copa do mundo. Segundo seu relato

Eu me lembro com saudade da emoção da copa de 1948, tudo muito sério. Muito bonito. Com respeito. O Hino do nosso país com respeito. E o rádio, às vezes, até com ruído, mas emocionava ouvir o Hino. Era o nosso Brasil. Havia esperança.



Dona Olívia lembra do hino brasileiro tocado no funeral de Tancredo Neves.

Segundo sua narrativa:

Eu me lembro da morte do Tancredo, do Sena e de quando o Papa veio ao Brasil. Tudo muito cheio de respeito, até dá um aperto aqui (mostra a mão sobre o peito) lembrar. Muita emoção.

A aula em que inseri a música – valsa Danúbio Azul, relacionei, um questionamento para obter os processos de recordação com a pergunta - Quando me emocionei ao ouvir essa música? E me recordo até hoje?

A aluna, Dona Dora, disse-me as seguintes palavras

Me lembro da formatura de Medicina da minha filha. Foi muito lindo ver ela dançando com meu marido. Nunca vou esquecer isso. Eu lembro ainda o tempo que existia cinema na cidade. Porque ao baile eu não ia. Era tímida. O pai não me deixava ir. Era rígido. O que eu mais me lembro é a valsa da formatura mesmo.

Para a Senhora Luzia, o conjunto da música e, principalmente, a linguagem musical, letra mais a melodia, ritmo, fez relembrar uma experiência única que vivenciou.

Segundo sua narrativa:

Uma Valsa é linda!
Eu me lembro dos bailes com orquestra. E a gente ia usando vestido todo bonito. Era uma beleza!
Não só as músicas, mas as pessoas, a orquestra. O salão era lindo. E também me lembro as músicas do cinema. Antes de começar o filme. Tocava muitas músicas como a valsa... É isso!

A música é uma linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e do relacionamento expressivo. A música está presente em todas as culturas como: festas, comemoração, rituais e nas memórias de Dona Dora que relaciona a valsa com a “formatura de sua filha” e, para Dona Luzia, “os bailes com orquestras, os vestidos bonitos, não só as músicas, mas as pessoas, a orquestra, o salão”, ampliando as representações de suas lembranças.

O autor Rubem Alves, em uma crônica do seu livro, “O Amor que acende a lua”, (1999) apresenta uma imagem que tomarei emprestada para iniciar a reflexão sobre o lugar predominante do pensamento criador no espaço-atividade sala de aula para refletir sobre proposta pedagógica e memórias de velhos. Para ele, as idéias ou as experiências de vida são como milhos, que, sob o calor do fogo, se transformam em pipocas. Uma idéia seria como uma pipoca que estoura. Esta transformação é um potencial do milho,



mas só acontece quando ele passa pelo poder do fogo. Existem, ainda segundo o autor, os milhos que, apesar de passar por processos semelhantes, não se transformam em pipocas e são conhecidos como piruás.

... o texto escolhido para o nosso bate-papo de hoje, é Milho do Pipoca, extraído do livro “O Amor que Acende a Lua” Editora Papirus.

... A transformação do milho duro em pipoca macia é símbolo da grande transformação por que devem passar os homens para que eles venham a ser o que devem ser.

... O milho da pipoca não é o que deve ser. Ele deve ser aquilo que acontece depois do estouro.

... O milho da pipoca somos nós: duros, quebra-dentes, impróprios para comer.

... Pelo poder do fogo podemos, repentinamente, nos transformar em outra coisa.

... Mas a transformação só acontece pelo poder do fogo.

... Milho de pipoca que não passa pelo fogo continua a ser milho de pipoca para sempre.

... Assim acontece com a gente.

... As grandes transformações acontecem quando passamos pelo fogo.

... Quem não passa pelo fogo fica do mesmo jeito a vida inteira.

... São pessoas de uma mesmice e dureza assombrosas.

... Só que elas não percebem. Acham que o seu jeito de ser é o melhor jeito de ser. Mas, de repente, vem o fogo. O fogo é quando a vida nos lança numa situação que nunca imaginamos.

... Dor. Pode ser fogo de fora: perder um amor, perder um filho, o pai, ficar doente, perder o emprego, ficar pobre.

... Pode ser fogo de dentro: pânico, medo, ansiedade, depressão, sofrimento cujas causas ignoramos.

... Há sempre o recurso do remédio. Apagar o fogo. Sem fogo o sofrimento diminui.

... E com isso a possibilidade da grande transformação.

... Imagino que pobre pipoca, fechada dentro da panela, lá dentro ficando cada vez mais quente, pensa que sua hora chegou: vai morrer.

... Dentro de sua casca dura, fechada em si mesmo.

... Ela não pode imaginar destino diferente. Não pode imaginar a transformação que está sendo preparada.

... A pipoca não imagina aquilo de que ela é capaz. Aí, sem aviso prévio, pelo poder do fogo a grande transformação acontece: PUM! e ela aparece como



uma outra coisa completamente diferente que ela mesma nunca havia sonhado.
... Bom, mas ainda temos o piruá, que é o milho de pipoca que se recusa a estourar.
... São aquelas pessoas que, por mais que o fogo es quente, se recusam a mudar. Elas acham que não pode existir coisa mais maravilhosa do que o jeito delas serem.
... A sua presunção e o medo são a dura casca de milho que não estoura.
... O destino delas é triste. Ficarão duras a vida inteira. Não vão se transformar na flor branca e macia.
... Não vão dar alegria para ninguém. Terminando o estouro alegre da pipoca, no fundo da panela, ficam os piruás que não servem para nada.
... Seu destino é o lixo...
... Tenham uma ótima semana!

Através da crônica do autor, busquei empreender o resgate de temas referentes às memórias dos idosos. Com a pergunta. “Quando virei pipoca?”

A leitura da crônica para Dona Dora remeteu à seguinte reflexão:

Mudei minha vida quando fui convidada a sair da condição de professora para a coordenação de uma escola. Ajudar a diretora. Tive medo. Enfrentei o marido com a idéia contrária, porque não gostaria que eu saísse à noite. Ele acabou entendendo e aceitando. Então, assumi a responsabilidade tão diferente. Foi muito difícil a mudança, mas eu consegui e fiquei muitos anos no cargo. A diretora dizia que eu era seu braço direito. Eu cresci muito e considero uma pipoca. Realizada por ter tentado crescer e conseguir.

Para Dora, os significados do texto e da interrogativa “quando virei pipoca” referem-se à “mudança de vida”, tanto é que narrou suas experiências de mudanças de um cargo para outro e, respectivamente, responsabilidades diferentes.

Dona Luzia narrou uma experiência diferente e deixa evidente a interpretação diferente que relacionou com a crônica de Rubem Alves e o significado que o texto lhe trouxe:

O “jogo” começou quando meu filho se separou da mulher. Ele sofreu e eu sofri muito com ele. Eu não aceitava a dor dele. E, logo depois, meu marido que sofreu mais que eu, veio a enfartar e morrer. Foi tudo uma mudança na minha vida. Uma dor que me jogou no chão e, mesmo querendo ficar ali caída, precisei levantar e reagir. Virar pipoca foi muito difícil, muito difícil, mas eu consegui. Hoje, sei que venci.



O significado de mudança para Dona Luzia trouxe alguns traumas que ficaram marcados em suas lembranças, com a separação do filho, a morte do marido, mas, segundo ela, virou pipoca e venceu as dificuldades e circunstâncias da vida.

O jogo com palavras também foi usado como proposta pedagógica. A palavra saudade teve um significado diferente ao Senhor João Capóia da seguinte maneira:

Tenho saudade, quando saí os 13 anos de casa. Eu tinha um conjunto e tocava baile. Naquele tempo, o Luiz Gonzaga tocava nas rádios e veio até aqui. E as moças “pediam” para tocar baias.
Eu lembro de um casamento que toquei onde apareceu a dupla Tibagi e Zé Mané que depois virou Tibagi e Miltoninho.
Eu ajeitei para eles tocar no baile do casamento comigo, mas, quando eles chegaram, acabou o baile e começou o Show. Diss,o eu sinto muita saudade.

Para Dona Dora, saudade refere-se “aos seus irmãos”. “Era em 14 em casa e quando reunia todos era muita felicidade. Eu sinto saudade.” Sobre a palavra amizade, Dona Dora narra sobre sua amiga da casa ao lado. “Eu tenho uma vizinha – Aparecida, que é uma irmã. Eu vim morar em Auriflora com três filhos pequenos e não tinha ninguém aqui. Faz trinta anos que moramos perto. Todas as alegrias e tristezas passam juntas. E essa amizade é o bem maior que eu já tive.”

Os detalhes e as minúcias da descrição da imagem dos velhos delineiam o perfil de um estilo de vida familiar. As reminiscências da infância são alimentadas, hoje, pelo uso das fotografias que acabam gravando em papel, um episódio e um detalhe de uma vida. Os avós, tão presentes na infância e mocidade dos avós de hoje, acabam se transformando em figuras familiares aos olhos de seus netos e filhos.



FIGURA 1: Dona Luzia aos cinco anos de idade com seus irmãos

Não são apenas os retratos antigos dos avós, tios, primos, pais e irmãos que têm a função de relembrar a união familiar, mas também móveis e objetos: a cama de madeira trabalhada e a cômoda da sala, a imagem de um santo, o diário da avó que não conheceu e que hoje se encontra nas mãos da neta. Esses objetos não são apenas partes de um passado, mas símbolos da família, dos laços de descendência, que podem ser transcritos como bens que contêm uma história.

A arte e as memórias com fotografias foi uma das práticas pedagógicas trabalhadas no curso, com o objetivo de resgatar as lembranças, através de álbuns de família de cada aluno. O que chamou a atenção nas imagens foram os detalhes das

figuras antigas dos velhos, ouvidos pessoalmente ou através das histórias contadas no meio familiar. São um traço constante nos depoimentos de pessoas que procuram marcar sua identidade através da inserção em famílias consideradas importantes, seja do ponto de vista político e econômico, seja também por sua força moral, representada pelas figuras de patriarcas e de matriarcas que congregaram os familiares por muito tempo, estando as crônicas sempre revivendo a importância da união familiar.



FIGURA 2: Dona Luzia no sítio em que morava

As lembranças dos velhos acentuam a necessidade de caracterizar as memórias como a fonte de transmissão de determinados bens simbólicos, que representam, a seus olhos, uma situação social e, ao mesmo tempo, uma ordem moral. As fotografias têm o significado de transmitir o início da trajetória da grande família; neste sentido, até

relembrar falar de avós matriarcas ou avós patriarcas é falar em seu poder familiar, na capacidade de agregação de uma ampla rede familiar em torno de si, não apenas para festejar determinadas datas, mas também como um elemento de comunicação e de conhecimento entre membros de uma grande família.



FIGURA 3: O Senhor João Capóia aos 18 anos

Esses bens simbólicos, contudo, não precisam representar necessariamente uma origem do *status* elevado na hierarquia social nem precisam ser objetos transferíveis de uma geração para outra. A transmissão de bens simbólicos às gerações seguintes situa a família como o lugar dessa passagem, fazendo de cada descendente o alvo e, ao mesmo tempo, o veículo da preservação dos valores familiares. Em torno dessa idéia de transmissão de valores está presente a noção de um tempo que se repete, de um tempo cíclico. Para essas pessoas, preocupadas em marcar seu lugar social e sua identidade pela inserção na grande família. O tempo do ciclo dessa grande família é a referência temporal.



FIGURA 4: Senhora Dora com a Mãe, filhas e netas

Uma experiência elucidativa para o trabalho realizou-se na pesquisa de campo, quando fui recebida nas casas de cada aluno para as entrevistas e relataram-me sobre as caixas que ficam nas partes mais altas dos armários, álbuns nas estantes do escritório, envelopes e papéis empilhados dentro de gavetas, pacotes cuidadosamente amarrados com barbantes e guardados em cômodas pesadas que são os espaços para guardar fotos, álbuns e outras tantas relíquias familiares. Se não são vistos como os lugares mais adequados para a conservação de fotos, sendo até considerados como improvisados e escolhidos meio ao acaso na arrumação da casa, estão ao mesmo tempo à mão de quem ali guarda as imagens e objetos que documentam a memória da família. Mesmo fechadas no alto dos armários, as coleções de fotografias deixam rastros no meio da casa: retratos emoldurados nas paredes, nas estantes, espalhados em cima do piano. Nota-se na escolha destes lugares, feita entre o acaso e a determinação, uma estratégia de esconder e expor um jogo de apresentação pública e de preservação da intimidade familiar.

As fotografias, certamente, não são o único bem que o guardião da memória do acervo fotográfico coleciona (filhos dos Senhores e Senhoras). Outros objetos participam do afã colecionador dos filhos e netos - cartas, "santinhos", medalhas, vasos,

móveis. Todos juntos são elementos a serem preservados e reunidos, compondo um pequeno museu.

A cena fotográfica expõe a criança, conferindo-lhe um lugar de absoluta centralidade. O olhar de quem segura o pequeno bebê não se dirige para o fotógrafo. Seu rosto volta-se para a criança, retirando de si toda a importância e obrigando o olhar de quem vê a foto a focalizar sua atenção no pequeno ser suspenso em seus braços. Sentada sozinha, nos sofás e nas cadeiras de espaldar alto, com ares principescos, a criança tem reafirmada, mais uma vez, sua supremacia

A imagem não é senão o ponto de partida para essa viagem, para um despertar de uma memória de sentimentos e emoções. São estes, na verdade, os responsáveis pelo movimento do olhar que, selecionando, escolhe, elimina e estabelece, por fim, as melhores fotografias, aquelas mais fiéis à idéia que construímos da realidade.



FIGURA 5: Dona Olívia Capóia com o irmão, aos oito meses

A narrativa que envolve estas fotos reúne as múltiplas facetas da vida, englobando-as, dando-lhes uma face mais completa, mais homogênea e menos efêmera. A vida não se reduz aos papéis sociais que são desempenhados no dia a dia. Cada indivíduo é bem mais que isso: parte de uma vida mais longa, é um elo na cadeia de uma história que o contém e lhe dá transcendência, da qual as fotografias são a prova irrefutável.



FIGURA 6: Dona Doralice com a família na cidade de Poloni.

O trabalho de resgate da história de cada um parte de pequenos fragmentos de tempo. Não é senão um instante mínimo da vida que aparece na fotografia. A data anotada no verso elucidada parte da história, fornecendo um dado precioso para recompor o quebra-cabeça da vida de cada um. A fotografia que retém a boa imagem que temos de nós mesmos e das outras pessoas e dos lugares por onde passamos, deve conter sempre a possibilidade do resgate de uma história. Hoje, quando a linguagem dos sentimentos e das emoções passou a ser aquela que identifica a vida familiar, é preciso estar sempre atento para situações e instantes em que esta linguagem aparece em toda sua força. É um pequeno instante e é um mínimo pedaço de tempo que deve ser captado por aquele personagem que é, ao mesmo tempo, espectador atento da vida familiar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consolida o aumento da participação dos idosos e o surgimento de novas representações sobre a velhice que não podem ser explicados unicamente pelo envelhecimento da população, pois são reflexos que implicam redefinições das formas de periodização da vida, das categorias etárias que recortam a organização da sociedade e revisão das formas tradicionais de gerir a experiência do envelhecimento. Um processo de “politização”, com características próprias das sociedades contemporâneas, que está alcançando a velhice à dimensão pública, tornando mais evidentes os mecanismos e os agentes de sua construção social, bem como o explicitando o papel desempenhado por cada um deles: o Estado – através de políticas sociais -, o saber científico institucionalizado e as pessoas idosas.

Os alunos da UNILMA expressaram uma sensibilidade em relação à velhice que vem se transformando como reflexo e sintoma das formas de sociabilidade que desenvolvem comportamento nas cidades, numa operação que se encontra em programas como a UNILMA (Universidade Livre da Maturidade) espaço propício para diversas realizações.

Nas narrativas de cada aluno, Dona Olívia disse que a experiência do curso “*foi muito boa. Estou muito feliz! Aprendi muito mesmo. Eu vou ficar aqui o resto da minha vida, aqui numa sala de aula, eu adoro tudo*”. Para o Senhor João Capóia “*toda pessoa de idade tá vindo. De todas as aulas alguma coisa nós aprendemos. Aqui a gente se sente valorizada e isso deixa a gente contente. Fica com a cabeça leve. A gente vê as pessoas diferentes e fica assim mais feliz. É muito bom*”.

Para Dona Dora, a experiência foi contada da seguinte maneira “*aqui eu estou vivendo. Eu me soltei. Eu sinto enriquecida e sinto prazer. A aula de teatro me deixa à vontade, mais leve, fantasio, vivo uma experiência diferente, ótima. Esqueço tudo e me entrego. Aprendo*”.

A Senhora Farize relatou que

“Quando falaram no curso que vim fazer ou quis porque a palavra Livre que tem no nome da Faculdade me mostrou em toda extensão o significado. Tem a ver comigo. Eu sofro falta de companheirismo, porque sou viúva. O isolamento dói. Eu aqui fiz amizade com quem era só conhecido. Eu adoro os professores. No teatro, eu senti que me soltei. Eu sempre fui tímida e, então, agora, me sinto mais solta. Falo melhor e até tive uma professora que foi



minha aluna. Isso é lindo. Os dias de aula na UNILMA, eu vivo intensamente. A escola acertou minha agenda, porque eu organizo a vida para não faltar às aulas. Eu agradeço a todos pela felicidade e orgulho que tenho de ver meus netos dizer: minha avó faz faculdade!

O que se pretendeu demonstrar neste trabalho é que a “terceira idade” constitui um código: de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através do qual as experiências de envelhecimento individuais podem ser compartilhadas e negociadas, em um contexto marcado pelo surgimento de um discurso científico sobre a velhice e o envelhecimento e por mudanças na forma como indivíduos, ao envelhecer, negociam com imagens estereotipadas da velhice.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. O amor que acende a lua. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4º ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- CHAUÍ, M. S. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MAGALHÃES, Dirceu. **A invenção social da velhice**. Disponível em <<http://www.intelecto.net/cidadania/dirceu3.htm>> . Acesso em: 03 nov. 2004.



DIREITO DE VISITAS: RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS

Autora: Valéria Fagundes Garcia Freitas (G-UEMS)
Orientadora: Profª. Léia Comar Riva (UEMS)

RESUMO: A presente pesquisa, realizada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Paranaíba, tratará da questão do direito de visitas dos pais em relação aos filhos crianças ou adolescentes que decorre da relação de parentesco, uma vez que esse direito é estabelecido quando ocorre dissolução da sociedade conjugal, da união estável ou do reconhecimento da paternidade ou da maternidade. Por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, a atual análise tem por objetivo pesquisar como se concretiza o direito de visitas dos pais, que faltam com o pagamento da pensão alimentícia devida a seus filhos crianças ou adolescentes e verificar quais são os fatores que contribuem e os que não contribuem para a efetivação das visitas. Quanto aos fatores que contribuem e os que não favorecem para a efetivação do direito de visitas, a presente pesquisa encontra-se na fase de análise de dados. Pôde-se observar parcialmente, a importância do relacionamento dos filhos com os respectivos pais biológicos, visto que a manutenção dos vínculos afetivos é de suma importância para a formação da personalidade do menor, tanto para a criança, como para o adolescente.

Palavras-chave: Direito de visitas. Pais e filhos. Inadimplência alimentar.

ABSTRACT

This research, conducted at the State University of Mato Grosso do Sul-Unit Paranaíba, address the issue of visits by parents for children or adolescents that children from the relationship of kinship, since that right is established when dissolution of the conjugal society of stable or recognition of paternity or maternity. Through literature search and field, the current analysis aims to find concrete as the right to visits from parents, remaining with the payment of child support due to their children or adolescents and children see what are the factors that contribute and those that do not contribute to the realization of the visits. As for factors that contribute and those who do not contribute to the realization of the right to visits, this research is in the phase of data analysis. It was observed partially, the importance of the relationship of the children with their



biological parents, since the maintenance of affective bonds is of great importance for the formation of the personality of the child, both for children and for adolescents.

Key words: Rights of visit; Parents and their children; Nonpayment food.

1. INTRODUÇÃO

O direito de visita dos pais em relação aos filhos, crianças ou adolescentes, decorrem da relação de parentesco. Ele é estabelecido quando ocorre dissolução da sociedade conjugal, da união estável ou do reconhecimento da paternidade ou da maternidade. O art.1.589 do Código Civil de 2002 (CC/02) dispõe que: “O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação”.

Concede-se o direito de visita àquele que não detém a guarda física do filho, exceto nos casos de guarda compartilhada ou conjunta prevista para atender ao melhor interesse do menor, leva os pais à propositura da guarda compartilhada ou conjunta. É certo que essa modalidade de guarda representa uma nova modalidade do direito de visita.

Esta pesquisa é relevante, pois busca focar a influência da dissolução conjugal e da união estável na vida dos filhos e dos pais. Como consequência da separação dos pais, surge o direito de visitas para o cônjuge ou convivente que não adquiriu a guarda do menor. Destaca-se a extrema importância deste direito-dever do pai, pois a visita é garantida ao cônjuge ou convivente mesmo diante do descumprimento dos deveres destes, para com o filho da obrigação alimentícia, isto é, somente pode ser suprimido o direito a visitas quando houver algum perigo para a formação do menor (WALD, 2003).

Os objetivos são: 1) verificar como se efetiva o direito de visitas dos pais que faltam com o pagamento da pensão alimentícia devida a seus filhos crianças ou adolescentes; 2) averiguar quais são os fatores que contribuem e os que não contribuem para a efetivação das visitas; 3) levantar o material bibliográfico acerca do tema por meio de consultas em livros, artigos, pesquisas e bancos de dados informatizados nas bibliotecas, a fim de coletar elementos que possam contribuir para a discussão e análise do tema da pesquisa “A inadimplência alimentar em famílias de baixa renda:



organização doméstica e relacionamento entre pais e filhos”, na qual este Projeto de Iniciação Científica está vinculado.

Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre do tema por meio de consulta em livros, artigos, pesquisas, resenhas e bancos de dados informatizados nas bibliotecas.

O levantamento do material bibliográfico foi realizado nas dependências da UEMS – Unidade Universitária de Paranaíba. A UEMS – Unidade de Paranaíba que dispõe de infra-estrutura e equipamentos que subsidiam a execução do projeto, tais como biblioteca, serviços on-line, Comutação Bibliográfica (Comut) que permitirá a cópia de documentos técnico-científicos (capítulos de livros, teses, dissertações, e artigos de periódicos) além de um laboratório de informática para execução do projeto.

Os dados também foram coletados mediante entrevistas orientadas por um roteiro temático, gravadas e transcritas na íntegra. Antes da realização das entrevistas, os pais foram consultados e, se concordaram, assinaram o Termo de Consentimento. Ainda como material complementar para a análise, salientou-se que as crianças fizessem desenhos representando suas famílias.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco pais residentes em Paranaíba-MS, que não pagaram durante um ou vários períodos a pensão alimentícia a seus filhos, crianças ou adolescentes, e que também possuíam o direito de visitar os filhos. Esses pais estão sendo investigados na pesquisa à qual esse projeto está vinculado.

A análise dos dados será qualitativa. Serão extraídas das entrevistas as falas mais significativas dos sujeitos, as quais, juntamente com o material bibliográfico levantado, além de outras leituras e fichamentos que serão realizados no transcorrer da pesquisa, poderão suscitar uma discussão a respeito do direito de visita, assim como esse direito se efetiva na vida cotidiana dos pais e de seus filhos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p.92):

A entrevista é um encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de problema social.

Salienta-se que, a qualquer tempo, surgindo oportunidade e sendo viável, os resultados da presente pesquisa serão apresentados sob a forma de artigo, comunicação entre outros, em congressos, simpósios ou qualquer outro evento de natureza científica.



O direito a visitas representa grande valor, pois a pertinência da guarda a um dos genitores não transmite sanção. O direito de visitas demonstra o direito que o filho detém diante da companhia e afetividade necessária, representados pelos deveres dos pais de educar e zelar pela íntegra formação do menor. Esta pesquisa justifica-se em razão da necessidade de conhecer, na prática, como se concretiza o direito de visitas dos pais, que faltam com o pagamento da pensão alimentícia devida a seus filhos, crianças ou adolescentes e verificar quais são os fatores que contribuem e os que não contribuem para a efetivação das visitas.

Para elaboração da pesquisa, optou-se por apresentar no capítulo I o histórico do direito e a temática do direito de visitas. Em seguida, apresentar alguns dados coletados no trabalho de campo realizado e, ao final, apresentar as considerações finais.

2. TEMÁTICA DO DIREITO DE VISITA

Delimitação do tema

Com o intuito de sistematizar o instituto do direito de visita, torna-se necessário delimitar o campo de abrangência deste, para que não se confunda com outras formas de visita que possuam a mesma denominação. A locução “direito de visita” é ambígua podendo significar diversas situações e apresentando vários sentidos, por exemplo, a visita aduaneira (controle do movimento de entradas e saídas de mercadorias para o exterior ou dele provenientes) e a visita ao adolescente privado da liberdade.

O direito de visita destacado refere-se ao de uma pessoa conviver com outra com quem tenha laços afetivos, na hipótese de ruptura dessa comunhão de vida, ao direito-dever de se manter o trato sucessivo entre pais e filhos, ao direito de convivência dos parentes entre si e ao de comunicação entre pessoas que, embora não sejam parentes, possuam fortes laços afetivos recíprocos.

O direito referido não inclui as relações de cunho sexual, somente as emocionais que se travam entre uma pessoa maior e capaz e outra, em geral, menor de dezoito anos de idade ou, ainda, maior, porém incapaz. No presente trabalho, limitar-se-á verificar o direito de visitas de pais à criança e ao adolescente menores de dezoito anos.



É relevante citar que, referente ao vocábulo “direito”, em sua associação com o termo “visita”, tem-se a impressão errônea de que sempre se trata de faculdade ou autorização dada a alguém (o visitante) para visitar outrem (o visitado), segundo um critério de conveniência e oportunidade do primeiro em relação ao segundo, o que não corresponde à realidade.

De acordo com a situação em que se encontram os protagonistas da relação de visita, esta pode ser vista mais como um dever jurídico do que propriamente como um direito. (BOSCHI, 2005). Esse direito refere-se, preferencialmente, aos interesses do visitado, que se sobrepõem aos daquele que alega o direito.

A palavra “direito”, sempre associada ao instituto da visita, acaba dando-lhe uma conotação distorcida capaz, inclusive, de induzir os erros de interpretação, levando o operador do direito a acreditar que se trata de direito do visitante, quando, na verdade, é dever deste ou, ainda, está subordinado ao superior interesse do visitado, este, sim, o verdadeiro detentor do direito.

De acordo com Boschi (2005, p. 4):

O direito de visita guarda alguma semelhança com o sentido comum atribuído à palavra ‘visita’, quando se refere ao ato de ir ver alguém. Todavia, na acepção técnico-jurídica dada ao termo, a visita vai muito além daquele ato.

No sentido técnico-jurídico, a “[...] ‘visita’ assume um significado muito maior, cuja melhor expressão seria conviver, o qual significa viver em comum com outrem em intimidade, familiaridade, mais se aproxima da realidade desse direito”. (FERREIRA, 1975, p. 379).

A convivência denota familiaridade ou trato diário, indo muito além da palavra “visita”, encerrando a finalidade do direito de visita, que é exatamente manter o trato ou o convívio rompido entre o visitante e o visitado. (BOSCHI, 2005, p. 5).

Torna-se relevante alertar que, neste campo, muitas vezes, quando se usa a palavra direito quer, na verdade, dizer dever, e, quando menciona visita, refere-se a termos mais amplos, como a convivência. Desde que se compreenda exatamente o que se quer denotar com o uso das palavras, ainda que não seja o mais correto, não haverá qualquer problema na comunicação. (BOSCHI, 2005).

3. CONCEITO, FUNDAMENTO JURÍDICO E NATUREZA JURÍDICA

Conceito

O direito de visita não decorre única e exclusivamente do poder familiar, assim como não está restrito somente às relações de parentesco, pois existem situações específicas em que em terceiro não parente tem o direito de manter os laços afetivos que criou e desenvolveu; e, na hipótese de essa guarda de fato pelo terceiro não mais se verificar, crê-se que ele terá o direito de visitar aquele com quem mantinha vínculos sentimentais.

Maria Helena Diniz refere-se ao direito de visita como (1998, p. 745):

Direito-dever que tem pai ou mãe não só de encontrar e comunicar com os filhos menores nas condições determinadas judicialmente, desde que não se tenha enquadrado numa das hipóteses de perda de pátrio poder e sempre que a guarda daqueles filhos for deferida outro cônjuge em razão de separação judicial, divórcio ou nulidade de casamento, mas também de velar pela sua manutenção e educação. Também têm esse direito os avós, irmãos, padrasto e demais parentes, levando-se em conta a afeição.

Apenas os laços familiares não são suficientes para basear o direito de visita, uma vez que não é incomum o desamor entre pessoas de uma mesma família, nem causa mais espanto, hodiernamente, dizer que determinados pais não possuem qualquer amor pelos seus filhos. Para completar a integração pai-mãe-filho é fundamental a existência da convivência e, como conseqüência, o afeto (DELINSKI, 1997).

O direito de visita não é exclusivo de uma das partes da relação jurídica, mas pertence àqueles que têm entre si o interesse em manter intacta a convivência, a fim de que possam, reciprocamente, dar e receber afeto. Logo, o direito de visita pertence, ativa e passivamente, ao visitante e ao visitado, podendo qualquer deles requerer sua regulamentação judicial, que se fará no interesse de ambos, quando convergente. Porém, deixamos claro que o interesse do menor deverá prevalecer sempre.

Fundamento jurídico

A doutrina, assim como a jurisprudência, tanto nacional como estrangeira, não delimita de modo uniforme o fundamento jurídico do direito de visita. Segundo o aspecto em que se estuda a questão, “[...] de acordo com o caso que se está sendo



julgado, ora se diz que o fundamento é a lei, ora que está centrado no poder familiar, ora que seu núcleo é o parentesco, ou ainda, os laços familiares” (BOSCHI, 2005, p. 35).

O poder familiar, entendido como “[...] um conjunto de direitos e deveres, em relação à pessoa e aos bens dos filhos menores e não emancipados, com a finalidade de propiciar o desenvolvimento integral de sua personalidade” (ELIAS, 1999, p. 6), parece, a toda evidência, englobar o direito de visita.

A leitura do material pesquisado permite informar que, apesar de haver um complexo de normas estatuidando o poder familiar, regulamentando especificamente os direitos e, especialmente, os deveres e as funções dos pais com relação à pessoa dos filhos, não se vê em nenhuma delas a obrigação legal, ou o dever jurídico, de que devam compulsoriamente amar seu filho.

A visita é um direito – dever dos pais em relação aos filhos originários do poder familiar. Esse direito-dever não deve ser levado às últimas consequências, obrigando-os a realizar visitas compulsórias quando não evidenciarem qualquer afeto pelo filho. Logo, a lei está posta no ordenamento jurídico como um imperativo autorizador do direito-dever de visita, mas não é seu elemento basilar (BOSCHI, 2005).

O parentesco é uma relação jurídica que vincula as pessoas que descendem uma das outras, as pessoas que têm um ancestral comum, o cônjuge ou companheiro aos parentes do outro. Mas o vínculo do parentesco não garante a toda evidência, a existência de laços de afeição e solidariedade; “[...] eles são presumidos pelo legislador quando da estatuição das normas sobre parentesco” (BOSCHI, 2005, p. 43)

Somente o convívio, a amizade e a relação íntima entre as partes podem suscitar o sentimento profundo, sincero, desinteressado e compromissado, que unirá as pessoas num laço de afetividade, logo os laços de afeto podem se construir na convivência cotidiana.

Na verdade, o que está no íntimo do direito de visita, o que lhe é subjacente e apresenta-se em todas as hipóteses em que ele se coloca, são os vínculos afetivos existentes entre o visitante e o visitado.

O que se busca no direito de visita é a permanência dos vínculos de afeto existente entre visitante e visitado, através da manutenção da convivência entre eles, visando fortalecer a relação como meio de garantir as necessidades emocionais das partes, evitando, por outro lado, as trágicas consequências repercutidas a partir da ruptura das relações de ordem sentimental.



Natureza jurídica

A natureza jurídica do direito de visita é inverso ao do seu fundamento, que é único. Segundo Boschi (2005), divide-se em três facetas distintas, conforme o ponto de vista tomado pela análise.

Se o referencial forem os pais, a quem compete o encargo do poder familiar, a natureza da visita assumirá a feição de um direito-dever. Se o ponto de vista forem os parentes ou terceiros, a natureza jurídica mais se aproximará de um direito de personalidade de manter e conservar relações emotivas profundas, que redundem no interesse das partes envolvidas na relação e contribuam para o pleno desenvolvimento do menor. Mas, se o referencial for o visitado, tomando-o como base para o estudo da natureza jurídica, neste caso, tratar-se-á verdadeiramente de um direito.

O direito de visita é um direito dos filhos e um direito-dever dos pais. A esse direito corresponde o dever dos pais de tê-los em sua companhia. Em outras palavras, o verdadeiro direito é o direito dos filhos à companhia dos pais. Este é um direito consagrado em lei, tem vida própria e forma definida. O que se denomina direito de visita não passa de um apêndice do direito que todo filho menor tem de estar na companhia dos pais, numa escala mais limitada, ou na companhia da família, numa escala mais abrangente.

A Constituição Federal de 1988 trouxe significativos avanços ao direito de família, rompendo com muitas idéias ultrapassadas constantes do Código Civil e em algumas leis esparsas anteriores a ela.

Um dos aspectos inovadores, e merecedor de muitos encômios, é o estabelecimento do princípio da paternidade e da maternidade responsável, restando claro que a procriação é uma opção da qual resultam deveres e obrigações (art. 226, § 7º, CF/88).

Do direito de convivência familiar das crianças e dos adolescentes decorre logicamente o dever jurídico dos pais de assegurá-lo, independente do fato de estarem ou não separados.

Não tendo um dos genitores a guarda do filho menor, impõe-se a ele o dever de visitá-lo, a fim de que possa exercer os deveres que a lei lhe comete (ROCHA, 1978, p. 172).

Rodrigues pondera (1978, p. 120):



O direito de visitas concedido aos pais tem, entre outras finalidades, a de possibilitar-lhes fiscalizar a sua manutenção e educação. Hipótese frequente na prática é a de no desquite amigável a guarda dos filhos ser concedido à mãe, que recebe do pai pensão para manter a família. Ao visitar os filhos e ao sair com eles, o pai verifica se a pensão está sendo aplicada no interesse de todos, se os filhos estão alimentados adequadamente, se estudam, frequentam as aulas, se necessitam de maior assistência.

Nesse sentido, prevalece a tese de que o filho tem direito aos pais. Este direito, nas palavras de Hironaka (2000), pode ser entendido como:

O direito atribuível a alguém de conhecer, conviver, amar e ser amado, de ser cuidado, alimentado e instruído, de se colocar em situação de aprender e apreender os valores fundamentais da personalidade e da vida humana, de ser posto a caminhar e falar, de ser ensinado a viver, a conviver e a sobreviver [...]. (HIRONAKA, 2000, p. 69)

O poder familiar, na sua acepção mais moderna, enquanto conjunto de direitos-deveres que se estabelece em favor dos filhos, visando ao desenvolvimento global de sua personalidade, encontra na atualidade fundamento constitucional amplo.

A visão que se tinha do poder familiar sofreu profundas modificações com o advento da Constituição Federal vigente e com a promulgação do ECA.

Além do dever genérico de sustento, guarda e educação dos filhos menores, constante dos artigos 1.566, IV, e 1.724 do Código Civil e 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal implantou o de assistência no artigo 229.

Expressivas são as palavras de Dallari e Korczak (1986) quanto ao dever de assistência dos pais: “A criança tem o direito de ser pessoa e ser tratada como pessoa. Isso quer dizer que ela é matéria e espírito e só poderá realizar integralmente se forem atendidas suas necessidades materiais e espirituais” (DALLARI; KORCZAK, 1986, p. 22).

A criança ou o adolescente tem direito aos pais e isso vai muito além do estabelecimento de sua filiação, atribuição do patronímico de família e dos alimentos, uma vez que os genitores têm responsabilidade integral com relação ao filho. Nesse sentido, aos pais a lei imputou o dever de assistência global e genérica, cabendo ao Estado fazê-los cumprir tal obrigação em toda sua extensão, conteúdo e alcance.

Observa-se que não é preciso a existência de uma lei para afirmar aquilo que é da natureza do homem, próprio de sua personalidade, como, no caso, o direito de amar e ser amado, de estabelecer laços afetivos recíprocos com outro ser humano, de conviver ao lado das pessoas que ama.



4. O INADIMPLEMENTO ALIMENTAR E SEUS EFEITOS SOBRE O DIREITO DE VISITAS

As consequências do inadimplemento alimentar sobre o direito de visitas

O inadimplemento alimentar está relacionado à idéia de prisão civil, posto que, conforme amplamente divulgado, ao pai que não paga pensão alimentícia devida a seus filhos, cabe prisão civil, porém esta apenas deve ser utilizada ao se esgotar todos os meios ao alcance do julgador, na ordem sucessiva dos artigos 16, 17 e 18 da Lei nº. 5.478/68 (de alimentos). Compreende que a prisão civil, se não resolve a questão da inadimplência, só faz agravar a situação do devedor, que, confinado, não trabalha nem recebe salário e, por consequência, não paga pensão, e, em dobro a do credor, que, se for o filho, perde a convivência e o auxílio material do pai (WASHINGTON, 2004).

Na separação judicial, as partes podem acordar a respeito do poder familiar, das visitas, da manutenção de nome, entre outros. Nos autos, pode-se estabelecer a garantia do sustento do descendente que permaneça na companhia do pai ou da mãe; e, por conseguinte, os valores são creditados para atender às despesas de alimentação, ensino, transporte, saúde, vestes, lazer, a fim de satisfazer o interesse do menor.

Pode ocorrer de o guardião querer impedir o direito de visita do outro em função do não cumprimento das obrigações pecuniárias de caráter alimentar. Também, pode acontecer que o genitor guardião procure estabelecer obstáculos à relação do genitor não guardião com os seus filhos, em razão da reconstrução de sua própria vida afetiva, acreditando que as crianças agora têm um novo pai ou uma nova mãe. Porém como já foi ressaltado, o descumprimento das prestações alimentícias não representam argumentações suficientes para impedir o menor de manter relacionamento com o cônjuge ou convivente não guardião.

Conforme Washington de Barros Monteiro (2004, p.290):

Esse direito não pode ser recusado por maiores que sejam as culpas do genitor. Outrossim, dificuldades financeiras ou econômicas do genitor não constituem motivo para impedi-lo de visitar o filho; ainda que não pague prestação alimentícia a que está obrigado, disso não há repercussão no direito de visita, desde que o descumprimento do dever de alimentar o filho seja justificado.

Qualquer que seja a espécie da guarda, se qualquer dos pais faltarem com a obrigação de pagar sua parte no sustento da prole, o outro poderá demandar os

alimentos. Judicialmente, os pais separados que estabelecem o regime da guarda compartilhada costumam ser tão conscientes de que a separação não altera suas obrigações com os filhos, que, raramente, deixam de arcar com sua parte nas despesas (CATALAN, 2008). Entretanto, se vier um deles a incorrer em inadimplemento, mesmo sendo a guarda conjunta, será sempre cabível a condenação judicial na obrigação alimentar. O inadimplemento alimentar está presente no âmbito das prestações alimentícias e, quando se trata de regulamentações de visitas, a ausência de suporte alimentar não influencia de maneira eficaz a impedir o cônjuge não portador da guarda do menor a realizar de modo efetivo o direito de visitas pertencente a ele.

5. OS PROTAGONISTAS DO DIREITO DE VISITA

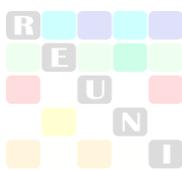
Os pais enquanto visitantes

Independente do seu estado civil familiar, os genitores que não têm a guarda do filho não perdem o poder familiar e, sendo assim, o direito-dever de visitar os filhos. A lei, ao mesmo tempo em que confere esse direito aos pais, de forma expressa no artigo 1.589 do Código Civil, impõe-lhes o dever de visitar o filho, a fim de que possam exercer as funções, os deveres e os encargos do poder familiar.

Boschi relata (2005, p.94):

Assim é que fundados no princípio da paternidade e da maternidade responsável (artigo 226, § 7º, da Constituição Federal), os genitores devem assegurar ao filho convivência, criação e educação no seio da família (art. 227, caput, da CF/88) garantindo-lhe a mais ampla assistência(art. 229 da CF/88), devendo tê-lo em sua companhia(art. 1634, II, CC/02), a fim de que possam colaborar para seu integral desenvolvimento(art. 4º da Lei n. 8.069/90).

O direito de visitas é concedido àquele que não detém a guarda física do filho, exceto nos casos de guarda compartilhada. Por vezes, o melhor interesse do menor leva os pais à propositura da guarda compartilhada ou conjunta. Na legislação brasileira, não há impedimento ao juiz para que este defira a guarda a ambos os cônjuges, quando há acordo entre eles. Com a aprovação do Projeto de Lei nº 6.350 de 2002 do ex-Deputado Tilden Santiago, sobre a guarda compartilhada, pela Câmara dos Deputados (20/05/2008), considerar-se-á a vontade dos pais, mas o juiz é que decidirá com a ajuda de psicólogos, assistentes sociais, em entrevistas com os pais e o menor o que é benéfico para o filho naquele momento. É certo que essa modalidade de guarda representa uma nova faceta do direito de visita.



Visa também ao direito do pai de desfrutar da convivência assídua com o filho, perpetuando não apenas seu patrimônio genético, mas também seu patrimônio cultural, axiológico e familiar, pela repartição, não só do tempo, mas das atitudes, das atenções e dos cuidados, como meio de permanência dos laços afetivos e familiares.

. É significativa a crítica feita, tanto pelas ciências da saúde mental, quanto pelas ciências sociais e jurídicas, logo que leva ao gradual distanciamento entre pais e filhos, até que se verifique o extinguir da relação, bem como afronta os princípios constitucionais da isonomia e melhor interesse do menor. Isto posto, vale ressaltar que, na guarda conjunta, um dos pais pode manter a guarda física do filho, enquanto partilham equitativamente sua guarda jurídica, esta chamada por *joint legal custody* no sistema da *common law* (BOSCHI, 2005).

Considerando que os interesses da criança e do adolescente são prioritários conforme prescrito nos arts. 227, caput, da CF/88 e 4º do ECA, em casos de conflitos entre os filhos e seus pais, são os do menor que devem ser levados em conta, sujeitando-se os genitores a cumprir o que for determinado pelo juiz, com vistas ao maior benefício do filho (art. 22 do ECA).

Como aos pais é importante a relação pessoal com o filho, este também tem necessidade de conviver com seus genitores. A família é antes de tudo, “[...] uma estruturação psíquica, onde cada um dos seus membros ocupa um lugar, uma função. Lugar do pai, lugar da mãe, lugar do filho [...]” (PEREIRA, 1999, p.36).

No que diz respeito à estruturação psíquica do filho, ao desenvolvimento de sua personalidade, cabe ao pai o papel da autoridade, da disciplina, da orientação, e à mãe o da estruturação das relações afetivo emocionais (BOSCHI, 2005, p. 94).

Esses papéis estruturantes da personalidade do menor devem estar sempre presentes em todas as etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente, que busca nos pais se identificar e descobrir o seu próprio lugar, primeiro, na família, e, depois, na sociedade. Portanto, não há lugar para dizer de uma faculdade ou de uma obrigação conferida aos genitores, na forma de direito de visita, mas apenas de um direito-dever (BOSCHI, 2005).

Deveres e funções impostos ao visitante

O exercício da visita impõe ao visitante uma gama de deveres e funções que devem ser cumpridos no interesse do visitado. Nesse sentido, o artigo 1.589 do Código



Civil de 2002 traz que “O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação”. O único meio de que dispõe o visitante para fiscalizar a manutenção e a educação do visitado é no exercício efetivo da visita.

Essa fiscalização atende ao interesse do visitado. É ele quem deve ser protegido, e essa defesa, que se faz, no caso, quando sua manutenção e educação são efetivamente fiscalizados, é obrigação da família, da sociedade e do Estado (arts.227, caput, da CF/88 e 4º da Lei n. 8.069/90); portanto, compete a qualquer pessoa que exerça a visita, na qualidade de visitante, fiscalizar se o visitado está tendo tratamento adequado, ou seja, se está recebendo educação moral, cívica, espiritual e profissional adequadas.

De acordo com Arnold Wald (2002, p.173):

[...] mais do que um direito, as visitas dos filhos representam um direito-dever. [...] estabelece que o direito de visita é um direito subjetivo da criança de manter o relacionamento com os pais e, por outro lado, um dever destes em manter esse relacionamento.

O visitante deve procurar, no exercício do direito de visita, interagir com o visitado, compartilhar sua vida com a dele, inteirar-se dos seus problemas, dar-lhe a devida atenção, carinho e aconchego.

“Não se aconselha que o visitante discuta com o visitado os problemas que porventura tenha com o guardião deste, uma vez que ele não tem a capacidade para entendê-los, nem é sua função ou responsabilidade solucioná-los” (BOSCHI, 2005, p.136). Segundo o mesmo autor, as dúvidas ou controvérsias sobre visitas devem ser objeto de conversa entre visitante e guardião, sempre com a presença do visitado, que é o maior interessado nelas, fora do período de visita, em clima de harmonia e civilidade.

Superior interesse do visitado

O superior interesse do visitado assume vários aspectos. Assim, no plano jurídico, o melhor interesse do visitado é o cumprimento efetivo de todas as normas de proteção aos seus direitos fundamentais, assegurando-lhe o desenvolvimento integral de sua personalidade. No plano social, o superior interesse do visitado reside no receber, por parte daqueles que o cercam, uma educação adequada que possa contribuir para o processo de sua socialização, de forma a torná-lo um ser útil a si mesmo e à



comunidade. Esse aprendizado se perfaz na convivência familiar e comunitária, com a participação do Estado (BOSCHI, 2005).

Sob o aspecto psicológico, o interesse maior está centrado na formação do caráter e da personalidade do visitado, através do afeto positivo e negativo que lhe vão dedicar os pais, a família e a sociedade, de acordo com a necessidade do momento; assim, se ao menor interessa receber carinho e amor, também é do seu interesse que aqueles que o cercam imponham limites às suas ações (BOSCHI, 2005).

O superior interesse do visitado pode ser definido de forma sintética, no atendimento prioritário de suas necessidades biopsicossociais. O termo biopsicossocial engloba um grande conjunto de fatores que estão intimamente ligados ao superior interesse do visitado, seja quanto à proteção de sua vida, desde a concepção, assegurando-lhe a assistência pré-natal, alimentação saudável, cuidados médicos e odontológicos, vestuário e atendimento de suas necessidades básicas, seja no tocante à questão relativa à situação emocional, à formação de seu caráter, ao estabelecimento de laços afetivos, à compreensão de seus desejos e ao fortalecimento de sua autoestima e autoconfiança, seja, por fim, quanto à convivência familiar e social (BOSCHI, 2005).

O processo de formação da personalidade e socialização da pessoa depende do atendimento prioritário de suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais, podendo-se afirmar que aí reside o superior interesse, uma vez que esses contribuem, decisivamente, para o desenvolvimento integral do ser.

6. O TRABALHO DE CAMPO

Apresentação e discussão dos dados

Os dados referentes a cada pai foram coletados por meio de entrevistas. Nestas, buscou-se num primeiro momento descrever parte da história de vida de cada um dos pais, focalizando a família de origem, as brincadeiras, a disciplina, os cuidados recebidos na infância, o início das atividades profissionais, os desejos em relação aos filhos e os cuidados referentes a eles, analisando o modo de criar e cuidar dos filhos. Posteriormente, apresentou-se a profissão, o grau de escolaridade dos pais, a série escolar dos filhos, o tipo de união conjugal e sua duração. Há também de se ressaltar a maneira como alguns pais enfrentaram os processos movidos contra eles pelo não



cumprimento da pensão alimentícia, como acordados entre os genitores as visitas, assim como elas se efetivam na prática.

A seguir, são apresentados, parcialmente, os dados levantados. A forma utilizada para expô-los foi demonstrar um apanhado geral das entrevistas, a fim de tornar o mais claro possível o caminho percorrido para a elaboração da pesquisa. A entrevista foi realizada com cinco pais, estes não serão identificados e se utilizarão letras para denominá-los. Ressalte-se que um dos pais não pôde, por enquanto, fazer parte da análise, visto que ainda não paga pensão alimentícia.

Pai “A”

O pai “A” teve sua infância na área rural e começou a trabalhar com dez (10) anos de idade. Ele tinha sonhos para quando crescesse, mas não pôde realizá-los devido à falta de oportunidades. Trabalhava na Usina Paranaíba, na cultura de cana-de-açúcar, A vida social se resume em tomar algumas “cachaças” de modo esporádico, relaciona-se muito bem tanto com os vizinhos como com os parentes.

Primeiramente, disse que nenhum parente o ajudava, mas ressaltou que recebe algumas ajudas. Entretanto, não são de modo constante e afirma que, apesar das ajudas, ele consegue resolver os problemas que o afligem.

No que diz respeito ao relacionamento conjugal, já foi amasiado, primeiramente, e hoje se encontra casado. De sua primeira relação conjugal, teve dois filhos, uma menina e um menino. O último faleceu, mas a primeira, ele ajuda a sustentar, pagando mesada todo mês. No casamento atual, teve duas filhas, porém uma já faleceu. As expectativas em relação aos filhos são as melhores, almeja que eles estudem e sejam educados. Todos os filhos foram desejados e acha muito importante no relacionamento com eles, principalmente, o respeito. Logo, resalta-se que eles frequentam regularmente a escola e possuem o mesmo tipo de educação tanto os filhos como as filhas.

Para o pai “A”, o significado de ser pai representa um momento muito bom. A pensão alimentícia reflete os cuidados que ele tem com a filha da primeira relação conjugal e entende que não cuida dos filhos diariamente, devido às normas que foram impostas a ele diante da guarda da filha. E ainda resalta que gostaria muito de ter cuidado da filha, quando se separou da companheira do primeiro relacionamento conjugal.



Além disso, relata que a filha sempre o visita, essencialmente no dia do pagamento da pensão alimentícia.. Esta foi fixada em 30% do salário mínimo, sendo para o pai “A” a quantia de cento e vinte cinco reais. Relata que nem sempre pagou em dia, visto que nem sempre está empregado e, além do mais, há os cuidados com a família atual; e ainda observa que quase foi preso pela falta de pagamento em dia.

Pai “B”

O pai “B” começa relatando que sempre foi de família humilde, em que o sustento da família vinha da serraria que o pai tinha. Na idade de aproximadamente doze anos, seu pai se separou de sua mãe, arrumando, assim, outra família. Com isso, o trabalho foi mais perpetuado para o pai ”B”, que começou a trabalhar por volta de doze anos. Atualmente, trabalha em uma marcenaria.

Referente ao lazer e à vida social, descreve que gosta muito de pescar. No que tange ao relacionamento com vizinhos, é muito bom. Com os parentes também não há conflitos, e estes não o ajudam financeiramente.

Ao fazer referência a relacionamentos conjugais, o pai “B”, primeiramente foi casado, separou-se e, hoje, vive com outra. Com o primeiro relacionamento conjugal, ele teve três filhos com as idades de 15, 17 e 18 anos. Ele ajuda a criá-los com pensão alimentícia. Na parte de relacionamento com os filhos, eles frequentam constantemente a casa do pai, porém, discorre que, no começo, foi bem complicado, visto que a mãe impedia o contato dos filhos com o pai biológico. Atualmente, a situação já foi contornada e encontra-se equilibrada.

Possui em relação aos três filhos expectativas boas, por começar que os três filhos foram todos desejados. Neste sentido, considera que o mais importante no relacionamento com os filhos é a manutenção da amizade. Logo, o significado de ser pai reflete para ele uma coisa muito boa que aconteceu na vida dele. Uma das demonstrações de cuidados para com os filhos é o pagamento da pensão alimentícia, a qual é depositada em conta bancária e demonstra que não cuidou mais dos filhos por falta de oportunidade, uma vez que a mãe exercia forte influência sobre eles, criando uma barreira entre eles e o pai.

O pai “B” narra que, na questão das visitas, não há mais a necessidade de o pai ir ver os filhos, os filhos o visitam frequentemente, devido ao afeto que eles possuem pelo pai. Ele revida que a fixação da pensão alimentícia foi estipulada de modo injusto, inclusive, alega que a ex-mulher fez uso de testemunhos falsos. Ressalva que já

houvesse atrasos no pagamento da pensão de apenas cinco dias, mas nem por isso deixou de ser preso por inadimplência alimentar, ainda, que o dia da prisão já havia efetuado o pagamento, sendo preso injustamente.

Pai “C”

O pai “C” começou a trabalhar desde cedo, porém sua mãe insistia na continuidade do seu estudo. Quanto a sonhos, almejou sempre valorizar a honestidade. Atualmente, trabalha como motorista no sistema de convênios “Rosa Mística”.

Quanto ao lazer, sempre sai durante os finais de semana, vai a lanchonetes para degustar alguns lanches. O relacionamento com os vizinhos é muito bom, assim como com os parentes, que é ótimo.

Ao se referir a relacionamentos conjugais, o pai “C” possui apenas um relacionamento conjugal. Foi casado apenas uma vez, vive atualmente com a mesma mulher e, desta relação, ele possui um filho. Fora do casamento, ele possui uma filha de quinze anos. O pai ajuda a criar a filha a partir dos doze anos, quando ficou sabendo da existência dessa filha. Ele ajuda apenas com a pensão alimentícia fixada em 30%, apenas verbalmente. Discorre que não ajuda mais, visto que não houve vontade por parte da filha de aproximação com o pai biológico. Caso contrário, ajudaria tanto no amparo financeiro da filha, como também no afetivo.

No relacionamento com os filhos, o mais importante para o pai “C” é estar sempre junto com eles, logo, o significado de ser pai para ele é ótimo.

Na pensão alimentícia, esta é paga para a própria filha de quinze anos, a ajuda financeira tem o intuito de ajudar na alimentação, na compra de roupas, remédios, entre outros. Relacionado a isso, expõe o pai que a visita que a filha realiza a ele é apenas para o recebimento da pensão, visto que parte da própria filha o afastamento do pai biológico.

Pai “D”

A infância foi desenvolvida na fazenda. Atualmente, trabalha como motorista.

Em relação à vida social, gosta muito de jogar futebol, mas, no momento, não está apto a praticar esportes.

O relacionamento com vizinhos e parentes é bom, sendo que alguns parentes o ajudam.

Quando se fala em união conjugal, o pai “D” foi casado e, no momento, encontra-se amasiado. No primeiro relacionamento, teve dois filhos, uma menina e um menino. Já no segundo, teve uma filha. Os dois filhos do primeiro relacionamento, o pai ajuda a criá-los com o pagamento da pensão alimentícia, ajuda também na questão escolar, entre outros. As expectativas em relação aos filhos são boas, logo, no relacionamento com eles preza-se uma boa amizade, significando, assim, para ele ser pai um momento bom.

A pensão alimentícia foi fixada por meio de um processo no Fórum e já faz dez anos que ele paga. Pagando a pensão alimentícia(que já faz uns dez anos) em dia, não possui, portanto, nenhum processo contra ele. E não cuidar dos filhos representa um pai que não expõe uma figura boa para os filhos. Quanto às visitas, o filho mais velho sempre fica mais com o pai e, a filha, em períodos quinzenais, sempre recebe visitas do pai.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostra que o direito de visitas surge a partir da relação de parentesco, da dissolução da união estável, do reconhecimento de maternidade e paternidade. Estes fatores levam também a discussões sobre a guarda, a qual é relacionada de maneira convergente ao direito de visitas adquirida pelo cônjuge ou convivente não guardião.

Há necessidade de ressaltar o direito-dever dos pais para com os filhos (menores ou maiores inválidos), ou melhor, mesmo após a separação, o cônjuge ou convivente que não detém a guarda terá o dever e, concomitantemente, o direito de acompanhar a formação do filho, tanto material quanto psicologicamente.

Ao destacar o tema sobre a questão da inadimplência alimentar, pode-se acatar a opinião de que o cônjuge com o direito a visitas que venha a se apresentar inadimplente perante os deveres materiais ao filho, perderá o direito de realizar as visitas garantidas ao mesmo. Porém, como apresentam Washington de Barros Monteiro (2004), Silvio Rodrigues (2002) entre outros, mesmo perante a inadimplência alimentar, o direito a visitas não pode ser suspenso, isto é, só haverá a perda desse direito, se existir a possibilidade de prejuízos à formação psicológica do filho, criança ou adolescente.

Quanto aos fatores que contribuem e os que não favorecem para a efetivação do direito de visitas, o material coletado ainda está sendo analisado. Pôde-se observar



parcialmente, a importância do relacionamento dos filhos com os respectivos pais biológicos, visto que a manutenção dos vínculos afetivos é de suma importância para a formação da personalidade do menor, tanto para a criança como para o adolescente.

Por meio das entrevistas, observou-se a fundamentação da teoria do direito de visita e sua veracidade, porém, há de se ressaltar que, perante os cinco pais entrevistados, houve diversos pontos de vista, diante do tema pesquisado, os quais divergem entre si, uma vez que a visita não envolve apenas o direito-dever do pai para com o filho e, sim, relações psicológicas que podem afetar profundamente a formação do menor no seio familiar e também na sociedade.

No momento, os dados da pesquisa bibliográfica ainda estão sendo levantados. A coleta de dados, por meio de entrevistas e desenhos junto aos pais e às crianças, já terminou e estão sendo analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Araken de. **Da execução de alimentos e prisão do devedor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- BOSCHI, Fábio Bauab. **Direito de visita**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BEZZON, Lara Crivelaro. **Guia prático de monografias, dissertações e teses: elaboração e apresentação**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2005.
- BRESCIANI, Eduardo. **Câmara permite guarda compartilhada de filhos**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Polit, MUL488483-5601,00. html>. Acesso em: 11 jun. 2008.
- CAHALI, Yusef Said. **Dos alimentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- CATALAN, Marcos. **Aprovada inclusão da guarda compartilhada no código civil**. Disponível em: <http://mjcatalan.blogspot.com/2006/04/aprovada-incluso-da-guarda.html>. Acesso em: 11 jun. 2008.
- COSTA, Maria Josefa Mendes; D'ANTONIO, Daniel Hugo. **Derecho de família**. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1991.
- DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janus. **O direito da criança ao respeito**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.



D'AZEGLIO, Luís Taparelli. **Curso de direito natural**. São Paulo: Anchieta, 1945.

DELINSK, Julie Cristine. O novo direito de filiação. São Paulo: Dialética, 1997.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 22.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. V.5.

ELIAS, Roberto João. **Pátrio poder, guarda dos filhos e direito de visita**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito de família**: elementos críticos à luz do novo código civil brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FERNANDES, Iara de Toledo. **Alimentos provisionais**. São Paulo: Saraiva, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de família**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. V.2. (Coleção Sinopses Jurídicas).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Guarda Compartilhada - Quem Melhor para Decidir?** São Paulo: Pai Legal, 2002. Disponível em:
<<http://www.pailegal.net/TextoCompleto.asp?lsTextoTipo=Justica&offset=10&lsTextoId=1094972355>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

HERNÁNDEZ, Francisco Rivero. El derecho de visita. Ensayo de construcción unitária. In: Viladrich, Pedro Juan. **El derecho de visits**. Teoria y práxis. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad Navarra, 1982.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito Civil. Estudos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.



MAZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia de pesquisa no direito**. 3.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito de família**. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 2004. V.2.

NOVAES, Maria Helena. **O maior interesse da criança e do adolescente face às suas necessidades biopsicossociais**: uma questão psicológica. In:_____. O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Pai, por que me abandonastes? In: PEREIRA, Tânia da Silva. O melhor interesse da criança – um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RÁO, Vicente. **Guarda de filho menor**. RT, v. 202.

ROCHA, J. V. Castelo Branco. **O pátrio poder**. 2. ed. São Paulo: LEUD, 1978.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. V.6.

RODRIGUES, Silvio. **O divórcio e a lei que o regulamenta**. São Paulo: Saraiva, 1978.

STILERMAN, Marta N. **Menores. Tenencia. Régimen de visitas**. Bueno Aires: Ed. Universidad, 1991.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. V.6.

WALD, Arnold. **O novo direito de família**. 14.ed.rev.e atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.



O TRÂNSITO DE ALMAS NA CIDADE

Ressignificações e Práticas Religiosas de Trabalhadores em General Salgado¹

Eber Mariano Teixeira²

Resumo: Neste artigo, busco dialogar com trabalhadores que foram se constituindo na cidade de General Salgado, interior do estado de São Paulo na década de 1980, e, nesse processo de deslocamento para a cidade, foram forjando mudanças nos modos de viver e de crer, á medida que se converteram ao protestantismo. A partir de algumas questões postas no presente, é que voltamos ao passado para compreender estes processos em dimensões mais amplas no movimento da história e na relação presente-passado-presente.

Palavras-chave: Religiosidade, memória, trabalhadores, cidade.

Primeiras palavras...

Um homem que buscava o caminho da espiritualidade chegou ao sopé da Montanha. Da Verdade e quis saber qual era o caminho que o levaria à iluminação. Para cada homem santo a quem perguntava, obtinha uma resposta diversa. Depois de muito pensar, decidiu-se por um caminho e se convenceu que aquele era o único caminho que o levaria ao topo da Montanha. Depois de algum tempo, quando chegou lá, o homem olhou para baixo e viu que os caminhos que levavam ao topo, eram tantos, quantos eram as almas que procuravam a Montanha. (Parábola Zen- budista)

O campo religioso sofreu transformações nas últimas décadas que levaram à fragmentação institucional e à intensa circulação de pessoas pelas novas alternativas

¹ Este artigo é fruto de parte do trabalho desenvolvido na graduação na UNIJALES denominado: Memórias e Histórias de trabalhadores nordestinos em General Salgado (1960 – 2005) com apoio da FAPESP e do PIC UNIJALES.

² Mestrando em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



religiosas. A precariedade do engajamento das pessoas com as instituições religiosas e seus sistemas de crenças tem contribuído para a chamada crise das instituições tradicionais produtoras de sentido (BRANDÃO, 1994, p. 23-41). O campo religioso brasileiro não foge a esse contexto, explicitado no trânsito contínuo de fiéis que se movimentam em busca de novos significados.

A partir do diálogo com trabalhadores nordestinos que migraram da região de Paramirim, interior da Bahia, nas décadas de 1960, e, posteriormente, vieram para a cidade de General Salgado, interessei-me pelas experiências destes trabalhadores, as peculiaridades deste grupo no que se refere à opção religiosa, visto que muitos deles foram engrossando os movimentos religiosos de cunho protestante. A partir dessa questão, comecei a indagar sobre o sentido que tinha para estes moradores a mudança de religião e, respectivamente, a reelaboração de novos valores vivenciados por eles na cidade. Não só os valores na cidade, mas as memórias da terra natal, como as brincadeiras, os costumes, a religião, os modos de viver e crer. Durante as entrevistas, percebi que, na fala deles, a relação que fazem, partindo do presente ao passado, trazem dimensões de mudanças de vida, ao qual, neste artigo, denomino: Trânsito de almas na cidade.

Os trabalhadores nordestinos na cidade de General Salgado compõem suas memórias sobre as experiências vividas na cidade a partir do presente e projetam as imagens do passado. O historiador Alistair Thomson (1997) concebe “composição” como um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de construção de memórias, porém útil. Compomos nossas reminiscências para dar sentido a nossa vida passada e presente. De certa forma, nós a compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura. Para Portelli (1997), as composições das memórias podem existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar as lembranças. Se considerarmos as memórias como um processo e não depósito de dados, poderá se constatar que à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. As imagens produzidas pelas memórias são processos individuais, que ocorrem em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas.

Questionado sobre as festas, os momentos de lazer que participavam na Bahia, o entrevistado, Senhor João Dias, narra o seguinte:

A festa que tinha lá era da igreja de Santo Antônio. (...) Era uma festona, vinha um mundo de gente, uma festona mesmo. (...) Tinha bastante estes... Os missionários, muita crisma... Crismando, batizando, assim do mundo...Batismo de padre, bispo da parte deles...Tinha tudo essas coisas lá. (João Alvino Dias, 15/06/05).

Entre os princípios de sociabilidade que são os momentos em que as pessoas interagem na comunidade, uns com os outros, a narrativa mostra que as festas religiosas marcavam um encontro de milhares de pessoas na região de Paramirim, na Bahia. O interessante é compreender na narrativa do Senhor João Dias, a reelaboração dos valores e costumes religiosos os quais vivenciou neste período. Evidenciamos na fala do entrevistado, o conceito de “mundo”, pois, hoje, o senhor João pertence a uma Igreja Protestante³ e, possui toda uma interpretação reelaborada de seu passado enquanto participante da Igreja Católica. Ênfase a concepção da palavra “mundo” que o Senhor João Dias expõe no sentido de pecado, ou seja, todas as pessoas que não acreditam nos valores protestantes apropriados pelo Senhor João Dias fazem parte “assim do mundo”. Portanto, os padres, os bispos e toda festa tradicional católica, em nome de Santo Antônio, ficam registradas nas lembranças do entrevistado como uma experiência una, destes valores que, no passado, foram vivenciados.

Para o Senhor José Lopes, 75 anos, morador da cidade, a elaboração dos valores protestantes foi apropriado, com muita comemoração, pois relata que “foi ali, na igreja, antes disso, eu era católico... fui me convertendo e Deus foi fazendo a obra, parei de fumar e tudo”. No contexto, a conversão significou uma mudança de hábito e, conseqüentemente, os dogmas da religião impuseram resistências a todo e qualquer tipo de vícios. Isso fez com que o Senhor José Lopes atribuísse o significado da mudança a Deus. Neste sentido, ao se converter, conheceu um novo valor, ressignificou costumes e, conseqüentemente, permitiu que “novos significados, novas práticas, novas relações

³ A Igreja que o Senhor João Dias frequenta denomina-se: Assembléia de Deus, Ministério Vila Alpina, sede São Paulo, uma igreja tradicional no Brasil, de caráter Pentecostal, cuja corrente possui aproximadamente quatro milhões de fiéis em todo o país.

e tipos de relações passaram a ser continuamente criados” por este trabalhador.

(WILLIAMS, 1979, p. 126.)

Ao entrevistar o Senhor Catolino Rodrigues Vieira, com 79 anos, ele narrou sobre determinado evento da sua conversão do catolicismo para o protestantismo, relacionado às mudanças de lugar e às condições de vida. Segundo o Senhor Catolino:

Não, eu converti, aqui, eu converti em 54, eu tinha 28 anos. Em Urânia. Eu morei em Urânia, uns par de ano. Naquele tempo, ninguém falava no evangelho. Foram uns homens aqui de Salgado, até já faleceu os dois já, que eles que anunciou o evangelho pra mim, em 56. Nós moravam vizinho perto. Naquele tempo, eu tinha um butequim, tinha um campo de bótia, e bebia umas pinguinhas. Eles viam assim, eles gostavam de mim, porque eu tocava com eles volume de roça, no ano que eles anunciou pra mim eu colhi 70 volume de arroz e 700 arroba de algodão. Eu era toruba pra trabaiá, também não era só buteco não. Chegava, à tarde, assim dia de domingo, feriado, então, eu ponhava a turma pra jogá bótia e vendia pinga pra eles. Eles via aquilo lá, achou o jeito de mim que podia ser crente, né, aí anunciou pra mim, mas eu levei oito anos pra batizá. Eu congregava, NE, toda vida minha igreja foi a congregação. Aí, eu continuei indo na igreja junto com eles, filhos gostavam, a palavra falava comigo. Aí, depois, foi em 64, aí, voltei da Bahia outra vez, foi uma viagem doida que eu fiz, aí, eu já tinha uns quatro filhos. Peguei minha mudança, vendi tudo, vendi 700 arroba de algodão, vendi uns 130 saco de arroz, vendi a mudança tudo e peguei e fui lá pra Bahia. Cheguei lá, fiquei 99 dias e voltei pra trás, outra vez, aí, foi quando eu cri, né, eu vi que eu tava sofrendo demais, porque era desobediente, né. Aí, lembrava aquela passagem de Jó nas escrituras, que Deus tirou Jó da mão diabo, que o diabo foi sarandá com ele. Aí, eu falei: eu tô na posição de Jô, né, e é o diabo que tá comigo, porque o crente fala assim, quando eles vão fazer uma viagem, eles ora a Deus, né, se Deus permitir, ele faz! Se não, ele fica em paz.! Eu não orei a Deus coisa nenhuma, eu saí por meu destino, por isso que eu sofri muito. Aí, eu cri, eu cri, cheguei, fui fazer uma casa, e fui derrubar dois alqueires de mato, pra fazer uma roça e sofri, aí foi quando eu cri, mas cri mesmo por dor né, porque por amor não teve jeito não, mas por dor, aí, eu obedeci, NE, e, graças a Deus já tá pra 45 anos que eu batizei. (Catolino Rodrigues Vieira, 12/09/2006).

As imagens produzidas pelas memórias do Senhor Catolino sobre a experiência de sua conversão, se inserem num processo de resignar valores na busca de melhores condições de vida, seja material ou espiritual. Segundo o trabalhador, quem pregou ou anunciou para sua conversão foram dois homens que pertenciam à cidade de General Salgado. Num período anterior, porém, estes trabalhavam juntamente com ele na roça, e



moravam na cidade de Urânia, como vizinhos. O ano que os dois homens anunciaram o evangelho para o Senhor Catolino, está relacionado em sua memória como o ano em que colheu 70 volumes de arroz e 700 arrobas de algodão. Ao rememorar esse evento, dá a ele sentidos, significações que o tornam parte de um processo ativo em sua vida cotidiana.

Nas memórias de Catolino, sua conversão está relacionada às suas atividades do campo, são delineadas pelas colheitas, no mundo do trabalho e estrutura sua narrativa a partir desses eventos; no ano de 1964, resolveu vender tudo o que possuía para voltar à Bahia.

Será que realmente o Senhor Catolino vendeu 700 arrobas de algodão, ou os 130 sacos de arroz e voltou para o Estado de São Paulo depois de 99 dias? O que significa em sua trajetória ir para a cidade em que morava no Estado da Bahia e voltar depois de 99 dias? Alessandro Portelli (1993, p. 41) nos remete a pensar sobre “a atitude do narrador em relação à subjetividade, a imaginação e ao desejo que cada indivíduo investe em sua relação com a história.”

As redes de sociabilidade que Dona Áurea, esposa do Senhor Catolino, já tinha feito com a vizinhança, amigos e parentes, foi um dos fatores decisivos para retornar para o Estado de São Paulo, na cidade de Urânia onde moravam neste período. As condições materiais que Catolino foi para a Bahia favoreceu nos primeiros meses um conforto/estabilidade para sustentar sua família. O retorno de Sr. Catolino e sua família são justificados pelas dificuldades em adquirir emprego na cidade, depois que o dinheiro acabou. Mas, o que levou o Senhor Catolino a narrar em suas memórias a experiência deste evento na trajetória de sua vida, em que ele chama de “viagem doida”? Estas modificações revelam o esforço do narrador em buscar sentido no presente – passado para dar forma à sua vida, que, logo a seguir, narra sobre sua conversão religiosa - e também colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (PORTELLI, 1997).

A experiência de conversão se deu, para o senhor Catolino, depois que voltou da Bahia. Segundo ele, a viagem foi uma desobediência a Deus, já que não tinha feito uma oração para saber se Deus permitiria. A partir do presente, ele ressignifica sua experiência na passagem bíblica de Jó e, neste diálogo, E. P. Thompson (1987, p. 278-279), ao nos privilegiar com sua explicação sobre o “fazer-se” da classe operária inglesa, toma a religião como elemento nesse processo formação, ao alertar que

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e das experiências (...) Entretanto, dispersos pela bíblia, haverá textos explicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente tanto o contexto de luta de classes quanto o da peregrinação espiritual.

Ao incorporar – apropriar a leitura da passagem bíblica, o trabalhador estabelece relações com a explicação da experiência vivenciada no processo de deslocamento que julga ter sido uma desobediência e, ao mesmo tempo, uma aprovação de Deus como no episódio da passagem bíblica de Jó. Assim, depois de “sofrer”, como diz Catolino, veio o batismo e sua conversão à Igreja Congregação Cristã no Brasil, na qual esta até hoje.



FOTO 01: Senhor Catolino Rodrigues Vieira, 79 anos, e sua esposa, Dona Áurea Ana da Cruz Vieira, na sala da casa onde mora o casal. Acervo do autor, outubro – 2006.

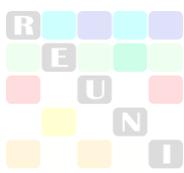


FOTO 02: Sala da casa do Senhor Catolino e da Dona Áurea, a estante com vasos de flores, a bíblia e o hinário.

A foto tirada mostra um pouco os modos de viver e morar do casal em sua casa, onde, na sala, só possuem um sofá e o pequeno balcão com os arranjos de flores na parte de cima e, também, na parte de baixo. A bíblia e o hinário ficam no balcão. Não possuem televisão, pois a doutrina da Igreja não a permite assistir, pois segundo a doutrina da Congregação Cristã do Brasil e a fala do Senhor Catolino “a televisão é o mundo e o crente tem que ser separado do mundo”.

A perspectiva adotada sobre as memórias dos trabalhadores nordestinos está fundamentada no diálogo elaborado por Alistair Thomson (1997, p. 56), em que o autor insiste que a “composição das reminiscências para dar sentidos à vida passada e presente, as pessoas expõem publicamente seu passado e utilizam-no como apoio constante ao processo de significação às experiências pessoais”.

Dona Geraldina, ao relatar suas memórias, seleciona alguns elementos para reconstruir sua narrativa oral e, por extensão, a identidade que deseja pública revela-se uma eximia narradora.



Se for pra mim contar de religião, de doutrina, não de crente que, naquele tempo, não existia crente lá. Mas de religião, de doutrina, de disciplina, de criação, modo de viver, esse mundo pra mim já acabou. E acabou mesmo. Que eu tô vivendo agora já acabou... eu tô noutro mundo. O que eu nasci e criei acabou, acabou. Não dá pra encarar, dá pra tristeza, sabe, tem hora que eu olho, tem tristeza, se for como eu fui criada, senhor, se for como eu fui ensinada, como minha mãe me levava nos lugar de doutrina, de conserta, de comunga, lá fala reza aqui fala canta, de reza, eu já fui uma boa rezadeira, eu não tenho vergonha, eu cantava, eu rezava, eu batia caixa (caixa pra samba risadas) Óia, esse mundo já acabou, a honestidade que era naquele tempo, o respeito, o modo das muié viver, pra mim acabou tudo, pra mim acabou tudo, tudo, tudo acabou. Nasceu de novo, agora, o que nasceu de novo pro bem ou pro male, isso aí pertence a Deus, mas, pra mim, eu acho que, se aquele caminho lá que eu criei era para o bem, pois este de agora pode sair com a peneira cercando pra alcançar algum E, aquele lá, foi o tempo, pois este de agora pode sair com a peneira. Eu já falei: se Deus não tivé dó como um pai de piedade, Deus não dá o perdão, ele dá, ele é bonzinho, eu sei que dá o perdão, mas se ele não dé, pode aumentar o inferno, porque não vai cabê. (Senhorinha Geraldina Santana, 29/01/2006).

As memórias de Dona Geraldina levaram-me a compreender como os sujeitos atribuem significados dentro de uma experiência social, partindo da reflexão presente – passado-presente. Dona Geraldina deixa claro em sua narrativa que “crente”, ou seja, os protestantes não existiam na região em que morava. Porém, a entrevistada, ao relembrar os valores e costumes praticados na terra natal, faz uma interlocução com o presente, pois os valores vivenciados hoje, para Geraldina, “acabou”. Diferente da concepção de “mundo” elaborado pelo senhor João Dias, a entrevistada remete uma concepção ao sentido de “mundo” mais abrangente: religião, doutrina, disciplina, criação, modos de viver, todas essas práticas e valores vivenciados desde a infância, não condiz com a realidade vivida e vista pela entrevistada no presente, portanto; “esse mundo pra mim já acabou”.

Na entrevista, Dona Geraldina é bastante irônica, de certa maneira até crítica. Fica evidente quando narra que “eu começo na Igreja dos católicos acabou... se eu for contá como que eu fui criada”, “lá fala reza, aqui fala canta”, “fui uma boa rezadeira” cantava, rezava, batia caixa, “meus Deus o que é que tem aqui?” Ao evocar a fala a uma interrogativa, a entrevistada remete uma crítica aos valores, costumes e dogmas da igreja nos dias atuais, pois “o que é que tem aqui?” Segundo Dona Geraldina, acabou a



honestidade, o respeito, ela não concorda com os padres nos dias atuais, andando de camiseta cavada e bermuda. Assim, vai delineando nas lembranças os valores praticados no passado, como os modos que aprendeu sobre as doutrinas, as maneiras de cantar e rezar, são memórias de um tempo que Dona Geraldina relembra com saudade e que, segundo ela, se “acabou” nos dias atuais, que vivencia na velhice.

Embora Dona Geraldina rompa no tempo presente com os valores que vivenciou no passado, suas memórias evocam uma interpretação interessante sobre suas experiências vivenciadas ao longo de sua trajetória. A honestidade e o respeito surgem como valores atribuídos e comparados com os momentos atuais de corrupção e desrespeito principalmente o último termo ao qual na velhice se sentem desrespeitados pelos mais novos.

Segundo Alistair Thomson (1997, p. 76) “as mudanças que ocorrem na vida de uma pessoa e em sua identidade, com o passar do tempo, possibilita lembranças de coisas novas.” A experiência da velhice é frequentemente um tipo específico de experiência em relação à lembrança. Psicólogos falam a respeito de retrospecto da vida. Um novo processo de recordar que, às vezes, acontece com pessoas idosas. Talvez, seja uma das razões por que Dona Geraldina vive um momento de sua vida que é necessário refletir sobre tudo o que vivenciou e está vivenciando, inclusive as dificuldades da idade, as situações do cotidiano, a solidão. Dona Geraldina mora numa casa com uma filha, uma neta e seu genro, e situações conflituosas fazem parte do seu dia a dia.

Problematizando ainda a narrativa de Dona Geraldina, enfatiza que os valores pelos quais ela foi criada eram para o “bem”, elucidando, portanto, uma construção da memória de um tempo que já se foi e não existe mais, fragmentando a relação tempo – espaço. No final de sua fala, deixa claro que, se “Deus não tiver piedade e não der o perdão” no que se refere aos valores atribuídos na concepção da entrevistada no tempo presente, as memórias da trabalhadora evocam a lembrança do mito sobre “Satanás”, quando diz que “pode aumentar o inferno, porque não vai cabê”.

É importante ressaltar que, na narrativa de Dona Geraldina, o apego aos valores tradicionais da família, de respeitabilidade, de autovalorização e de busca de reconhecimento social ainda se mantém e transparece em alguns trechos de sua fala. Ao mesmo tempo, demonstra seu esforço para se integrar aos costumes urbanos vividos na cidade.



A conjuntura exposta acima é o indicador da complexidade dos modos de vida que esses moradores organizam e reorganizam, suas diferentes manifestações religiosas em seu cotidiano. Se pensarmos em dimensões mais amplas, o fenômeno da globalização e o processo de secularização e seus derivados, como a periferização da religião, o pluralismo religioso, a crise das instituições religiosas (inclua-se aqui a chamada crise de vocações), são elementos que viabilizam essa relativa autonomia dos sujeitos em relação às instituições religiosas. Ao atentarmos para como esses trabalhadores atribuíram sentidos e significados às suas experiências religiosas, podemos compreender essas mudanças de forma ampla que vão se constituindo/instituindo na cidade, por outros moradores. Desse modo, é possível salientar que o resultado disso é um Deus metamorfoseado, constituído da multiplicidade simbólica que só a experiência do trânsito proporciona. Um Deus híbrido, pouco ortodoxo, redesenhado a lápis, cujos contornos podem ser apagados e refeitos de acordo com a novidade da próxima experiência, proporcionando uma permanente reinvenção do sagrado e novas atribuições de significados - ressignificados à prática religiosa pentecostal e/ou neopentecostal na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. R. A crise das instituições tradicionais produtoras de sentido. In: MOREIRA, A.; ZICMAN, R. *Misticismo e novas religiões*. Petrópolis: Vozes, 1994 p. 23-41.
- PORTELLI, A. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Revista Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo: EDUC, 1997a.
- THOMPSON, E. P. *Formação da Classe Operária Inglesa* (Maldição de Adão), Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História 15. Ética e história oral*. São Paulo: Educ, 1997.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.



VARIAÇÃO DA TEMPERATURA DO SOLO EM ÁREAS DE RECUPERAÇÃO DE SOLO DEGRADADO

Carlos Eduardo Rosa¹, Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Marlene Cristina Alves

Resumo: A temperatura do solo tem considerável importância para o agricultor, pois processos físicos, químicos e microbiológicos ocorrem no solo e são fortemente influenciados pela temperatura. As amplitudes da temperatura influenciarão fundamentalmente nos mecanismos das reações químicas e nos processos biológicos que ocorrem no solo, contribuindo para a preservação do equilíbrio edáfico e para posterior manutenção da produtividade. Tendo em vista isso, o trabalho teve como objetivo avaliar a variação da temperatura do solo em uma área de solo degradado, em que se utilizou a espécie de recuperação de áreas degradadas, o Gonçalo- Alves (*Astronium fraxinifolium*, Scott), combinando esta espécie com adubos verdes e braquiária. Foi monitorada também a temperatura em uma área de vegetação nativa. A temperatura do solo foi determinada por sensor *i-button*, instalado a 5 cm de profundidade. Com isso, observou-se que a área de “Vegetação Nativa do Cerrado” e “Gonçalo- Alves+Braquiária+Lodo de Esgoto” apresentaram menores temperaturas máximas e amplitudes em relação aos tratamentos “Testemunha”; “Gonçalo-Alves”; “Gonçalo-Alves+Feijão de Porco” e “Gonçalo-Alves + Crotalária”, devido à quantidade de cobertura vegetal existente.

Palavras chaves: adubos verdes; lodo de esgoto.

Keywords: green manure; sewage sludge.

1. INTRODUÇÃO

A temperatura é um conceito que é amplamente usado para caracterizar as propriedades térmicas do solo. Para o agricultor, a temperatura tem considerável importância, pois processos físicos, químicos e microbiológicos ocorrem no solo e são fortemente influenciados pela temperatura. O solo tem capacidade de absorver a energia radiante, procedente do Sol, sendo que a quantidade absorvida depende da intensidade de radiação e respectiva inclinação dos raios solares e das características e propriedades do solo, destacando- se a estrutura, textura, cor e umidade. A temperatura do solo depende da condutividade térmica, capacidade volumétrica de calor e quantidade de calor que entra e sai da superfície do solo, o que faz com que a cobertura vegetal do



solo, o conteúdo de água e ar das várias camadas são fatores decisivos para o regime de temperatura no solo, onde ela pode ser alterada de acordo com os ciclos de radiação, que produz flutuações diárias significativas nos primeiros 0,03m abaixo da superfície de solo nú (ALVES, 1992).

As amplitudes da temperatura influenciarão fundamentalmente nos mecanismos das reações químicas e nos processos biológicos que ocorrem no solo, sendo importante o estabelecimento de condições que favorecem um intervalo de temperaturas amenas, para a preservação do equilíbrio edáfico e para posterior manutenção da produtividade.

Diferentes espécies são utilizadas na recuperação de áreas degradadas. Neste estudo, optou-se pela espécie nativa de cerrado conhecida como Gonçalo-Alves (*Astronium fraxinifolium*, Schott), pois é pioneira e seletiva xerófita, encontrada em terrenos rochosos e secos, onde forma agrupamentos descontínuos, sendo agressiva e resistente a condições adversas (ALVES, 2001).

Este trabalho teve como objetivo avaliar a variação de temperatura de um Latossolo Vermelho remanescente da área de onde se retirou solo, que foi usado na terraplanagem e fundação da usina hidrelétrica de Ilha Solteira-SP, com adubação verde, lodo de esgoto e plantas da espécie Gonçalo-Alves.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi conduzido na Fazenda de Ensino e Pesquisa (FEP) da FE- UNESP, Campus de Ilha Solteira, localizada no município de Selvíria - MS, situada a - 20 ° 22 ', 51 ° 22' de longitude oeste e altitude de 330 metros.

O experimento foi instalado em uma área que se retirou uma camada de solo de 8,60 m de profundidade. O solo foi preparado com o uso de subsolagem, atingindo uma profundidade de 0,40 m e revolvimento superficial com arado de aiveca (profundidade média atingida: 0,30 m).

O solo existente anteriormente é um Latossolo Vermelho distrófico (Demattê, 1980; Embrapa, 1999), cuja classe textural é franco-argilo-arenosa (665, 79 e 256 g kg⁻¹ de areia, silte e argila, respectivamente). As médias anuais da região são: precipitação pluvial de 1.370 mm, temperatura de 23,5 °C e umidade relativa do ar entre 70 e 80 %.

¹ Campus de Ilha Solteira – Faculdade de Engenharia – Agronomia – c.eduardorosa@hotmail.com



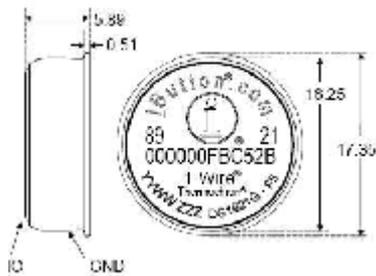
Foi aplicado no solo com finalidade de correção, para elevação de saturação de bases a 70 %, 1,2 kg ha⁻¹ de calcário dolomítico (PRNT 70 %).

Todos os tratamentos para recuperação do solo incluíram a espécie arbórea nativa de cerrado Gonçalves-Alves (*Astronium fraxinifolium*, Schott), exceto a testemunha, com espaçamento entre as árvores de 3x2 m, perfazendo 25 plantas por tratamento e 500 plantas no experimento todo. Salienta-se que, na testemunha, o solo foi mantido exposto e sem técnica para recuperação; portanto, não foi plantada a espécie arbórea de cerrado.

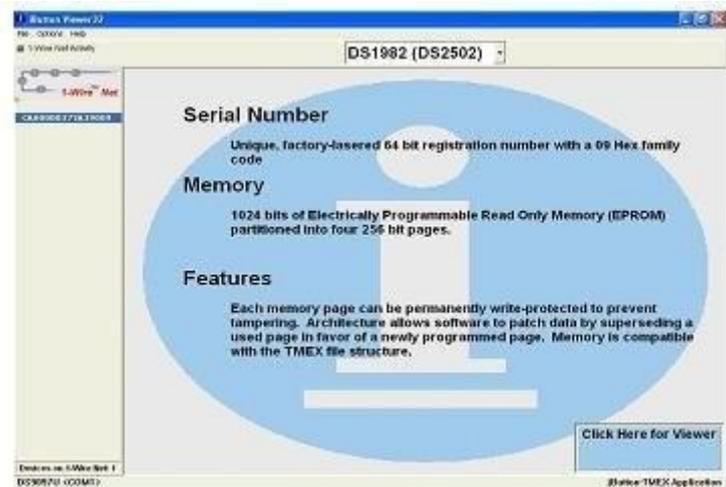
As culturas usadas na adubação verde foram semeadas nas entrelinhas da espécie arbórea nativa, obedecendo-se ao espaçamento de 0,50 m para o feijão-de-porco, semeadura a lanço para o nabo forrageiro (20 kg ha⁻¹) e braquiária (16 kg ha⁻¹).

O delineamento experimental adotado foi em blocos casualizados, com seis tratamentos e cinco repetições, sendo as médias dos tratamentos comparados entre si pelo teste de Tukey a 5 % de probabilidade de erro. Cada parcela ocupou uma área de 96 m² (12 x 8 m). Os tratamentos foram os seguintes: testemunha (solo exposto sem técnicas de recuperação) - não se efetuou o preparo nem plantio da espécie arbórea; espécie arbórea Gonçalves-Alves (*Astronium fraxinifolium*, Schott); Gonçalves-Alves + Feijão-de-Porco (*Canavalia ensiformis*); Gonçalves-Alves + Crotária (*Crotalaria juncea* L.); Gonçalves-Alves + Gramínea (*Brachiaria decumbens*) + Lodo de Esgoto (60 Mg ha⁻¹); e Vegetação Nativa do Cerrado.

Os termômetros foram colocados no centro de cada tratamento, nas entrelinhas da cultura. As temperaturas do solo foram determinadas por *iButton ThermoChron* (Figura 1), que é um termômetro digital que incorpora à memória, calendário e relógio, em um mesmo circuito integrado (Sakamoto et al., 2004). Os sensores foram programados no *iButton Viewer 32* (Figura 2), software onde determinou-se um intervalo de tempo de 30 minutos para registro das temperaturas. Esse dispositivo realiza medidas de temperatura sem a necessidade de cabos, e de se deslocar até o campo de pesquisa para coletar os dados, registrando-os em uma memória protegida. O circuito integrado é inserido em uma cápsula de aço inox que lhe garante alta resistência a ambientes severos, conferindo-o estabilidade mecânica. Para facilitar a instalação dos termômetros no solo, estes foram acoplados em estacas de madeira (Figura 3) e instalados a uma profundidade de 0,05m.



1



2

FIGURAS 1 e 2. Representação do sensor *iButton Termochron* (todas as dimensões estão representadas em mm) e *iButton Viewer 32*, software utilizado para programação dos sensores digitais.



FIGURA 3. Acoplamento dos termômetros em estacas de madeira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pelos resultados obtidos verifica-se que houve diferença significativa entre as temperaturas máximas e médias (Tabelas 1).

Tabela 1. Média das temperaturas máxima e mínima do solo e amplitude, a 0,05 m de profundidade durante o período de 02/04/2008 a 14/05/2008.

Tratamentos	Temp. Máxima (°C)	Temp. Mínima (°C)	Amplitude (°C)
“Testemunha”	30,7 a*	22,6 ^{Ns}	8,1 a
“Vegetação Nativa do Cerrado”	23,4 c	21,6	1,8 c
“Gonçalo-Alves”	31,0 a	22,2	8,8 a
“Gonçalo-Alves + Feijão de Porco”	31,8 a	21,5	10,4 a
“Gonçalo-Alves + Crotalária”	31,8 a	21,7	10,2 a
“Gonçalo-Alves + Braquiária + Lodo de Esgoto”	27,9 b	22,6	5,2 b
CV(%)	3,0	2,8	17,8

* Valores seguidos da mesma letra na coluna não diferem entre si em um nível de 5% de probabilidade de erro; Ns – Não significativo a um nível de 5% de probabilidade de erro para valores na coluna.

O menor valor da temperatura máxima foi observado no tratamento “Vegetação Nativa do Cerrado” (23,4 °C), seguido do tratamento “Gonçalo-Alves + Braquiária + Lodo de Esgoto” (27,9 °C), os quais diferiram entre si e dos demais. Os outros tratamentos apresentaram os maiores registros de temperatura máxima, mas não diferiram entre si. Esse comportamento deve-se a quantidade de cobertura vegetal, sendo que os menores valores ocorreram nos tratamentos com maior cobertura vegetal, a qual diminui o aquecimento do solo pelos raios solares. De acordo com Bertolini (1994), a presença de resíduos na superfície ameniza o aquecimento do solo.

Em relação às temperaturas mínimas, não houve diferença significativa, pois independentemente da quantidade de cobertura vegetal, a perda de calor do solo durante o período noturno, dos diversos tratamentos, ocorre de maneira a manter equilíbrio com o ambiente.

O comportamento da amplitude foi semelhante ao da temperatura máxima, devido ao fato de a temperatura mínima não apresentar diferença significativa. Eltz (2005) afirma que a área degradada apresentou maiores amplitudes térmicas e a presença de cobertura vegetal ameniza a temperatura do solo.



4. CONCLUSÃO

A área de “Vegetação Nativa do Cerrado” e “Gonçalo-Alves+Braquiária+Lodo de Esgoto” apresentaram menores temperaturas máximas e amplitudes em relação aos tratamentos “Testemunha”; “Gonçalo-Alves”; “Gonçalo-Alves + Feijão de Porco” e “Gonçalo-Alves + Crotalária”, devido à quantidade de cobertura vegetal existente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M.C. Fatores físicos do solo para o desenvolvimento das plantas. In: FERNANDES, Francisco Maximino. **Curso sobre edáficos importantes para manejo adequado do solo**. Ilha Solteira: Unesp/feis, 1992. Cap. 2, p. 31-52.

ALVES, M.C. **Recuperação do subsolo de um Latossolo Vermelho usado para terrapleno e fundação da usina hidrelétrica de Ilha Solteira-SP**. Ilha Solteira, 2001. 83f. Tese (livre Docência em Solos)- Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2001.

BERTOLINI, D.; LOMBARDI NETO, F. Embasamento técnico do programa estadual de microbacias hidrográficas . In: **Manual técnico de manejo e conservação de solo e água**. Campinas: CECOR, 1994. V.1, P.8. (Manual CATI, 38).

DEMATTE, J.L.I. Levantamento detalhado dos solos do Campus Experimental de Ilha Solteira. Piracicaba, 1980.131p. Não Publicado.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília, Embrapa Produção de Informações; Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 1999. 412p.

ELTZ, F.L.F. **Revegetação e temperatura do solo em áreas degradadas no sudoeste do Rio Grande do Sul**. Santa Maria, RS- 2005. 80f. Tese (livre Docência em Solos)- Faculdade de Agronomia de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

SAKAMOTO, J. M. S. ; SAKAMOTO, L. L. S. ; SILVA, A. C. R. ; RODRIGUES, R. A. F. . Avaliação de um Sistema Automático de Medidas de Temperaturas. In: WCETE'2004 - WORLD CONGRESS ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION (Engineering Education in the Changing Society), 2004, Guarujá/Santos. World Congress on Engineering and Technology Education, 2004. p. 797-801.



CRÉDITOS DE CARBONO: UM ESTUDO SOBRE OS ENTRAVES DE IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO EM MÉDIAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE LEITE

Hélio Augusto Maschio

Resumo: A presente pesquisa tem por finalidade identificar os principais entraves para a implantação e exploração do crédito de carbono nas empresas produtoras de leite. O método de pesquisa utilizado foi primeiramente um estudo bibliográfico sobre o assunto e posterior estudo de caso de uma propriedade que busca explorar adequadamente os créditos de carbono. Tal mecanismo possibilita que países em desenvolvimento vendam suas reduções certificadas de emissões de GEE aos países industrializados (efeito de compensação). O Brasil, com seus diversos recursos naturais, possui menores custos de investimento para reduzir suas emissões em relação às elevadas despesas apresentadas pelos países industrializados, o que confere ao país vantagem competitiva neste mercado, tornando-o emissor e vendedor desses créditos aos países que devem cumprir com suas metas. A implantação de projetos desta natureza pode contribuir para a diminuição dos GEEs, além de ser um recurso adicional como fonte de renda para quem o implantar, como é o caso das propriedades produtoras de leite, tendo assim o Desenvolvimento Sustentável. O estudo, embora ainda em fase de finalização, mostrou que as dificuldades se concentram nas questões burocráticas, falta de informações sobre o assunto e pela falta de mecanismos de incentivo para a adoção de tais práticas.

Palavras-chaves: Créditos de carbono, Gestão ambiental, Desenvolvimento Sustentável.

1 – INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente tornou-se constante nos últimos tempos e manifestou-se diante da percepção de que a degradação ambiental descontrolada em todo o planeta podia ter consequências desastrosas para a humanidade. Assim, pesquisas começaram a ser realizadas, a fim de reduzir os danos ambientais, identificando estratégias que contribuíssem para a diminuição do impacto das atividades humanas no ambiente natural. A principal preocupação dos ambientalistas é com o aquecimento global, pois ele é um dos grandes responsáveis pelas transformações climáticas do planeta.

Dentre os aspectos históricos voltados à preocupação ambiental, apresentados por Teixeira Jr. (2007), Bellen (2005) e Barbieri (2004), são o Clube de Roma, o Encontro de Estocolmo, de 1972 e sua sequência na Rio 92, no Rio de Janeiro, em que se buscou o planejamento de estratégias para a estabilização e o controle das emissões de poluentes. Teve-se também o encontro de Kyoto, em 1997, sendo elaborado um regulamento denominado Protocolo de Kyoto, um instrumento operacional que institui uma série de regras para regular e controlar a emissão de gases de efeito estufa, entrando em vigor em fevereiro de 2005.

O Protocolo de Kyoto estabelece três instrumentos econômicos, denominados mecanismos de flexibilidade, permitindo que os países com maiores emissões de gases poluentes, cujos custos de redução são altos, possam cumprir suas responsabilidades investindo em projetos de redução em outros países, como o Brasil, onde os custos dessa redução são menores (CAMPOS, 2001).



O estudo tem suas justificativas alicerçadas na importância do tema para a comunidade mundial, pois, se ações não forem tomadas com o objetivo de conter ou mesmo minimizar os danos causados ao meio ambiente, a sustentabilidade do planeta estará comprometida.

Assim, a preocupação com as questões ambientais e o desenvolvimento da sustentabilidade no mundo vêm sendo cada vez mais enfatizados deixando de ser assuntos de moda ou marketing social, tornando-se uma realidade incondicional. Desta maneira, o assunto passa a receber o tratamento merecido de acordo com sua importância, pois as projeções e os acontecimentos já previstos pelos estudiosos da área estão se consolidando de maneira constante e intensa, o que desperta a atenção de todos.

Atualmente, existem vários projetos ambientais para tentar, no decorrer dos anos, estabilizar e reverter a presente situação climática do mundo. Cabe a todos a aplicabilidade desses projetos de conservação, gerando recursos para subsidiar as atividades e o sustento dos seres vivos no planeta, pois, assim, o meio ambiente deverá atender não só às necessidades do homem, hoje, mas também as necessidades e o bem estar das gerações futuras.

Desta maneira, apresenta-se como uma das estratégias o mercado de créditos de carbono, consistindo-se em um mecanismo que possui como finalidade principal, contribuir para a redução do lançamento de gases poluentes na atmosfera, mais conhecido como GEEs (Gases de Efeito Estufa). Os créditos de carbono funcionam como incentivo à prática do desenvolvimento das atividades comerciais, industriais ou rurais, que buscam e usam alternativas que não poluem o meio ambiente.

Segundo Gasparin (2005), o Brasil deve ser emissor e vendedor de créditos, já que não tem metas de reduções, criando projetos para diminuir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e vender os créditos aos países desenvolvidos, para que estes cumpram suas metas.

O mercado de crédito de carbono está em plena expansão, e o Brasil apresenta grande potencial na exploração deste mercado, já que foi líder mundial no desenvolvimento desses projetos a serem implantados, mas perdeu o posto da liderança para países como a China, que está em pleno desenvolvimento e, se ações não forem tomadas, não demorará muito, perderá também para a Índia, país que desenvolve grande potencial na aplicabilidade desses mecanismos.

Os aspectos de créditos de carbono e desenvolvimento sustentável também são aplicáveis no meio rural, por exemplo, em propriedades agrícolas de pequeno e médio porte produtoras de leite, pois nelas encontram-se todos os elementos necessários para desenvolver e subsidiar a exploração de tais créditos.

Diante deste contexto, o presente estudo apresenta como problema de pesquisa: quais os principais entraves enfrentados no processo de implantação e exploração de créditos de carbono em pequenas propriedades? Para responder a este problema de pesquisa, é estabelecido como objetivo geral: identificar as principais dificuldades para implantação e exploração do crédito de carbono nas pequenas propriedades, especificamente, estudar se os entraves estão relacionados à disponibilidade de informações sobre o assunto, ou quanto à captação e aos custos de implantação e manutenção, ou mesmo se relacionados a dificuldades de comercialização e expectativa de retorno financeiro.



2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 – GESTÃO AMBIENTAL

A demanda por produtos e serviços que visam proteger ou melhorar o meio ambiente vem crescendo de maneira significativa, os consumidores estão cada vez mais informados e conscientes sobre as questões ambientais, já conseguindo diferenciar uma estratégia ambiental voltada ao progresso da neutralidade da exploração descontrolada, a de um marketing verde, com intuito de criar uma imagem positiva, mas, na verdade, as questões relacionadas ao meio ambiente nem sempre são a maior preocupação, ficando em segundo plano dentro das empresas.

Segundo a Constituição Federal, todos devem ter direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Art. 225). O Poder público tem mostrado disposição na criação de órgãos com o propósito de proteger e defender o meio ambiente, mas não basta apenas a criação destes instrumentos, mas sim organizá-los e administrá-los, buscando atender verdadeiramente ao que é imposto pelas leis vigentes.

As leis vigentes dão a entender que, compete somente aos órgãos legais o controle e a conservação do meio ambiente. Foi de fato uma utopia, pois também cabe à população e, no caso, principalmente aos gestores, desenvolverem alternativas práticas para auxílio ao governo, não só pelas penas da lei, mas por uma questão de responsabilidade e conscientização, já que os recursos naturais são de propriedade de todos os indivíduos.

Para Baker (2002), outra realidade incondicional que não se deve deixar de salientar, é a questão de como e de que maneira os gestores atuais foram educados em sua fase escolar, pois questões como problemas ambientais não eram tratados na formação escolar, embora já existissem os problemas ambientais.

A partir deste ponto, torna-se possível começar a desenvolver um senso analítico, conceitual e crítico em relação às questões ambientais, já que aprender a viver com o ecossistema e dentro dele tornou-se uma prioridade absoluta. O conceito fundamental para uma gestão ambiental condizente é o conhecimento do meio ambiente, sabendo explicar as necessidades e melhorias do mesmo, bem como as ferramentas e os meios necessários para atuação.

Barbieri (2004) afirma que a preocupação com o meio ambiente, antes era restrita a pequenos grupos de artistas, cientistas e alguns políticos. Extravasou para amplos setores da população de praticamente todo mundo, dado o elevado grau de degradação observado em todas as partes do planeta. Para Backer (2002), a perspectiva socioeconômica e cultural não deve ser atributo de uma elite intelectual. Ela é indispensável a toda empresa que pretende ter um papel econômico na sua comunidade.

Para desenvolver uma Gestão Ambiental sólida nas empresas, é preciso a identificação coerente e séria do ramo de atividade em que esta empresa atua, enfatizando a busca de informações e conhecimentos sobre todos os procedimentos e sistemas para se produzir, desde as matérias primas usadas para industrialização, bem como os subsídios de produção dos bens e serviços, visando sempre à melhor adequação, ficando atento às filosofias adotadas pelos fornecedores em relação ao meio ambiente, englobando todos os *stakeholders*.

Segundo Morandi e Gil (1999), o processo de gestão ambiental implica em um processo contínuo de análise formado de decisão, organização, controle das atividades de desenvolvimento, bem como avaliação dos resultados para melhorar a formulação de políticas e sua implementação para o futuro. Para Barbieri (2004, p.137), gestão ambiental são as “diferentes atividades administrativas e operacionais realizadas pela empresa para abordar problemas ambientais decorrentes da sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro”.

Atualmente, a Gestão Ambiental é vista como uma ferramenta estratégica por contribuir para a qualidade ambiental e também possibilitar a redução de custos diretos, como desperdícios de água, energia e matérias-primas e custos indiretos, como indenizações por danos ambientais. (FUHR, ALES, 2007).

2.1.1 IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL

De acordo com Barbieri (2004), para a maioria das empresas, essa preocupação ainda não se transformou em práticas administrativas e operacionais efetivas, pois, se tal já estivesse ocorrendo, o acúmulo de problemas ambientais que coloca em risco todos os seres vivos certamente não se verificaria com a intensidade que hoje se observa.

A visão da importância de desenvolver uma gestão ambiental coerente em todo e qualquer ramo de atividade, barra na falta de instrução de práticas de conservação e exploração do meio ambiente, pois a deficiência, quanto a tal aspecto, reflete-se diretamente em todos os problemas enfrentados pela sociedade na atualidade, fora a grande preocupação com as gerações futuras.

Barbieri (2004) aborda que, se a degradação ambiental, mesmo quando restrita aos limites de um país, não for considerada um custo da empresa que a produziu, esta poderá apresentar preços mais competitivos diante das empresas que produzem o mesmo tipo de produto. Assim, caberá aos órgãos competentes organizar e normatizar as questões correspondentes à degradação e exploração do meio ambiente, já que empresas que não possuem uma legislação coerente com os demais países que estão se adaptando aos novos métodos de produção, a partir de uma gestão ambiental lícita, apresentará custos menores de produção, mas, por trás deste custo menor de produção, encontra-se muita irresponsabilidade nas questões ambientais.

2.2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Ploger (2008), o conceito de sustentabilidade exige da empresa um olhar mais longo, uma nova atitude. Quem olha mais à frente, pensa e age diferente diante dos desafios. Todos pensam nos desafios impostos pelo método sustentável de desenvolvimento e produção, cujas empresas terão que criar novos métodos para exploração de seus produtos e subsídios de *inputs*, mas não demorará muito, isto se reverterá em uma exigência legal de produção, e as empresas que se adequarem previamente e com planejamento, provavelmente mostrarão maior estabilidade no mercado.

Possivelmente, a sociedade que vai sobreviver melhor, é aquela que, mais rapidamente, for capaz de desenvolver inovações sustentáveis, com um alto nível de

consciência em termos de sustentabilidade e um crescimento sustentado com qualidade (PLOGER, 2008).

Resumidamente, Bellen (2005) acrescenta que, para transformar o conceito de desenvolvimento sustentável em prática, devem-se compreender melhor os processos humanos e naturais que estão relacionados aos problemas ambientais, econômicos e sociais, com um processo de avaliação ou mensuração focados em pontos como:

- As atividades que criam problemas nos ecossistemas locais e no ambiente global, na economia local e nacional e nas comunidades e os indivíduos;
- as mudanças resultantes no ecossistema, na economia e na sociedade e indivíduos em curto e a longo prazo, reversíveis e não reversíveis;
- também as respostas julgamentos do sistema, onde sua extensão e seus impacto.

Para ocorrer um desenvolvimento sustentável coerente, fazendo uso de indicadores compatíveis, é necessário um senso de percepção e conhecimento por parte do gestor, quanto aos resultados do desenvolvimento das suas atividades, bem como os impactos por ela gerados, para assim, intervir no intuito de diminuição e neutralização dessas alterações, estando atento quanto aos resultados, à percepção e ao entendimento, principalmente pela comunidade, se estão sendo satisfatórios.

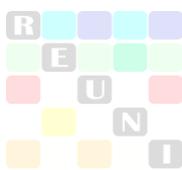
2.3 - CRÉDITOS DE CARBONO

Segundo Gibbon, coordenador da FGV, projetos, os créditos de carbono ou sequestro de carbono, são classificados como produtos intangíveis e negociáveis. Atualmente, não existe um mercado específico para tal permutação, então, o crédito de carbono está sendo considerado e comercializado como um produto de balcão, em que um dos agentes participantes da cadeia é o portador dos direitos acumulados dos créditos.

Existem em atuação no Brasil algumas agências de intermediação entre compra e venda de créditos de carbono. Elas, na grande maioria, oferecem seus serviços pela rede mundial de computadores (internet), oferecendo auditoria e assessoria nos projetos de MDLs que o empresário pretende explorar. Dowdey (2008) ressalta que, para se obter os direitos referentes aos créditos de carbono, existem duas opções principais no mercado, sendo: as compulsórias e as voluntárias.

De acordo com Rangel (2008), é por meio de mecanismo de desenvolvimento limpo que os direitos de créditos de carbono são autorizados, com o auxílio de empresas de auditoria, e, após a aprovação, confere um documento para aquele que fez uso das tecnologias limpas, terem proveito financeiro sobre tal crédito. Este documento é denominado RCE (Redução Certificada de Emissões).

Segundo Costa (2005), para movimentação desses direitos usa-se também como método a forma de leilão pelo valor financeiro máximo oferecido, tendo seus valores fixados, em sua grande maioria, em moeda europeia, conhecida como euro, surgindo, assim, grandes compradores como bancos japoneses, bancos ingleses entre outros. Ainda segundo Costa (2005), vale ressaltar que a BM&F (Bolsa de Mercadorias



e Futuros) está investindo em novas iniciativas que permitam sua expansão neste novo mercado.

2.3.1 – HISTÓRICO DOS CRÉDITOS DE CARBONO

Desde a Revolução Industrial, as alterações no clima do planeta, causadas em virtude de ações predatórias do ser humano, passaram a ocorrer em uma velocidade muito maior em relação às que ocorriam naturalmente. Diante do claro risco para a continuidade de um meio ecologicamente equilibrado, os países, por intermédio de órgãos competentes como a ONU (Organização das Nações Unidas), buscaram algumas alternativas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, como uma das ações para o equilíbrio do meio ambiente.

Almeida (2005) ressalta que os créditos de carbono começaram a ser moldados e definidos como forma de controle e incentivo de redução da poluição no planeta, a partir da RIO-92 ou também conhecida como Convenção da Terra, na qual os países participantes reconheceram as mudanças climáticas como uma preocupação comum a toda a humanidade.

O mercado de créditos de carbono nasceu em 1997, com a assinatura do protocolo de Kyoto, estabelecendo metas de redução de gases do efeito estufa pelos países considerados desenvolvidos, estabelecendo metas aos países que se comprometeram em reduzir suas emissões de gases poluentes em 5,2% no nível de poluição registrado em 1990, para o período de 2008 a 2012. Para não comprometer a economia desses países, o projeto estabeleceu que eles poderiam adquirir estes direitos em outros países a um custo menor. (COSTA, 2005).

Para Costa (2005), o Brasil pode se colocar como país sede de projetos de tecnologia limpa que contribuem para a redução de emissões de gases de efeito estufa, a partir da produção dos créditos de carbono, tornando-se alvo de investimentos. Vale destacar que o governo brasileiro está sendo um dos mais lentos na aprovação dos projetos de geração de créditos de carbono, sendo considerado um líder em burocracia.

De acordo com Grzybowski (2007), são inúmeras as vantagens de utilização dos créditos de carbono, a começar pela adequação às atuais legislações ambientais, cada vez mais rigorosas junto aos produtores e, também, com a possibilidade de tornar a atividade mais rentável, com a venda dos créditos de carbono.

A adequação às normas ambientais, ao primeiro instante, parece um tanto quanto difícil, levando a percepção de alto custo para tal processo, em partes existe fundamento, pois, quando as empresas foram fundadas, a preocupação com o meio ambiente era bem menor e, às vezes, esta preocupação não existia. Mas, as instituições empresariais que fizeram tais mudanças, perceberam que, através de uma gestão com máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis, conseqüentemente, estará obtendo maior lucratividade e, o principal, colaborando para a diminuição da poluição do planeta, o que mais que uma necessidade legal, é uma necessidade vital para o futuro do planeta.



3 – METODOLOGIA

“O método científico é o caminho trilhado pelos cientistas em busca de “verdades científicas” (CRUZ E RIBEIRO, 2003, p. 32) e é validado por meio da observação, ou seja, pela investigação e verificação dos fatos. “Os métodos e as técnicas de pesquisa podem envolver: pesquisa bibliográfica e/ ou pesquisa de campo.” (CRUZ E RIBEIRO, 2003, p. 51).

O progresso do trabalho científico decorre não só de descobertas importantes, mas do esforço destinado à interpretação de fenômenos diversos, pois o acaso só pode tornar-se produtivo, se os pesquisadores estiverem preparados para explorá-lo, identificando seus fundamentos e veracidade. Assim, o método científico compreende um conjunto de dados adequados para a formulação de conclusões referentes aos objetivos predeterminados.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foram coletadas informações de fontes bibliográficas diversas, buscando apresentar os possíveis entraves no processo de implantação e exploração dos créditos de carbono em pequenas e médias empresas. A pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas”. (VERGARA, 1997, p. 46).

Os dados coletados com a pesquisa bibliográfica possibilitaram analisar e selecionar os principais itens para compor o embasamento teórico do presente estudo e chegar a resultados preliminares sobre os principais entraves. Vale destacar que o estudo está em fase de pesquisa de campo, assim, os resultados aqui apresentados refletem as percepções iniciais e as reflexões extraídas da teoria estudada.

Assim, embora o propósito deste estudo seja o de identificar os principais entraves no processo de desenvolvimento de mecanismos de desenvolvimento limpo, ele apresenta limitações inerentes ao modelo metodológico de investigação adotado.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, cuja natureza é extensa e complexa. O seu propósito baseia-se apenas na identificação de alguns elementos importantes para auxiliar as empresas que buscam a exploração dos créditos de carbono, em que podem facilitar o processo de implementação.

Acrescenta-se a isso, o papel analítico e interpretativo do pesquisador. Gil (2002) destaca que, como um estudo dessa natureza, os dados são coletados por um único pesquisador, existe risco de subjetivismo na análise e interpretação dos resultados.

4 – RESULTADOS DA PESQUISA

O presente artigo é parte da monografia que está sendo elaborada para a obtenção do grau de bacharelado em Administração, sendo que está em fase de tabulação dos dados. Como foi abordado na discussão da teoria, o Brasil possui grande potencial para a exploração do mercado de créditos de carbono. Isto se aplica também na parte agrícola, como é o caso em estudo, que trata de uma propriedade produtora de leite.

De acordo com as informações coletadas, o fator motivador para a busca deste sistema foi por uma questão de objetivos próprios em desenvolver mecanismos

sustentáveis, que auxiliam o meio ambiente, buscando fazer sua parte na busca de um futuro promissor (atender às próximas gerações). Dentre as dificuldades encontradas no processo, a seguir, são apresentadas as principais, de maneira superficial:

Falta de informações – A primeira grande dificuldade encontrada pelo dono da propriedade foi com relação às informações sobre o aproveitamento dos créditos de carbono, necessitando de grande esforço para a busca das informações necessárias.

Falta de profissionais qualificados – Outra dificuldade detectada foi com relação ao pessoal capacitado para elaborar e executar o projeto. Depois de muito empenho, o dono da propriedade conseguiu uma equipe da cidade de São Paulo/SP, distante aproximadamente 500 quilômetros da propriedade. Esta distância torna o custo do projeto menos atraente, além de permitir afirmar que poucos são os empreendedores que estariam buscando empresas tão distantes para tal projeto.

Excesso de burocracia – conforme abordado durante o trabalho, no Brasil, há um excesso de trâmites legais, o que se tenha uma longa demora para a liberação dos projetos de crédito de carbono. O dono da propriedade alegou que só finalizou o processo por uma questão de objetivos próprios, pois chegou a desanimar algumas vezes, diante da longa espera e do excesso de documentos exigidos.

Falta de incentivos de órgãos públicos – ainda não há uma cultura de incentivo às práticas ecologicamente corretas. Atualmente, buscam-se apenas questões referentes ao custo dos produtos, independente de ser ou não ecologicamente correto. Não houve, em momento algum apoio de órgãos públicos ao longo do processo. A partir do momento que existir, ou então, difundir uma cultura de apoio, a procura pode ser expandida.

Falta de divulgação de projetos – parceria entre o setor público e privado – muitas devem ser as empresas que têm o projeto aprovado e estão tendo a venda de seus créditos de carbono e trabalhando de maneira sustentável, porém tais projetos, na maioria das vezes, são timidamente apresentados à sociedade. Diante disto, faz-se necessária a disseminação destas informações, tornarem públicas as melhores práticas ambientais.

Custos de captação e manutenção – quanto a este entrave, possivelmente o mesmo seja resolvido quando houver uma disseminação de informações sobre o assunto, incluindo custos envolvidos. Segundo o entrevistado, os custos são relativamente baixos e a manutenção simples, o que torna viável esta prática para quem atua com gado leiteiro.

Comercialização – este é outro item que merece atenção de órgãos públicos e privados, pois embora não seja difícil comercializar, há de se disseminar as maneiras de tal prática.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O estudo realizado mostra, de um lado, os empresários rurais e, do outro lado, estão os interessados na compra destes direitos adquiridos, no caso os créditos de carbono. Esses compradores, na maioria, são países altamente industrializados, que não conseguem atingir suas metas de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera. A legislação brasileira está em plena mudança e adequação em relação aos aspectos

ambientais. Muito está sendo discutido, mas há poucas leis definidas e cabe aos gestores estarem informados sobre as leis reguladoras existentes quanto aos créditos de carbono, para que façam o correto uso dessas alternativas em sua propriedade na questão da exploração desse novo ramo de negócio.

Já os empresários rurais precisam buscar meios de apoio para implantação dessa ferramenta de sustentabilidade em sua propriedade, seja com o apoio de consultorias ambientais, ou busca de formação específica na área, possibilitando sua exploração.

Há, neste aspecto, muito campo de trabalho, visto que, conforme abordados nos resultados, não existem profissionais que trabalhem com créditos de carbono na região, cabendo aos interessados a busca de empresas, treinamentos e consultores de grandes centros para tal assessoria.

Existem empresas agenciadoras dos créditos de carbono, que oferecem parcerias tanto com informações, quanto financeira, aos interessados em implantar os mecanismos de desenvolvimento limpo em sua empresa rural. Contudo, a parceria implicará em benefícios mútuos, ou seja, uma divisão dos créditos acumulados, porém, estas empresas aparentam o domínio de um monopólio na área, não divulgando de maneira expressiva, seus trabalhos.

Outra condição de informação poderia ser pelos meios públicos, disponibilizando instruções e apoio aos futuros fornecedores dos créditos no meio rural, como por exemplo, a CATI (Coordenaria de Assistência Técnica Integral).

Aos empresários rurais que não medirem esforços para exploração de tais créditos, podem alcançar resultados em longo prazo, muito mais satisfatórios que o esperado. Já que muitos dos interessados nos créditos de carbono, como países desenvolvidos, desenvolveram um entendimento que os créditos de carbono só podem ser captados e explorados quando houver um volume muito grande de tais créditos, como nas usinas de cana-de-açúcar ou aterros sanitários, não despendendo a atenção necessária a esses pequenos produtores que também produzem os créditos e podem se tornar muito importantes para a economia brasileira.

Concomitantemente, os resultados deste estudo poderão auxiliar e muito estes proprietários, no esclarecimento de dúvidas para a implantação de tal empreendimento em sua empresa rural. Para que o Brasil possa desfrutar o seu potencial neste mercado de créditos de carbono, deve haver um empenho no sentido de agilizar e diminuir a burocracia em um primeiro momento. Ainda em termos governamentais, deve haver uma busca de disseminar informações relativas aos projetos, possibilitando a inclusão de novos pretendentes. Porém, não basta apenas o empenho governamental, deve haver um trabalho em parceria entre organismos públicos e privados para, assim, desfrutar das potencialidades deste mercado promissor e ambientalmente sustentável.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Monografia no Curso de Administração: Guia Completo de Conteúdo e Forma. São Paulo: Atlas, 2004.
- AROEIRA, Luiz. Créditos de Carbono no Brasil. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/creditocarbono-aroeira.htm>>. Acesso em 03 de abril de 2008 às 22h10min.
- BACKER, Paul de. Gestão ambiental: a administração verde / Paul de Backer; tradução de Heloisa Martins Costa. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.
- BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos/ José Carlos Barbieri. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa / Hans Michael van Bellen. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- CERPCH (Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas) Projetos de Engenharia: Biodigestor. Disponível em: <http://www.cerpch.unifei.edu.br/fontes_renovaveis/biodigestor.htm>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008 às 19h00min.
- COSTA, David Freire da, Na Mídia: situação da venda de créditos de carbono no Brasil. Disponível em: http://www.koblits.com.br/na_midia/informativo/edicao_55/artigo.shtml. Acesso em 17 de março de 2008.
- CRUZ, Carla & RIBEIRO, Uíara. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2003.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRZYBOWSKI, Nelson. A suinocultura e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Disponível em: <http://www.acsurs.com.br/a_suinocultura_e_o_mecanismo_de_.htm>. Acesso em 03 de abril de 2008 às 22h35min.
- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2006.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Gestão Ambiental: Um Enfoque no Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=35>>. Acesso em 24 de maio de 2008 às 19h10min.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.



RANGEL, Carlos. Suinocultura poderá medir qualidade do biogás. Disponível em: <http://invertia.terra.com.br/carbono/interna/o,,oi2293005-ei9198,00.html> Acesso em 13 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Délcio. O Lixo virou Lucro. Disponível em: <http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=2737>>. Acesso em 19 de abril de 2008 às 14h45min.

ROMEIRO, Danilo. Com os olhos no futuro: Créditos de Carbono valem muito dinheiro. Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/eventos/conteudo_260533.shtml>. Acesso em 19 de março de 2008 às 17h50min.

SALATI, Enéas; BORNHEIM, Gerd A.; DAMINILLI, Mário. Ecologia: a qualidade de vida. 2ª edição. São Paulo: Publicação do Serviço Social do Comércio (SESC), 1996.

VIALLI, Andréa. Progresso Verde. Disponível em: http://progressoverde.blogspot.com/2007/11/empresas_de_energia_buscam_lucro_co_m.html>. Acesso em 26 de março de 2008 às 13h20min.



TEORES FOLIARES DE MACRONUTRIENTES PARA O ALGODOEIRO EM FUNÇÃO DE ESPAÇAMENTOS E REGULADOR DE CRESCIMENTO

João Vitor Ferrari¹ ², Enes Furlani Júnior ², Álvaro Lorenço Ortolan Salles Filho ²

Resumo: Alterações no espaçamento e na densidade de semeadura induzem uma série de modificações no crescimento e no desenvolvimento das plantas que precisam ser melhor conhecidas, o mesmo acontecendo com a utilização de reguladores de crescimento, procurando estabelecer doses e melhores épocas de aplicação para a cultura. O objetivo do trabalho foi avaliar o efeito da aplicação de regulador de crescimento e o manejo com diferentes espaçamentos, na absorção foliar do algodoeiro, cultivado em região de cerrado. O experimento foi instalado na área da Fazenda da UNESP/Campus de Ilha Solteira, localizada no município de Selvíria MS. O delineamento experimental empregado foi o de blocos ao acaso, no esquema fatorial 3x3 num total de 9 tratamentos, com 4 repetições, perfazendo 36 parcelas. Foi composto por espaçamentos: 0,45m, 0,70m e 0,90m entrelinhas; manejo de regulador de crescimento (cloreto de mepiquat), na dose de 1,0 L ha⁻¹: a- com a aplicação parcelada em quatro aplicações, b- com a aplicação em dose única e c- sem a aplicação. Foram coletadas ao acaso 20 folhas por parcela e encaminhadas ao laboratório de análise foliar da universidade. A aplicação de regulador de crescimento de forma parcelada aumenta os teores de Mg nas folhas de algodão. Maiores teores de enxofre foliar são encontrados nos maiores espaçamentos.

Palavras chaves: Algodoeiro, regulador de crescimento, espaçamentos.

1. INTRODUÇÃO

Segundo levantamentos da Conab (2008), as estimativas para a safra 2007/08 indicam uma produção de 3,99 milhões de toneladas de algodão em caroço, sendo 2,1% (80,3 mil toneladas) maior do que a safra 2006/07. Desse total, 1,56 milhões de toneladas correspondem a algodão em pluma e 2,43 milhões de toneladas a caroço de algodão. Contudo, a área cultivada com algodão, na safra 2007/08 é de 1,09 milhões de hectares, 0,6% (6,4 mil hectares) menor do que a área cultivada em 2006/07.

As propostas de espaçamento e densidade de semeadura para as culturas em geral e o algodão, em particular, têm procurado atender às necessidades específicas dos

¹ jao_unesp@hotmail.com

² Faculdade de Engenharia - Campus de Ilha Solteira – Curso de Agronomia



tratos culturais e à melhoria da produtividade (Souza, 1996). Todavia, alterações no espaçamento e densidade de semeadura induzem uma série de modificações no crescimento e no desenvolvimento das plantas que precisam ser melhor conhecidas.

Segundo Aguiar et al. (1999), a utilização de reguladores de crescimento, visando reduzir o excessivo crescimento vegetativo, aumento da produtividade e a precocidade do algodoeiro já é uma prática bastante utilizada pelos cotonicultores do Mato Grosso. No entanto, o estabelecimento de doses e melhor época de aplicação são de grande importância para a cultura (Ferraz & Lamas, 1988).

O objetivo do trabalho foi avaliar o efeito da aplicação de regulador de crescimento e o manejo com diferentes espaçamentos, na absorção foliar do algodoeiro, cultivado em região de cerrado.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi instalado na área da Fazenda de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Engenharia, UNESP/Campus de Ilha Solteira, localizada no município de Selvíria MS. As coordenadas geográficas da área em estudo são 20°20' de Latitude Sul e 51°24' de Longitude Oeste e com altitude média de 344m, sendo o clima da região classificado, segundo Köppen, como do tipo Aw, definido como tropical úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Apresenta temperatura média anual de 24,5°C, precipitação média anual de 1.232mm e umidade relativa média anual de 64,8% (HERNANDEZ et al, 1995). O solo da área foi classificado como LATOSSOLO VERMELHO Distrófico Hípico textura argilosa, A moderado (EMBRAPA, 2006).

O delineamento experimental empregado foi o de blocos ao acaso (GOMES, 2000), no esquema fatorial 3x3, num total de 9 tratamentos, com 4 repetições, perfazendo 36 parcelas. Foi composto por espaçamentos: 0,45m, 0,70m e 0,90m entre linhas; manejo de regulador de crescimento: a-com a aplicação de regulador de crescimento (cloreto de mepiquat), na dose de 1,0 L ha⁻¹, parcelado em quatro aplicações, cada uma com a dose de 250 ml ha⁻¹ (aos 35, 45, 55, e 65 dias após a emergência (d.a.e.)), b- com a aplicação de regulador de crescimento (cloreto de mepiquat), na dose de 1,0 L ha⁻¹, em aplicação única aos 70 d.a.e. e c- sem a aplicação do regulador.

Procedeu-se à instalação do experimento no mês de setembro de 2006, com a semeadura do milho para obtenção de palha na área, sendo esta cultura escolhida por



apresentar boa produção de matéria seca (GUIDELI et al. 2000), a qual proporcionou uma matéria seca de 7 t ha⁻¹. A planta de cobertura foi manejada em novembro, mediante a aplicação de herbicida glifosato, na dose de 4 L ha⁻¹ para dessecação, sendo posteriormente manejada com auxílio do implemento Triton acoplado a um trator. A semeadura direta do algodão (cultivar Deltaopal) foi realizada em 26 de novembro, tendo a emergência das plantas ocorrida em 30 de novembro de 2006.

Cada parcela experimental foi composta por quatro linhas, com cinco metros de comprimento, sendo a área útil constituída pelas duas linhas centrais da parcela. Após a emergência e o estabelecimento das plantas, estas foram raleadas, deixando-se 8 plantas por metro em todos os tratamentos, totalizando população de aproximadamente 178000, 114300 e 88900 plantas por hectare para os espaçamentos de 0,45; 0,7 e 0,9m entre linhas respectivamente. A adubação básica de semeadura foi de 200 kg ha⁻¹ da formulação 08-28-16.

Foram coletadas ao acaso 20 folhas por parcela experimental (limbo da 5ª folha da haste principal do ápice para a base), aos 80 d.a.e., de acordo com as recomendações de Silva, 1999, no sentido de verificar o efeito dos tratamentos estudados na concentração de nutrientes.

Após a coleta, as folhas foram submetidas à secagem em estufa com circulação e renovação de ar, moídas, encaminhadas ao laboratório de análise foliar do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimento e Socioeconomia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pela análise dos dados contidos nas Tabelas 1e 2, verificou-se que o teor de magnésio foliar foi influenciado pelas diferentes formas de aplicação do regulador de crescimento. Já, para os diferentes espaçamentos utilizados, o único nutriente que sofreu influencia foi o enxofre. Para os demais nutrientes, os tratamentos estudados não diferiram significativamente nos teores dos mesmos pelo teste de tukey. Da mesma forma, não foi encontrada diferença significativa para as interações entre os tratamentos utilizados.



Tabela 1. Quadrado médio (QM), F da análise de variância e coeficiente de variação (CV), referentes aos teores foliares de macronutrientes em função de espaçamentos (E), regulador de crescimento (R) e sua interação aos 80 d.a.e. Selvíria MS, Ano agrícola 2006/07.

Causas de Variação	GL	Macronutrientes (g/kg)					
		N		P		K	
		QM	F	QM	F	QM	F
Bloco (B)	3						
Espaç.(E)	2	11,80	0,51ns	0,83	1,58ns	55,16	2,88ns
Regul.(R)	2	34,23	1,49ns	0,95	1,79ns	0,85	0,04ns
Interação ExR	4	3,49	0,15ns	0,31	0,58ns	9,86	0,51ns
Resíduo	24						
Total	35						
C.V. (%)		10,61		16,49		39,42	

**, * Significativos nos níveis de 1% e 5% respectivamente pelo teste de F da análise da variância.

Tabela 2. Quadrado médio (QM), F da análise de variância e coeficiente de variação (CV) referentes aos teores foliares de macronutrientes em função de espaçamentos (E), regulador de crescimento (R) e sua interação aos 80 d.a.e. Selvíria MS, Ano agrícola 2006/07.

Causas de Variação	GL	Macronutrientes (g/kg)					
		Ca		Mg		S	
		QM	F	QM	F	QM	F
Bloco (B)	3						
Espaç.(E)	2	9,59	1,04ns	1,23	1,98ns	27,98	8,33**
Regul.(R)	2	3,73	0,40ns	4,00	6,41**	4,03	1,20ns
Interação ExR	4	6,19	0,67ns	0,13	0,21ns	4,12	1,23ns
Resíduo	24						
Total	35						
C.V. (%)		16,25		17,89		20,09	

**, * Significativos nos níveis de 1% e 5% respectivamente pelo teste de F da análise da variância.

Na Tabela 3, são apresentados os teores médios de nutrientes obtidos da análise foliar realizada aos 80 d.a.e. para os diferentes espaçamentos e utilização de regulador de crescimento.

Estudos de marcha de absorção realizados por Persegil (2005), no município de Selvíria-MS, com três cultivares de algodão, mostraram que os teores dos macronutrientes (g/kg de matéria seca) encontrados nas folhas para a cultivar Deltaopal foram 42,63; 3,75; 25,78; 29,28; 3,52 e 13,43 respectivamente para N, P, K, Ca, Mg e S

. Este autor concluiu que, na média, para todas as cultivares, a fase de maior exigência dos nutrientes pela planta está entre 84 e 104 d.a.e.

Através da análise dos dados contidos na Tabela 3, verificou-se que, nos maiores espaçamentos, a planta de algodão da cultivar Deltaopal apresenta maior absorção de enxofre em relação ao espaçamento menor. No entanto, não foram observadas diferenças quanto à absorção deste nutriente nos diferentes modos de aplicação do regulador de crescimento.

Analisando o teor foliar de magnésio, na referida tabela, observou-se que as plantas submetidas ao parcelamento do regulador de crescimento apresentaram maior concentração deste nutriente em relação à não utilização do produto.

Ao avaliar os demais nutrientes, nota-se que estes não tiveram influência dos diferentes espaçamentos em estudo, tampouco das diferentes formas de aplicação de regulador, para os teores foliares.

Tabela 3. Análise foliar realizada na cultivar Deltaopal, em função dos tratamentos, aos 80 d.a.e. Selvíria MS, Ano agrícola 2006/07.

TRATAMENTOS	Macronutrientes (g/kg)					
	N	P	K	Ca	Mg	S
ESPAÇAMENTO						
0,90	46,27 a	4,63 a	12,71 a	18,50 a	4,66 a	9,49 a
0,70	44,45 a	4,47 a	11,94 a	19,68 a	4,53 a	10,43 a
0,45	44,67 a	4,12 a	8,67 a	17,93 a	4,05 a	7,45 b
REGULADOR						
SEM	43,76 a	4,62 a	10,88 a	18,50 a	3,81 b	8,89 a
DOSE ÚNICA	44,62 a	4,51 a	11,40 a	19,33 a	4,47 ab	9,76 a
PARCELADO	47,02 a	4,09 a	11,04 a	18,28 a	4,96 a	8,63 a
C.V.(%)	10,61	16,49	39,42	16,25	17,89	20,09
D.M.S.	4,88	0,74	4,47	3,10	0,81	1,87

Médias seguidas da mesma letra não diferem entre si pelo teste de Tukey, no nível de 5% de probabilidade.



4. CONCLUSÕES

A aplicação de regulador de crescimento de forma parcelada aumenta os teores de Mg nas folhas de algodão. Maiores teores de enxofre foliar são encontrados nos maiores espaçamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, P.H.; SIQUERI, F.V.; FARIAS, F.J.C. Ensaio com reguladores de crescimento – 1998/99. In: Mato Grosso: Liderança e competitividade. Campina Grande: **EMBRAPA - CNPA**, 1999, p. 150-156. (Fundação MT . Boletim, 3).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos**, Brasília. Safra 2007/2008, Oitavo levantamento, 35 p., maio 2008.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2006. 306 p.

FERRAZ, C.T.; LAMAS, F.M. Diretrizes técnicas para o cultivo do algodoeiro em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, EMPAER, 1988. 94p. (**EMPAER, Circular Técnica**, 4).

GOMES, P.F. Curso de estatística experimental. 14 ed. (**Revista e ampliada**). Piracicaba: Nobel. 2000. 460p.

GUIDELI, C.; FAVORETO, V.; MALHEIROS, E.B. Produção e qualidade do milheto semeado em duas épocas e adubado com nitrogênio. **Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília**, v.35, n.10, p.2093-2098, 2000.

HERNANDEZ, F.B.T.; LEMOS FILHO, M.A.F. & BUZETTI, S. Software HIDRISA e o balanço hídrico de Ilha Solteira. **Ilha Solteira, FEIS/UNESP**, 1995. 45p. (Série Irrigação, 1).

PERSEGIL, E.O. Marcha de absorção de nutrientes para os cultivares de algodão (*Gossypium hirsutum* L.) IAC 24, ITA 90 e DELTAOPAL na região de Selvíria, 2005. **Monografia** (Graduação em Agronomia) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2005.

SOUZA, L.C. Componentes de produção do cultivar de algodoeiro CNPA – 7H em diferentes populações de plantas. Viçosa, 1996. 71 p. **Dissertação** (Mestrado em Agronomia – Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, 1996.



O OFÍCIO DO HISTORIADOR: REFLEXÕES SOBRE TEORIA E PRÁTICA DOCENTE

Gilberto Abreu de Oliveira *

“A história não é a acumulação dos acontecimentos, de qualquer natureza, que se tenham produzido no passado. Ela é a ciência das sociedades humanas”.

Fustel de Coulanges

Resumo: A proposta deste artigo é discorrer sobre as divergências entre Teoria (Pesquisa) e Prática (Docência). No decorrer do trabalho, será ressaltada a importância do papel crítico na formação acadêmica dos profissionais, devendo estes ter consciência de que, para um mesmo fato histórico, várias versões podem surgir, colaborando na construção de um saber histórico (seja na Educação Básica, ou no Ensino Superior). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é propor uma reflexão teórico-metodológica acerca de questões que permeiam o universo da Historiografia e que acompanham grande parte dos profissionais da área desde sua formação inicial.

Palavras-Chave: Teoria; Prática Docente; Ofício do Historiador; Educação.

Este artigo foi apresentado inicialmente, em um dossiê compreendendo um ciclo de debates sobre História, publicado na **Revista Visão Universitária**¹ de Cassilândia, MS, sendo resultado de reuniões do GETMHS (Grupo de Estudos de Teoria e Metodologia em História Social vinculado à Instituição) tendo ainda como referencial teórico as discussões oriundas das aulas de Teoria e Metodologia da História, realizados no 1º ano do curso. Discussões que, num primeiro momento, deixam qualquer calouro inquieto. Entretanto, com tempo, tais inquietudes se transformam em frutos. O trabalho aqui apresentado é, antes de tudo, resultado dessas inquietudes que permearam o universo acadêmico no ano de 2007.

Assim sendo, seu objetivo é discutir a relação entre a teoria e a prática docente, como fundamentais para o ofício do historiador. Não se trata de um processo fácil, mas “[...], como todos os historiadores, eu penso [...]”²; esse ato já auxilia no processo da

*Graduando em História pela Faculdade Vale do Aporé (FAVA)

¹ OLIVEIRA, Gilberto Abreu de. O fazer em história: teoria e prática docente. **Revista Visão Universitária**. v.VII, p.79 - 83, 2007.

² BLOCH, M. Introdução & Capítulo I: A História, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p 4



escrita. Nesse sentido, propomos uma reflexão teórico-metodológica acerca de questões como. Em que consiste o ofício do historiador? O que é História? O que produzem os historiadores? Qual o papel do professor de História? Essas questões deixam muitas vezes as certezas abaladas e são mais que pertinentes, sendo levantadas, a todo o momento, por historiadores de todas as gerações, pois elas “[...] refletem nossa própria posição no tempo [...]”³.

Deve-se lembrar que muito se produz acerca desta temática. Portanto, neste ensaio, serão apresentados alguns autores,⁴ dentre eles, Marc Bloch com seu livro **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**; Jean Chesneaux, que procura pensar o quadripartite ao perguntar **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?**⁵. As questões teóricas e práticas ganham mais interação com Marcos A. Silva e Maria A. Antonacci, no texto **Vivências da Contramão – Produção de Saber Histórico e Processo de Trabalho na Escola de 1º e 2º Graus**⁶. Jacques Le Goff reflete a relação entre **Documento /Monumento** e, ainda, Edward Carr, no seu tão debatido **Que é História?**, auxiliam e colaboram nesse processo de análise.

Sendo assim, em que consiste o ofício de um historiador? Há quem se arrisque a dizer que ele é um mero colecionador de antiguidades, outros preferem a imagem de um reprodutor de fatos do passado. Jorge Andrade⁷ assim define:

- Geralmente, confundem historiador com antiquário, adorador do passado. Escrever história é ter visão dialética do passado e, eventualmente, de suas consequências no presente. É iluminar o passado com o presente ou vice-versa. É o presente que importa e é através dele que compreendemos a evolução humana.⁸

Percebe-se uma visão dialética de Jorge Andrade ao referir-se ao Ofício de Historiador. A partir dessa reflexão, deve-se lembrar ainda que uma das funções do ofício, não é “dar respostas às questões”, mas, antes de tudo, problematizá-las. Para tal façanha, necessita-se, como em todo ofício, de ferramentas próprias, sendo a principal

³CARR, E. H. Capítulo I: O Historiador e seus fatos. In: **O que é História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 12.

⁴Textos utilizados nas aulas de Teoria e Metodologia da História.

⁵CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1989, p. 93-99.

⁶SILVA, M. A. da & ANTONACCI, M. A. Vivências da Contramão – Produção de Saber Histórico e Processo de Trabalho na Escola de 1º e 2º graus. **Revista Brasileira de História**: São Paulo, ANPUH/Marco Zero, nº 19, p.09-28, set. 1989/fev 1990. p. 10

⁷Jorge Andrade um dramaturgo brasileiro que viveu de 1922 a 1980. Essa definição surge devido seu contato com grandes historiadores como Sergio Buarque. Apud. ARANTES, Luiz H. Martins. A Memória como palco: Lembranças e esquecimentos no processo criativo do dramaturgo Jorge Andrade. In: PATRIOTA, R. & RAMOS, A. F. (org) **História e Cultura: Espaços Plurais**. Uberlândia: ASPPECTUS /NEHAC, 2003, p.80

⁸ANDRADE, Jorge. **O Labirinto**. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.173



delas o documento. A análise deste, por meio de um processo teórico-metodológico, nos ajuda a pensar na legitimidade histórica desta disciplina. Mas o que seriam esses documentos?⁹ Ora, essa ferramenta é um registro feito por homens de um tempo, que agem e pensam de uma forma e registram o que eles querem que seja interpretado, intencionalmente ou não. Então, o historiador é um selecionador? De fato, também essa é outra especificidade, entretanto, não apenas selecionar a documentação, mas pensar os documentos de forma que eles suscitem uma série de questões, tendo como base teórica a idéia de que a disciplina História vive em constante processo.

Marc Bloch já alertava que “[...] o historiador tem como primeiro dever, ser sincero [...]”¹⁰. Essa nossa sinceridade deve estar ligada à característica acadêmica de cada historiador¹¹. Ao analisar esses documentos, deve-se ter sinceridade não para com “os fatos assim como eles aconteceram”, mas entender esse passado como rico em possibilidades e em diversidades. Bloch ainda completa que “[...] o progresso de nossos estudos é feito de contradição necessária entre as gerações sucessivas de trabalhadores [...]”¹². Essa contradição se faz necessária, pois só assim entenderemos a construção do saber Histórico.

Todavia, não se pode esquecer que várias gerações criavam modelos de saber histórico, correntes historiográficas surgem e uma das mais interessantes é a denominada Escola Metódica ou Positivista¹³. Para tais teóricos, na História se

⁹Jacques Le Goff, em seu texto **Documento / Monumento**, faz uma análise, sobre a importância deste instrumento para os historiadores, mostrando que o termo *documento* se transforma historicamente, passando pela idéia positivista de documento (como sendo prova); pelo século XX, de acordo com ele, é que ocorre a “revolução documental” (adota-se a idéia de que Tudo é Documento) e encerra suas análises com a crítica dos documentos. Para Le Goff: “[...] O Documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio [...]”. In. LE GOFF, J. Documento Monumento. In. **Memória e História. Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 103

¹⁰BLOCH, M. Op. cit., p. 41

¹¹ Michel de Certeau trabalha com a questão do lugar de origem acadêmica dos historiadores, esta que influencia e muito nos trabalhos de qualquer um que se arrisque neste ofício. Sobre o assunto, consultar: CERTEAU, Michel de. Capítulo II: Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-119

¹²BLOCH, M. Op. cit., p. 41

¹³ “A Escola Histórica, a que chamamos ‘metódica’, ou mais frequentemente, mais abusivamente, ‘positivista’, aparece, manifesta-se, prolonga-se durante o período da Terceira República em França. Os seus princípios fundamentais estão expostos em dois textos-programas: o manifesto, escrito por G. Monod, para lançar *A Revista Histórica* em 1876 e o guia, redigido em intenção dos estudantes por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos em 1898. A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando à objetividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes no inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. [...] Portanto, esta corrente de pensamento funda simultaneamente uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico [...]. In. MARTIN H.

encontravam verdades apenas por meio de documentos oficiais. Mesmo assim, não se deve desconsiderar a enorme contribuição desses intelectuais para a historiografia, pois são eles que efetivam a idéia de que História se faz mediante documentação. Essa diferença de idéias pode ser explicada, grosso modo, pelo fato desses teóricos serem homens de seu tempo. Como nos lembra Marc Bloch, cada geração reescreve a História.

Para discutirmos essas relações profundamente, seriam necessários anos de estudo, pesquisas e debates, mas como já foi ressaltado, uma das tentativas deste artigo é, no máximo, encontrar validades que auxiliem na busca tão intrigante de compreender a união entre a Teoria e a Prática Docente como fundamentais no “Fazer em História”.

A maneira de se estudar a História em diversos países do Ocidente – inclusive o Brasil – está ligada às “armadilhas do quadripartismo francês”. Essa – não a melhor, mas uma das possibilidades de se entender História – é uma “sistematização bem francesa”¹⁴, copiada por nós e utilizada até os dias de hoje. Para quem não sabe e, também, nunca ouviu falar, esse modelo surgiu com a Revolução Francesa. Os revolucionários veem a necessidade de se criar um modelo de ensino a ser seguido e ensinar a História a partir da influência europeia nos acontecimentos, por meio de uma linha cronológica do tempo, teleológica, pautada na ideia de “Verdade Histórica Objetiva”. A divisão de uma linha do tempo, que demonstra a ideia de Progresso, é constituída apenas de fatos particularmente europeus. “[...] Na França, o estudo e o ensino da História como disciplina integrada à máquina universitária estão organizados em quatro grandes conjuntos, entre os quais supõe-se repartido o tempo histórico [...]”

¹⁵. Com isso, Jean Chesneaux tenta em seu texto pensar de uma forma diferente esse quadripartismo, que é, sem sombra de dúvida, uma “armadilha”.

A partir desta ideia, o texto enfoca questões pedagógicas, que forma a organização educacional de currículos e manuais básicos do ensino; analisa ainda questões institucionais, que influenciam a denominação de certas universidades (francesas); são as questões intelectuais, que “[...] formam a base da divisão do trabalho de investigação entre os historiadores [...]”¹⁶, mostrando que cada historiador se especializa em uma das áreas do quadripartite e reflete ainda a questão ideológica e política, que perpetuam a

& BOURDÉ G. “Capítulo VI: a Escola Metódica”. In. **As Escolas Históricas**. Publicação Europa-América. p. 97.

¹⁴ CHESNEAUX, J. Op. Cit. p. 92.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid, p. 94.

memória de “valores culturais essenciais para a burguesia”¹⁷. Pensando nessas questões, o autor trabalha com a idéia de que esse modelo se torna incompatível com o nosso tempo e “com as exigências do presente”, tanto é que ele afirma: “[...] O Quadripartismo tem como resultado privilegiar o papel do ocidente na História do mundo e reduzir quantitativa e qualitativamente o lugar dos povos não europeus na evolução universal [...]”¹⁸.

Ao dizer que esse sistema francês “[...] desempenha o papel de um verdadeiro aparelho ideológico de Estado [...]”¹⁹, compreende-se que o quadripartite revela basicamente a poderosa função de um sistema moldado para se estudar a História com base em fatos europeus e feitos de ‘grandes personagens da história’ e sem a criticidade necessária para fazer dos homens seres pensantes e agentes da própria história.

Como deve o historiador reagir a isso? Não é fácil para um historiador caminhar ao lado dessa situação que exige decisões: ser apenas um mero reproduzidor de fatos do passado sem criticidade, ou escolher possuir um arcabouço teórico-metodológico, que lhe proporcione ferramentas para caminhar na contramão dessa realidade. A resposta é simples, estudar e pesquisar nunca é demais. Algo que contribui para que essa decisão seja efetivamente de mudança ou não, são os manuais didáticos.²⁰ Esse material utilizado em escolas de todo o país é o típico ‘representante oficial do modelo francês’ de se estudar a História. Tanto é que nosso país não tem sua História estudada de maneira mais reflexiva – com seus problemas, movimentos sociais, sujeitos históricos e suas diversidades culturais. É a partir destes manuais que o senso comum conhece a disciplina, para a maioria deles, é, de fato, decorar datas e nome de pessoas importantes, sem ter a menor criticidade. Caberá a quem fazer a diferença nesse processo? Aos professores de História, que tenham uma formação crítica em relação a isso. A teoria e a prática, apesar de parecerem distintas, devem caminhar juntas.

¹⁷Ibid, p. 95.

¹⁸Ibid, p. 95.

¹⁹Ibid, p. 93.

²⁰Marieta de Moraes Ferreira e Renato Franco, ao analisar as recentes críticas publicadas sobre os livros didáticos, especificamente os da coleção *Nova História Crítica*, buscam de forma dialética e indagadora refletir os **Desafios do ensino de História** em nosso país em dias atuais. Para tanto, percebe-se que tais análises partem do pressuposto de que é o historiador o profissional responsável pela discussão de temas em História. Sobre os manuais, eles defendem que: “[...] o problema do livro didático tem raízes muito mais profundas do que a simples defesa ou a condenação de obras isoladas. Um dos principais desafios está justamente em fazer esse tipo de livro acompanhar as reinterpretações do passado feitas pelos historiadores acadêmicos. O constante diálogo entre passado e presente, inerente a qualquer reflexão histórica, deve também ser estendido aos livros didáticos, sob pena de termos grandes hiatos entre o que se discute na academia e o que se ensina nas escolas do país [...]” Consultar: FERREIRA, M. M. & FRANCO, R. **Desafios do ensino de História. Estudos Históricos: História e Historiografia**. Vol. 21, nº. 41, jan/jul de 2008. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação FGV. p.81. grifo nosso.



Para Marieta Ferreira e Renato Franco:

os livros representam um papel significativo, porém não exclusivo, no processo de aprendizagem, estando, portanto, longe de responder sozinhos pela qualidade do ensino de história. Um ponto fundamental, mas que nem sempre tem recebido a devida atenção, é a formação dos professores²¹

No entanto, como lidar com uma sociedade que não se preocupa com a formação intelectual de um docente? Pablo Gentili, em seu livro **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**, procura relacionar a importância dos intelectuais frente aos rumos seguidos pelas mudanças no sistema educacional. Mudanças estas, que procuram valorizar a noção de Qualidade Total, um termo “neoliberal” de mercado que instiga competitividade e colabora para a organização da sociedade em função de interesses privados.

Para ele:

a progressiva e debilitante falta de recursos financeiros e a consequente deteriorização da universidade como espaços de produção científica de caráter crítico foi gerando um afastamento cada vez maior dos intelectuais da vida universitária²².

Percebe-se nesta passagem que a falta de investimento nas áreas de valores humanísticos gera um descrédito perante a sociedade. Ao encerrar suas análises, o autor reflete o discurso de qualidade no campo educacional: “[...] Não existe ‘qualidade’ com dualização social. Não existe ‘qualidade’ possível quando se discrimina, quando as maiorias são submetidas à miséria e condenadas à marginalidade, quando se nega o direito à cidadania [...]”²³.

Partindo deste pressuposto de que a educação necessita de reformas, Marcos Antonio da Silva e Maria Antonieta Antonacci (1989) procuram pensar as questões teóricas aliadas à prática e como relacioná-las no Ensino de nosso país, que necessitava – ou ainda necessita – de transformações profundas. Essa realidade que eles abordam em seu texto pode até parecer distante, mas, muitas vezes, é isso que os professores e professoras enfrentam em suas vidas, em seus dias letivos, até os dias atuais.

Iniciam suas discussões com questionamentos importantes que

remetem nosso debate para o contexto de experiências dos professores de História que foram desmobilizados em muitas discussões recentes, fazendo-se tábula rasa de seu significado para diferentes modalidades de expressão de

²¹ FERREIRA, M. M. & FRANCO, R, Op. Cit. p. 86

²² GENTILI, P. A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. 11ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 126

²³ Ibid, p. 177



saber histórico que circulam entre Universidade, Escola de 1º e 2º graus, produção artística, movimentos sociais e outros espaços²⁴.

Nota-se a preferência deles pela imagem de um bosque repleto de árvores, o que os leva à necessidade de fazer escolhas e, como em “[...] qualquer percurso exigirá, sempre o ato de optar [...]”²⁵. Essa afirmação é digna de historiadores, como já havia sido comentado antes, seleciona e opta pelos fatos do passado.

Os autores estão atentos para as “[...] discussões que reconstruíram o ensino de História de 1º e 2º graus [...]”²⁶, na década de 1980. O artigo, que foi elaborado durante uma greve de professores de São Paulo, “[...] retoma algumas questões teóricas sobre o saber histórico, seu ensino e experiências [...] de professores de diferentes graus [...]”²⁷, encarando a escola como parte integrante no processo de construção do conhecimento

Para explicar as lutas dos professores desse período, retomemos um pouco o passado. Com o Golpe de 1964 que leva os militares ao poder, nosso país cai num grande abismo intelectual nas redes de ensino. Em meio a esse contexto, ocorre uma extinção das disciplinas de História, criando cursos de curta duração, cujos profissionais sairiam aptos a ministrar aulas como a OSPB (Organização Social e Política do Brasil), a Educação Moral e Cívica compondo, assim, os Estudos Sociais. Tal atitude descaracteriza o Ensino de História, efetivando a idéia de que a História é “Uma Ciência objetiva e decorativa” valorizando a idéia de civismo. Várias gerações foram formadas dessa maneira, sem criticidade, apenas como reprodução de ideologias de Estado.

Para Selva Guimarães Fonseca: “[...] discutir o ensino de história hoje, é pensar os processos formativos que se desenvolvem nos diversos espaços, é pensar fontes e formas de educar cidadãos, numa sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades [...]”²⁸.

Sendo assim, a utilização de um espaço como a escola deve ir além de diferenças e desigualdades, elas devem ser vistas “[...] como espaços de debates e campo de luta

²⁴ SILVA, M. A. da & ANTONACCI, M. A. Op. Cit. p. 10

²⁵ Ibid.

²⁶ Ibid

²⁷ Ibid, p. 12

²⁸ FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizagem**. Campinas, SP: Papyrus, 2003 (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico) p. 15. A respeito do ensino de História, vale a pena conferir: CADERNOS DE HISTÓRIA (Vários números) Uberlândia: UFU, Instituto de História, Laboratório de Ensino e Aprendizagem de História. 1990-2000 CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE / CADERNOS CEDES. **A prática do Ensino de História**. São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes, nº 10. 1985.
NENES, Silma do C. **Concepções de mundo no ensino de História**. Campinas: Papyrus. 1996
FENELON, Déa R. “A Formação do profissional de História e a realidade do ensino” In. **Cadernos Cedes**, Licenciatura, nº 8. São Paulo: Cortez, p. 24-31.



sociocultural [...]”²⁹ isso é, para os autores e também para a maioria dos historiadores, uma “[...] discordância preliminar em relação aos que a definem apenas como aparelho ideológico de estado padrão [...]”³⁰. A escola deve cumprir seu papel de indagadora, mediadora do saber e não a dona deste. Nela deve haver debate de idéias, não reprodução de dados e informações. Deve-se formar cidadãos e não apenas informá-los. Para os autores. “[...] trata-se de pensar a escola e o ensino como palcos de lutas entre diferentes concepções de História e Educação [...]”³¹. Somente assim ocorreriam mudanças.

Frente a essas reflexões, volta a questão: o quê e para quem produzimos? É claro que, além da especificidade de pesquisador, os historiadores possuem outra principal especificidade, ministrar aulas. Para eles, os planejamentos devem “[...]levar os alunos a compreender, interpretar e analisar os fatos, movimentos ou revoluções, para que melhor se situem ou ganhem consciência em relação ao que passou, no suposto frequente de que o passado explica o presente[...]”³². Nossa sociedade não se preocupa mais com tais posicionamentos do saber histórico, para muitos, convém mais “querer saber do que querer compreender”³³.

Contudo, essa abordagem nos remonta a outras questões. Por que isso não muda? Por que não ocorre uma mudança que valorize o caráter crítico desta disciplina? É difícil. Existe uma estrutura que não colabora, como por exemplo, a determinação por um órgão maior, sobre o que se deve ensinar de História em determinado ano ou série. Isso deveria ser uma ação em conjunto de professores.³⁴ Outra coisa que entristece, mas não desanima, é a desmotivação por uma parcela razoável de professores. O Professor Pedro Demo, em uma de suas palestras, nos alerta que “O professor prega mudança, desde que não mexam com ele”³⁵ e isso é uma grande realidade vivida em nosso país. Parece até uma falácia, mas as disciplinas como História, Filosofia, Geografia Política, entre outras das humanidades, preocupam e incomodam os governos mais do que se

²⁹ SILVA, M. A. da & ANTONACCI, M. A. Op. Cit., p. 12.

³⁰ Ibid

³¹ Ibid, p. 13.

³² Ibid, p. 16.

³³ BLOCH, M. Op. Cit., p. 45

³⁴ Sobre a confecção e escolha temática dos livros didáticos, vale lembrar que “[...] essa seleção “oficial”, embora tenha criado um padrão qualitativo para a feitura dos materiais, ainda está longe de produzir livros que atendam aos requisitos de qualidade desejáveis do ponto de vista historiográfico [...] Em suma, obras ‘politicamente corretas’ não são necessariamente ‘bons livros’ de história [...]” FERREIRA, M. M. & FRANCO, R. Op. Cit. p.81-82

³⁵ Palestra proferida no dia 31 de julho de 2007, no 4º Seminário Municipal De Educação de Costa Rica e 1º Jornada Pedagógica da UFMS, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no período de 30/07 a 02/08/2007.



imagina, elas são perniciosas, deve-se tomar cuidado, pois elas apenas nos fazem pensar.

Pensar o ensino de História, hoje, nos remete a debates polêmicos que vão desde a confecção de livros didáticos à produção acadêmica acerca do tema. Explorar melhor determinados conteúdos e aplicá-los de forma reflexiva à realidade dos alunos, pode ser uma medida um tanto saudável. Entretanto, como trabalhar com essas questões num ensino que se modela a partir de uma idéia de história decorativa onde apenas se transmite conteúdo nas escolas? Novamente, Selva Fonseca discute o ensino no Brasil, dessa vez, a partir da obra de Benjamin:

As escolas destinadas às crianças e adolescentes (com raríssimas exceções) carecem não só de uma bibliografia variada, de professores bem formados, mas sobretudo de uma prática pedagógica que estimule o debate, a investigação e a criação. Assim, ao contrário das Universidades, as nossas escolas são espaços de transmissão de informações de uma ou outra leitura historiográfica que, fragmentada e simplificada, acaba muitas vezes impondo uma versão como sendo a verdade histórica sobre determinados temas.³⁶

Dessa maneira, as lutas e debates por melhorias no ensino de História travadas na década de 1980 serviram para que se produzisse cada vez mais acerca desta temática, que vem ganhando mais espaço, uma vez que tais medidas sugeridas e discutidas pelos autores não teve grande repercussão no ensino de História. Em matéria publicada na revista Nova Escola, Ana Rita Martins alerta-nos que:

Hoje, não se concebe o estudo histórico sem que o professor apresente diferentes abordagens do mesmo tema, fato ou conceito – iniciativa importante para que o aluno perceba que dependendo da visão e da intenção de quem conta a história, tudo muda[...] durante as aulas, é impossível apresentar todas as maneiras de ver a história, mas é fundamental mostrar que ela não é constituída de uma única vertente³⁷

As questões mostradas no início do trabalho ainda não foram totalmente respondidas. Bloch, ao dizer que cada geração reescreve a História, já formula sua parcela de definição. Hoje, vemos a História como uma disciplina em movimento, que vive num processo contínuo, analisando os documentos não como sendo a prova e sim como possibilidades em aberto. Edward Carr mostra-nos isso, a definição da História depende de cada um, conforme seu tempo. Nós somos diferentes dos positivistas. Estes,

³⁶ FONSECA, S. G. A História na Obra de Benjamin e a História ensinada no Brasil: Algumas Reflexões. In. **Rev. Educação e Filosofia**. Uberlândia, n.º. 8, jan/jun 1994, p. 43.

³⁷ MARTINS, Ana Rita. Passado e Presente, juntos para ensinar. **Revista Nova Escola**. Edição 218 Dez. de 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0218/aberto/passado-presente-juntos-ensinar-404108.shtml>. Acesso em 10 mar. De 2009. As 14hs 41.



por sua vez, eram diferentes de Heródoto³⁸, e os que vierem depois poderão pensar diferente, pois serão “homens de seu tempo”.

Ele ressalta ainda com mais ênfase o “poder selecionador” do ofício. O historiador sempre interpreta o passado de formas diferentes. “[...] É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente, isso não é verdade. Os fatos falam apenas quando o Historiador os aborda, é ele quem decide quais fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto [...]”³⁹. Para ele:

Em primeiro lugar, os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador. Como consequência, quando pegamos um trabalho de história, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas como o historiador que o escreveu⁴⁰

O que nos leva a crer a importância acadêmica na formação de tal profissional. E respalda ainda a função do objeto de estudo do historiador e completa: “[...] os documentos não nos contam o que aconteceu, mas somente o que”, o historiador “[...] pensou que aconteceu, ou queria que outros pensassem, ou talvez o que ele próprio queria pensar tivesse acontecido”⁴¹e continua com a afirmação de Carl Becker, “os fatos da história não existem para qualquer historiador até que ele os crie [...]”⁴².

São discussões que, para muitos, devem possuir um ponto final, mas a resposta não se resume apenas num amontoado de definições e, sim, depende de vários fatores em que estão envolvidos. Na História, ‘não existe fato isolado’. Não se pode tentar estudá-la pensando isoladamente. É claro que, como toda Prática, essa também exige uma Teoria, para que se complete qualquer ofício.

A resposta a essas questões enunciadas no início da discussão, (dúvidas de todos que iniciam esse ofício) sempre irá mudar com o tempo e seus historiadores. A função de professor-historiador não é essa que está impregnada na mente do senso comum de narrar as “Histórias verdadeiras” (ou apenas colecionar antiguidades). Para que os historiadores possam entender o processo de construção do saber histórico, é necessário questionar esse passado que está sendo estudado, não se esquecendo que ele não vem puro. Tudo depende do Historiador, como nos lembra Edward Carr, um fato do passado

³⁸Consultar: HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

³⁹CARR, E. H. Op. Cit. p. 14

⁴⁰Ibid., p. 23

⁴¹Ibid, p. 20

⁴²Ibid, p. 22



não será necessariamente um fato histórico, até que os historiadores o elevem a esse *status*.

Tendo em vista tais perspectivas de análises, a caminhada nas nuances do Ofício, pode ser pensada com uma caminhada de historiadores, pelo seu bosque (o bosque da pesquisa, dos questionamentos), de mãos dadas (com um mesmo objetivo), na contramão de uma realidade: as grandes divergências da Teoria e da Prática Docente, que, de certa forma, são necessárias para a compreensão e análise do processo histórico e do ofício. Este que, antes de tudo lida com o ser humano, enxergando-o como sendo um agente de sua própria história. E como bem nota Edward Carr: “A função do Historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente”.⁴³

⁴³ Ibid, p.25



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, Marc. Introdução & Capítulo I: A História, os homens e o tempo. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 41-68.
- CERTEAU, Michel de. Capítulo II: Operação Historiográfica. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-119.
- CARR, Edward Hallet. Capítulo I: O Historiador e seus fatos. **O que é História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 11-29.
- CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1989, p. 93-99.
- FERREIRA, M. M. & FRANCO, R. Desafios do ensino de História. **Estudos Históricos: História e Historiografia**. Vol. 21, nº. 41, jan/jul de 2008. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação FGV. p.79-93.
- FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizagem**. Campinas, SP: Papyrus, 2003 (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).
- _____. A História na Obra de Benjamim e a História ensinada no Brasil: Algumas Reflexões. In. **Rev. Educação e Filosofia**. Uberlândia, nº. 8, jan/jun 1994, p. 43-47.
- GENTILI, P. A. A. & SILVA, T. T. da. (org) **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**, 11ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- LANGLOIS, V. Ch. & SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946, p.135 a 161.
- LE GOFF, Jacques Documento /Monumento. **Enciclopédia Enaudi**, Vol. 1. Memória - História, p. 95-106
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. SILVA, M. A. **Repensando a História**. ANPUH /SP. P. 36-64.
- MARTIN H. & BOURDÉ G. Capítulo VI: a Escola Metódica. **As Escolas Históricas**. Publicação Europa-América.
- MARTINS, Ana Rita. Passado e Presente, juntos para ensinar. **Revista Nova Escola**. Edição 218 Dez. de 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0218/aberto/passado-presente-juntos-ensinar-404108.shtml>. Acesso em 10 mar. De 2009. As 14hs 41.
- PATRIOTA, R. & RAMOS, A. F. (org) **História e Cultura: Espaços Plurais**. Uberlândia: ASPPECTUS /NEHAC, 2003.
- SILVA, Marcos Antonio da & ANTONACCI, Maria Antonieta. Vivências da Contramão – Produção de Saber Histórico e Processo de Trabalho na Escola de 1º e 2º graus. **Revista Brasileira de História**: São Paulo, ANPUH/Marco Zero, nº. 19, p.09- 28, set. 1989/fev. 1990.



MEMÓRIAS EM CONFLITO NA FUNDAÇÃO DE JALES

Gabriela Araújo Puerto

Resumo: Muitas vezes, o contar da história é deturpado pela tendência de valorizar um indivíduo em detrimento de um processo muito mais dinâmico e conflituoso. Desta forma, os conflitos são maquiados por uma história que personifica em um mito de herói todo um processo histórico, produzindo uma memória de ocultamentos e imparcialidades. Este artigo apresenta um esboço sobre a construção do mito Euphly Jalles, fundador da cidade de Jales, Estado de São Paulo, norteando o caminho da pesquisa e do encontro de evidências que permitem a percepção que os mitos historicamente instituídos por uma memória coletiva podem ser questionados.

Palavras-chave: Memória; História; Cidade; fundação.

A fundação de cidades foi uma prática comum na região Noroeste Paulista durante o final do século XIX e início do século XX, em decorrência da chegada das frentes de expansão e pioneira que alargavam as fronteiras para o Oeste do Estado de São Paulo. No caso da cidade de Jales, sua fundação deu-se em 1941, tendo por fundador o engenheiro Euphly Jalles.

Estas cidades eram fundadas com o propósito de valorizar as terras a sua volta, como afirma Nardoque a respeito de Jales: “[...] para efetuar as vendas, fundou, primeiro a vila, para servir como ponto de referência para os possíveis compradores [...] (NARDOQUE; OLIVEIRA, 2005)”. Para a efetivação da fundação da vila, como eram denominadas as cidades, geralmente, “o fundador doava uma parcela de terra a um santo, onde seria construída, posteriormente, a capela. Erguia-se o cruzeiro – cruz de madeira – e fazia-se festa, para alardear o nascimento do povoado, com a bênção de um padre e pessoas importantes”. (NARDOQUE; OLIVEIRA, 2005)

Desta forma, as cidades, em sua maioria, possuem ao centro a praça com a Igreja e o Cruzeiro. Este é também o caso de Jales, possuindo a Matriz, e em frente à Praça Dr. Euphly Jalles, onde se encontra erguido um monumento em homenagem a seu fundador, a estátua de Euphly Jalles. O fato inusitado neste contexto ocorreu no dia 6 de



março de 2006, quando os moradores, logo cedo, depararam-se com a estátua de seu fundador caída ao chão. O Jornal de Jales, jornal semanal da cidade, de circulação regional, apresentou o fato com uma interrogação na manchete: Quem derrubou a estátua do Fundador?

O fato angariou representatividade entre os munícipes, tendo grande repercussão na cidade e região. A estátua em questão é representativa da imagem e configura-se em uma homenagem ao fundador da cidade. A estátua é uma marca da memória local e fora financiada pela população em uma campanha entre 24 de setembro de 1969 e 14 de abril de 1970, segundo artigo de Manoel Paz Landim, nesta mesma edição do jornal, intitulado: “O livro de ouro e a estátua do fundador”. O projeto para angariar fundos teria sido espontâneo, numa iniciativa própria da população.

A partir disto, tem-se uma dicotomia marcante na sociedade jalesense. Por um lado, é possível aprender que a memória de Euphly Jalles na cidade é algo ligada à noção romântica de saudosismo. Por ter partido da população a iniciativa de erguer a estátua em homenagem a Euphly Jalles, parece que a memória coletiva é harmoniosa e que o fundador é visto com bons olhos por todos. Ou seja, é um verdadeiro herói na cidade.

Por outro lado, tem-se que a derrubada da estátua aponta para uma outra possibilidade interpretativa, uma vez que sua queda leva consigo muitas imagens e representações que a alicerçavam. A partir daí, pode-se definir a ideia de uma memória dividida. Esta ideia produz-se através da dicotomia que estes fatos apresentam, enquanto uns erguem uma estátua, outros a derrubam. Existe, portanto, um confronto com relação à memória do fundador em Jales. Na preocupação de procurar compreender este conflito, transporta-se automaticamente para a raiz da questão: a produção desta memória. Afinal, o discurso que permeia a relação entre as pessoas e a memória da cidade é fruto de uma produção, de uma versão da história destinada a ser a memória oficial de Jales.

Na procura de compreender os fatores que acabam por exercer influência sobre a população, em sua memória coletiva, usou-se da estratégia de pesquisar documentos que representavam os diversos meios em que a história de Jales é contada e, desta forma, uma memória é produzida.

Perceber as formas como as memórias são apropriadas e como circulam indica muito a respeito dos significados, interesses e influências desta memória. Os meios em que se vinculam esta categoria são os meios pelos quais circula a história. A análise das



fontes e do processo de constituição destas torna-se uma problemática imprescindível, reconhecendo que os meios em que a memória é transmitida exercem influência. Cabe, portanto, o trabalho voltado à reflexão acerca dos mecanismos de transmissão da memória, ou de uma dada versão da história, bem como o conteúdo a ser transmitido e incorporado socialmente que, muitas vezes, sofre distorções para melhor se adaptar às necessidades de grupos dominantes.

Por isso é fundamental desvendar os processos e meios de produção da memória dominante em seu duplo movimento de produção de visibilidade e ocultação (de momentos, projetos e sujeitos sociais) para “vislumbrar conflitos tensões, articulações entre memórias hegemônicas e alternativas produzidas na vida cotidiana”(MACIEL, 2006, p. 04).

A produção da memória mostra-se como um processo dicotômico, em que conflita uma memória destinada a ser hegemônica e a memória particular, produzida na vivência, no cotidiano, estruturada aos modos de vida dos diversos sujeitos. A partir deste quadro de disputas, a memória vai sendo moldada ao passo que os fatos do passado vão ganhando significados no tempo presente. Nesta reflexão, cabe destacar a colocação do Grupo Memória Popular que apresenta uma válida interpretação a esta dicotomia apresentada, afirmando que

É útil distinguir as principais maneiras pelas quais se produzem os sentidos do passado: por meio de representações públicas e por meio da memória privada (que, no entanto, também pode ser coletiva e compartilhada). A primeira maneira envolve um ‘teatro’ público de história, um palco público e uma audiência pública para a encenação de dramas sobre ‘nossa’ história ou herança (...) chamaremos os produtos desses mecanismos, no conjunto de suas relações e combinações em qualquer momento, de ‘o campo das representações públicas da história’. Pensando sobre as maneiras como essas representações afetam concepções individuais ou de grupos do passado, podemos falar em ‘memória dominante’ (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 283-284).

Destarte, a memória dominante está intimamente ligada às representações públicas, que afetam diretamente a memória privada, particular do sujeito, criando uma memória com o intuito de ser hegemônica, a fim de sedimentar determinada versão do passado, atribuindo-lhe sentidos ao passado que melhor respondem aos objetivos do presente. Desta forma, torna-se necessário o cuidado em trabalhar as representações das quais os sujeitos estão vulneráveis, uma vez que, de acordo com o texto, estas representações tendem a ser uma encenação do passado, distorcendo, assim, seu real significado em prol de interesses diversos. Por outro lado, dado o potencial.



influenciador desta memória dominante, pode-se apreender o poder destas representações públicas, que transferem legitimidade a uma memória produzida através de mecanismos diversos de difusão de suas versões da história.

É importante também o trabalho com a categoria memória a partir do entendimento de que todas as fontes historiográficas são portadoras de memória e as transmitem com certas particularidades de interesses. Os documentos apresentam fragmentos de uma possibilidade de leitura e interpretação dentre as diversidades presentes no processo histórico. Uma possibilidade selecionada e detentora de significados que traz consigo interesses e reflexos de conflitos sociais. Portanto, historicizar estes fragmentos significa antes de mais nada descortinar o caminho que leva a sua produção, transferindo a “atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória” (MACIEL, 2004, p. 15), que conforme indica Maciel, deve ser um dos pontos centrais da reflexão que passa pela discussão acerca da memória.

Cabe então perseguir o caminho que leva à fonte em si, a intencionalidade de quem a produz, percebendo processos sociais de sua construção, tendo ciência de que ocorre constantemente a apropriação da memória como um instrumento de legitimação de poder e controle da realidade, pois transferem significados e influenciam na formação de opinião em âmbito social.

Desta forma, as fontes de pesquisa, enquanto portadores de memória, projetam a necessidade de uma investigação que valorize a preocupação em tornar os documentos evidências de uma realidade histórica e de todas as estratégias que configuram a diversidade nas formas de percebê-las.

No campo do registro destas memórias, entra em questão a narrativa no contexto da escrita da história propriamente, conforme sustenta a reflexão do Grupo Memória Popular: “O primeiro passo para definir memória popular é ampliar o que entendemos por ‘escrita da história’ e, portanto, o que implica a interpretação historiográfica (...) para ampliar a idéia de produção histórica bem além dos limites da escrita da história acadêmica” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 283). Neste campo, cabe analisar a forma como a memória se constitui em texto nas mãos de diversos narradores – a intencionalidade na interpretação - afinal, o processo narrativo sempre apresenta subjetividade que nem sempre o torna fiel ao relato que lhe deu origem.

Muitos trabalhos não vinculados a órgãos acadêmicos têm contado a história de Jales ao longo do tempo. E esses são os principais documentos discutidos, os objetos de estudos na análise da narrativa histórica do município de Jales. Estas são obras de

memorialistas que procuram fazer o resgate da história do município. “Sem ter faculdade exigida pelo exercício da historiografia, nem os melindres dos escritores, no meu modo de apresentar o assunto, tento abordar a faina pioneira na gestação, nascimento e engatinhar de nossa aprazível comuna” (SEIXAS, 2003, p.15).

Assim, o autor Genésio Mendes de Seixas apresenta sua obra: *Jales, Precursores e Pioneiros*, na qual procura estabelecer um relato profundamente histórico visando ressaltar, como indica claramente o título, os pioneiros na fundação de Jales.

A questão que se encaixa primordialmente visa estabelecer um entendimento de como se realiza essa narrativa. Não sendo um historiador, o autor não esclarece uma perspectiva, não se preocupa em estabelecer claramente sua visão historiográfica, porém, sem menos réstia ou vestígio de dúvida, ele a possui.

Visando mostrar a saga dos pioneiros, trabalha prioritariamente com estes personagens e tende a destacá-los com exaltação e admiração, talvez até mesmo como forma de homenageá-los, como evidencia Deonel Rosa Junior, na introdução do livro de Genésio Mendes de Seixas, “*Jales, Precursores e Pioneiros*”. “Este livro é um canto de louvor aos pioneiros, aos que enfrentaram toda sorte de dificuldades para que, em pleno sertão, fosse erguida uma cidade que se tornou, efetivamente, centro de região” (ROSA JUNIOR, apud. SEIXAS, 2003, p.14). Esses eram em geral pessoas simples que vinham para a região, na esperança de angariar condições de vida mais adequada ao conforto e bem-estar. Contudo, ao descrever a ação desses destacados como bravos e cansados aventureiros, o autor também trabalha com a história e participação do fundador, Euphly Jalles, nesse pioneirismo por ele deflagrado.

Um dos pontos fortes da memória produzida em torno da imagem de Euphly Jalles é a estratégia de exaltar o caráter participativo do fundador: “Euphly Jalles esteve presente em todos os momentos importantes da cidade. Ele participava de tudo” (MIRANDA, apud. SEIXAS, 2003, p. 129). Este se apresenta como algo permanente ao longo do curso da história no município. Ele é tido como peça chave para o progresso da cidade. Foi prefeito duas vezes, fato que permite admitir que tenha conquistado certo carisma entre a população. Seu papel para o crescimento da cidade é fato aceito por todos.

Segue uma análise de algumas evidências das posições presentes na escrita da história. Um dos pontos principais, que introduz toda esta reflexão, é a questão da fundação da cidade e o papel de Euphly Jalles neste processo.



Enquanto homens heróicos, dedicados ao trabalho, derrubando matas e arrancando ao solo as riquezas indispensáveis a manutenção, iam aqui e ali fazendo uma clareira na mata, o Dr. Euphly Jalles sonhava com a fundação de uma cidade, com possibilidade para tornar-se estável e que viesse a ser acolhedor de uma civilização condigna.

Não medindo sacrifícios, alimentando-se de caças, sofrendo toda espécie de hostilidades, de insetos e animais selvagens, dormindo ao relento, embrenhava-se no sertão em busca da concretização de seu sonho (SESTARI, 2002, p.202).

Neste trecho, da obra: “Minha Cidade, minha vida, meu livro”, de Ataíde Antônio Sestari, o fundador é exaltado nos moldes da história oficial. O discurso, neste caso, insere-se na idéia de “sonho de fundar a cidade”, numa forma de discurso em que outros contextos encaminham para a idéia da contribuição à marcha do progresso. Sempre um objetivo nobre é engajado nas ações de personagens mistificados na história oficial. De acordo com o autor, os objetivos do fundador seriam tão nobres a ponto deste abdicar do conforto para experimentar a privação em prol da cidade a ser fundada. O texto ilustra a ideia de um interesse centrado apenas no campo de um ideal, como os ventos a moverem o moinho da ação humana, neste caso, fosse apenas a vontade extrema de concretizar o que se quer, o discurso da marcha do progresso presente na ação pioneira.

Euphly Jalles é apresentado como um homem que não mede esforços, embrenha-se na mata, sofre hostilidades, privações, perigos, em vista de realizar o sonho de formar uma cidade. O herói é apresentado com todas as suas características fundamentais, tem-se o homem de valor, destemido, perseverante, que abdica de si mesmo por algo muito maior, seu sonho, as pessoas frágeis que precisam de sua proteção. O próprio autor utiliza o termo “homens heroicos”, e, dentre estes, destaca a figura de Euphly Jalles como elemento que pensa além, possui uma diferenciação por pensar “mais longe”, idealizar uma cidade em meio ao sertão.

Este é um dos principais pontos a serem destacados no discurso criado acerca de Euphly Jalles, o qual se refere a sua personalidade pioneira, o desbravador, o ilustre fundador, humilde, que se une aos trabalhadores, sem vaidades, sem distinção, que participa ativamente na construção da cidade.

O discurso a ressaltar o caráter ativo do fundador no processo de fundação da cidade fornece subsídios à construção de um mito. O recurso nesta temática é destacar que Euphly Jalles tinha particular interesse e preocupação pela cidade, como forma de confirmar a ideia de construção da cidade desencadeada por um sonho.



Esta memória oficial, que, por muito tempo, sustentou a estátua de Euphly Jalles, ao ser questionada com o levantamento de outras evidências que vêm à tona, mostra certa fragilidade, mostrando que a memória é um processo em constante transformação.

A queda da estátua aponta para a ideia da queda de um mito. A representação criada para manter viva a imagem do fundador transforma-se em objeto para materializar também uma suposta contestação, ou um protesto que permite supor evidências de que existe uma memória destinada a ser coletiva que não se solidificou em unanimidade. Contudo, há a necessidade de ter sempre consciente que este ato não se redime da possibilidade de ser apenas uma ação de vândalos sem preocupações históricas, políticas ou identitárias. Porém, abordo este acontecimento como simbologia para todo um contexto que direciona para as discussões presentes neste texto.

Vale destacar que, para o entendimento das possibilidades de motivos que levaram a esta ação, é necessário o entendimento da realidade do município naquele momento e é esta abordagem que traz indícios relevantes.

As terras onde nasceu a cidade, no momento da fundação, foram consideradas pertencentes a Euphly Jalles. Algumas terras no contorno do município não foram vendidas por Euphly Jalles e, após sua morte, em 1965, passaram a pertencer aos herdeiros, esposa e filhos, ou seja, como costumeiramente chamada no município, pela família Jalles. No ano de 1986, a prefeitura desapropriou uma faixa considerável de terra da família Jalles. Porém, por um longo período, nenhum pagamento foi realizado aos herdeiros por esta terra e, assim, a prefeitura contraiu para si uma dívida exorbitante, conforme noticiou o Jornal de Jales: “A dívida do município com a família Jalles atinge o valor de R\$ 10 milhões e é originária da desapropriação da área onde foi instalado o Distrito Industrial II” (JORNAL DE JALES, 2003, p. 1-05). O valor da dívida alcançou cifras muito elevadas¹, um acréscimo “decorrente do tempo do processo e dos acréscimos previstos na legislação das desapropriações” (ROSA JUNIOR, 2003, p. 1-05), a ponto de esta tornar-se elemento de grande polêmica e contenda judicial entre a prefeitura de Jales e a família Jalles.

¹ O valor da dívida em 10 milhões corresponderia a, praticamente, metade da previsão da arrecadação anual do município que, segundo relatório resumido da execução orçamentária da prefeitura, estaria em 2003 em torno de 22.841.000,00. Dados disponíveis no site: <http://www.jales.sp.gov.br/contas/2003/eogf06bim03.htm>, em 25 de setembro de 2008.



A situação agravou-se quando tal dívida acarretou no sequestro das rendas do município angariando reprovação de grande parte dos jalesenses. Deste modo, surge uma situação de indignação da população com a família do fundador, uma vez que “os Jalles” passam a ser vistos como continuação de um processo de apropriação infundável de possibilidades compensatórias sob o jugo exploratório contra o município. Ou seja, o fundador passa a ser rememorado e confundido com seus herdeiros, criando uma singularidade entre o passado e o presente, como se o fundador e sua família, hoje, fossem um mesmo elemento. Assim, a indignação é transferida ao fundador, repercutindo sobre sua memória.

O tratamento que passa a ser utilizado a Euphly Jalles pode ser visto como uma forma de vingança do município à família. Por mover uma ação contra a prefeitura e comprometer seriamente o equilíbrio do município com o sequestro de suas rendas, a família Jalles deixa clara uma total despreocupação com a cidade fundada por Euphly e isto afeta o *ego* de um município que, como será visto adiante, gabava-se de ser a “menina dos olhos de seu fundador”. Jales estaria sendo desprezada, desvalorizada e, assim, passa a corresponder a esta falta de consideração, demonstrando desprezo pelo fundador da cidade.

Antes do conflituoso acontecimento com a estátua de Euphly, a memória oficial sofria questionamentos. Outras versões para a história de Jales, nada agradáveis aos partidários de Euphly Jalles, ganharam espaço. O trabalho acadêmico de Sedeval Nardoque, intitulado “Apropriação capitalista e a formação da pequena propriedade em Jales-SP” (NARDOQUE, 2002) veio, no campo da memória, atuar como uma ruptura. Com este trabalho, Sedeval Nardoque colocou seriamente em questão a legalidade da aquisição das terras por Euphly Jalles, como também questionou e qualificou como ilegal algumas ações da família Jalles, como a cobrança do *laudêmio*² em algumas áreas da cidade.

Estes fatos, cientificamente apresentados, passaram a dar voz a outros sujeitos e narrar uma outra história que entrou em debate com a história oficial. Isso veio definitivamente condenar a permanência do mito em Jales. Porém, esta nova versão não foi recebida calorosamente por todos os munícipes. Veio, na verdade, intensificar a

² Esta cobrança seria uma taxa de 2% do valor do imóvel sempre que ele for comercializado. Esta taxa regulamenta-se pelo fato de que “juridicamente os Jalles têm o domínio sobre os imóveis nessas localidades e aqueles que o possuem somente têm, legalmente, a posse” (NARDOQUE, 2006, p. 1-05). Assim, quando o possuidor decide vender sua posse, tem que considerar primeiramente o direito do detentor do domínio de recomprar a posse. A taxa de 2% diz respeito ao valor cobrado pela família Jalles para abrir mão do direito do privilégio na recompra, possibilitando, assim, a transação comercial.



divisão existente em torno da memória de Euphly Jalles. Esta divisão está ligada aos diferentes tipos de vivências que contemporâneos tiveram com Euphly Jalles, promovendo diferentes lembranças particulares.

Em controvérsias, temos trechos de artigos de diferentes pessoas que participaram de assídua discussão por meio do Jornal de Jales. O Bispo D. Demetrio Valentini realiza uma forte crítica ao afirmar “[...] a esperteza presidiu a história de Jales, desde o seu início. No ninho preparado, foram colocados ovos de serpente. Não estranha o que tenha saído deles” (VALENTINI, 2006 p. 2-11).

Através de uma metáfora, o autor transmite uma visão para os fatos que colocam em cheque a memória do fundador. Tem-se claramente a perspectiva de que os atos da família Jalles refletem na memória de Euphly Jalles. Realizando esta ligação, o autor do artigo fornece indícios de que há um processo de tentativa de ruptura com a história oficial acerca de Jales. Condenando a família do fundador, realiza uma crítica que se inicia em Euphly para terminar na família Jalles, como uma sequência, uma continuação. Uma vez que a relação dos herdeiros Jalles e a cidade não são propriamente amistosas e torna-se precursora de conflito. O mesmo pode-se dizer sobre a memória de Euphly Jalles, já que estão vinculadas.

Em resposta, Lair Seixas Vieira defende o Fundador, dizendo por obrigação:

[...] defender a memória do fundador da cidade, a quem devo gratidão, respeito e amizade, diante da subversão dos fatos e das graves ofensas assacadas contra ele e seus herdeiros [...] os herdeiros do fundador da cidade devem ficar com a consciência tranquila (VIEIRA, 2006, p1-05).

Uma veemente defesa e enquadramento no âmbito de inocentes e vítimas, dos que eram acusados pela metáfora de D. Demetrio Valentini. O termo defender a memória do fundador leva a crer que exista uma memória baseada em bons parâmetros que se encontra ameaçada por levantamento de questões que tendem a transfigurar os fatos para novas perspectivas. Esses são os opostos de uma complexa relação. Não há somente uma defesa como também a afirmação de que há subversão dos fatos. O que não se enquadra na história oficial é, portanto, tido como distorção.

O mais conflitante é a percepção desta distância entre os dois trechos. Lair Seixas Vieira era próximo de Euphly Jalles, o que indica que teria uma simpatia pelo fundador por tê-lo conhecido, por sua memória particular, pelo que viveu e não pelo que ouviu falar. O segundo articulador, Bispo Diocesano, não o conheceu “até hoje não tive oportunidade de conhecer nenhum membro da família Jalles” (VALENTINI, 2006, P. 2-11). Portanto, construiu sua percepção a respeito de Euphly Jalles através dos recursos



de difusão da memória. Isto indica que a memória é construída em um processo contínuo e inacabado e pode transformar-se, pois nunca está acabada. A partir deste dado, é possível concluir que a contestação da memória oficial tem conseguido difundir-se, uma vez que a fala do bispo mostra uma posição nada compatível com a história construída através do mito.

A cidade apresenta um quadro de múltiplas histórias e memórias. Cada qual procurando seu espaço. A memória é, dentro da história, um campo de batalhas e de possibilidades de produções infundáveis. Exatamente por isto, seu uso vincula-se a diversas perspectivas e objetivos, o que torna imprescindível ao historiador realizar sempre reflexões sobre a memória a ser “produzida”, e as versões a serem contadas.

Portanto, a história simplesmente reproduzida contada segundo o positivismo de reprodução de uma história oficial sem crítica, auxilia no enraizamento de postura de submissão aos estereótipos apresentados no percurso da narrativa histórica e auxilia na proteção do mito e da história oficial, que se faz presente em muitos escritos de obras memorialistas da cidade. Assim, é imprescindível a atenção quanto à forma como se cria a imagem de Euphly Jalles, atestando os erros em recair na criação de heróis ou a tendência de descrever a história de um coletivo a partir de um indivíduo.

Desta forma, os mecanismos de resistências, desencadeados por aqueles que não cooptaram com a versão oficial, apresentam novas possibilidades de abordagem, tornando necessário o entendimento de todas estas dicotomias, constituintes da memória.

É imprescindível reconhecer a história que está sendo contada e os significados desta, seus exageros e suas lacunas, para que não se constituam falsas memórias a alienar a população, para que esta possa perceber a história do município de uma forma isenta de paradigmas e tradições que singularizam o que deve ser pluralizado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In. FENELON, Déa Ribeiro. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água. 2004.

MACIEL, Laura Antunes. **O Direito ao Passado: Memória e Cidadania**. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias. In. FENELON, Déa Ribeiro. et al. **Muitas memórias, outras histórias**: São Paulo, Olho d'água, 2004.

NARDOQUE, S.; OLIVEIRA, L. Renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales-sp/Brasil. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (91).
<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-91.htm>> [ISSN: 1138-9788]

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. 2002. 1 v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

FONTES

JORNAL DE JALES. Passeata pela Cidadania e Dignidade, 07 de Set de 2003, p. 1-05.

JUNIOR, Deonel Rosa. Credores pedem proposta detalhada à prefeitura. *Jornal de Jales*, Jales, 07 set., 2003. História, p. 1-05.

SEIXAS, Genésio Mendes de. **Jales, precursores e pioneiros**. Jales: [s.n.] 2003.

SESTARI, Ataíde Antônio. **Minha cidade, minha vida, meu livro**. Jales: Grafisa – santo gráfica e editora ltda, 2002.

VALENTINI, Demétrio. Summus ius, summa iniúria. *Jornal de Jales*, Jales, 12 fev., 2006. Política/Justiça, p. 2-11.

VALENTINI, Demétrio. Questão Jales: esclarecimentos complementares. **Jornal de Jales**, Jales, 12 fev., 2006. Política/Justiça, p. 2-11

VIEIRA, Lair Seixas. Contestando D. Demétrio. *Jornal de Jales*, Jales, 19 fev., 2006. Especial, p1-05.



Revista Científica do Centro Universitário de Jales
1ª Edição Especial (2009); ISSN: 1980-8925
<http://reuni.unijales.edu.br/>